



JULIANNA SALGADO
RIBEIRO GOIS

POLÍTICAS PÚBLICAS DE FITOTERÁPICOS E
PLANTAS MEDICINAIS NA ATENÇÃO
PRIMÁRIA À SAÚDE: UMA PROPOSTA DE
AVALIAÇÃO

2025



Universidade Federal de Sergipe
Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas



*POLÍTICAS PÚBLICAS DE FITOTERÁPICOS E PLANTAS
MEDICINAIS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: UMA
PROPOSTA DE AVALIAÇÃO*

Dissertação de Mestrado apresentada por

JULIANNA SALGADO RIBEIRO GOIS



SÃO CRISTÓVÃO - SE
2025



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS - PPGCF**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS**

JULIANNA SALGADO RIBEIRO GOIS

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE FITOTERÁPICOS E PLANTAS MEDICINAIS NA
ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO**

**São Cristóvão (SE)
2025**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS - PPGCF



JULIANNA SALGADO RIBEIRO GOIS

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE FITOTERÁPICOS E PLANTAS MEDICINAIS NA
ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciências Farmacêuticas.

Orientador: Prof. Dr. Wellington Barros da
Silva

São Cristóvão (SE)
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS - PPGCF



JULIANNA SALGADO RIBEIRO GOIS

POLÍTICAS PÚBLICAS DE FITOTERÁPICOS E PLANTAS MEDICINAIS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciências Farmacêuticas.

São Cristóvão, 12 de março de 2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 WELLINGTON BARROS DA SILVA
Data: 26/03/2025 15:14:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Wellington Barros da Silva

Documento assinado digitalmente
 ANA PAULA DE OLIVEIRA BARBOSA
Data: 25/03/2025 12:55:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Ana Paula de Oliveira Barbosa

Documento assinado digitalmente
 MARCELO CAVALCANTE DUARTE
Data: 25/03/2025 17:54:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marcelo Cavalcante Duarte

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

G616p	Gois, Julianna Salgado Ribeiro Políticas públicas de fitoterápicos e plantas medicinais na atenção primária à saúde : uma proposta de avaliação / Julianna Salgado Ribeiro Gois ; orientador Wellington Barros da Silva. – São Cristóvão, SE, 2025 110 f. : il. Dissertação (mestrado em Ciências Farmacêuticas) – Universidade Federal de Sergipe, 2025.
	1. Plantas medicinais. 2. Matéria médica vegetal. 3. Política de saúde. 4. Cuidados primários de saúde. 5. Política pública – Avaliação. 6. Framework (Arquivo de computador). I. Silva, Wellington Barros da, orient. II. Título.
	CDU 615.322.07:614.39

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, à minha família, à minha mãe, ao meu esposo e aos meus filhos.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Wellington Barros da Silva, pela confiança, acolhimento e aprendizados, muita gratidão.

À banca examinadora, Dra. Ana Paula de Oliveira Barbosa e Prof. Dr. Marcelo Cavalcante Duarte, obrigada pelas contribuições e pelos conhecimentos partilhados.

Aos professores do PPGCF/UFS e à UFS, por todo conhecimento e oportunidades que me foram dados.

RESUMO

POLÍTICAS PÚBLICAS DE FITOTERÁPICOS E PLANTAS MEDICINAIS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO. Julianna Salgado Ribeiro Gois, São Cristóvão, 2025.

A implementação da Fitoterapia no SUS representa a consolidação de uma prática milenar no sistema público de saúde com a oferta de mais uma possibilidade terapêutica que traz benefícios como a prevenção e a atenuação de agravos, a promoção e a recuperação da saúde. O Brasil apresenta problemas na consolidação da fitoterapia no SUS e na estruturação e funcionamento adequado das farmácias vivas, apesar de possuir políticas públicas dessas práticas como a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares e a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. A implantação dos serviços de fitoterapia em um município exige comprometimento dos gestores e dos profissionais de saúde, sendo necessário o desenvolvimento de estratégias de manutenção, de fortalecimento e de articulação política. A avaliação de políticas públicas consiste no desenvolvimento de informações preliminares do objeto que está em estudo, que quando realizadas de maneira sistemática e organizada, possuem maiores chances de acerto nas decisões. Por isso a importância do acompanhamento dos processos pelos quais as essas políticas são implementadas e a avaliação do impacto. Diversos aspectos precisam ser considerados, como por exemplo, nas políticas públicas em saúde, o acesso aos serviços de saúde, suas restrições e barreiras, o planejamento dos programas conforme a real necessidade da população, os recursos destinados para o enfrentamento do problema, equidade e qualidade no atendimento ao usuário, impacto positivo na otimização das condições de saúde dos sujeitos. Além das várias questões externas que influenciam o planejamento e a implementação dessas políticas. A aplicação da ferramenta framework 3I+E forneceu um plano conceitual que foi utilizado para analisar os fatores que moldam a formulação de políticas, sendo uma ferramenta útil para avaliar os principais elementos que influenciam se uma decisão avança ou não em direção à implementação. Ao analisar as instituições relevantes, interesses, ideias e fatores externos por meio do framework 3I+E nesse estudo, constatou-se que as políticas na área da fitoterapia e plantas medicinais no SUS mostram um cenário promissor, com avanços significativos na implementação e aceitação dessas práticas. No entanto, desafios importantes permanecem, especialmente em relação à regulação, capacitação contínua e ampliação das evidências científicas. A continuidade dos esforços de monitoramento e avaliação é crucial para garantir que essas políticas sejam efetivas e seguras, contribuindo para a melhoria da saúde e do bem-estar da população.

Palavras-chaves: Fitoterapia, políticas públicas, avaliação de políticas públicas, framework 3I+E.

ABSTRACT

PUBLIC POLICIES ON HERBAL MEDICINES AND MEDICINAL PLANTS IN PRIMARY HEALTH CARE: AN EVALUATION PROPOSAL. Julianna Salgado Ribeiro Gois, São Cristóvão, 2024.

The implementation of phytotherapy in Brazil's Unified Health System (SUS) represents the consolidation of an ancient practice within the public health system, offering an additional therapeutic option that provides benefits like disease prevention, health promotion, and recovery. However, Brazil faces challenges in consolidating phytotherapy in the SUS and in the effective structuring and operation of "living pharmacies," despite having public policies for such practices, such as the National Policy on Integrative and Complementary Practices and the National Policy on Medicinal Plants and Herbal Medicines. Establishing phytotherapy services in a municipality requires commitment from administrators and healthcare professionals, along with strategies for maintenance, strengthening, and political coordination. Public policy evaluation involves generating preliminary information about the subject under study, which, when conducted systematically and organized, enhances the accuracy of decision-making. Therefore, tracking the implementation processes of these policies and evaluating their impact is essential. Various aspects need to be considered in health policies, including access to health services, restrictions and barriers, program planning aligned with population needs, resources allocated to address the issue, equity, quality of care, and the positive impact on health conditions. Additionally, external factors influencing the planning and implementation of these policies must be addressed. The 3I+E framework provided a conceptual plan used to analyze the factors shaping policy formulation, proving a useful tool for assessing the key elements influencing whether a decision progresses toward implementation. By examining relevant institutions, interests, ideas, and external factors through the 3I+E framework in this study, it was found that policies related to phytotherapy and medicinal plants in the SUS reveal a promising scenario with significant advances in the implementation and acceptance of these practices. However, critical challenges remain, particularly concerning regulation, continuous training, and expanding scientific evidence. Sustained monitoring and evaluation efforts are crucial to ensuring these policies are effective and safe, contributing to improved health and well-being for the population.

Keywords: Phytotherapy, public policies, public policy evaluation, 3I+E framework

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Ferramenta (3I+E) para elaboração de um quadro teórico conceitual para avaliação das políticas públicas voltadas para fitoterapia e plantas medicinais.....27

Quadro 2. Número de contribuições por autores, instituições, periódicos, qualificação da revista.....35

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Estudos de Avaliação de Política Públicas.....	28
Gráfico 2. Estudos sobre Avaliação de Políticas Públicas ao longo dos anos.....	30
Gráfico 3. Estudos sobre Avaliação x Implementação de Políticas Públicas ao longo dos anos.....	31
Gráfico 4. Estudos sobre avaliação de políticas públicas na área de fitoterapia e plantas medicinais na APS.....	32
Gráfico 5. Porcentagem de contribuições por regiões do Brasil.....	34
Gráfico 6. Quantidade de instituições com mais contribuição por publicações.....	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SUS	Sistema Único de Saúde
APS	Atenção Primária à Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
PNPIC	Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares
PNPMF	Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos
PIC	Práticas Integrativas e Complementares
MT	Medicina Tradicional
MAC	Medicina Alternativa e Complementar
MI	Medicina Integrativa MI
DF	Distrito Federal

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. OBJETIVOS	12
2.1. Objetivo Geral.....	12
2.2. Objetivos Específicos.....	12
3. REVISÃO DE LITERATURA.....	13
3.1. Políticas Públicas.....	13
3.2. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC).....	14
3.3. Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF)	16
3.4. Avaliação de Políticas Públicas.....	21
4. PERCURSO METODOLÓGICO.....	23
4.1.1. Mapeamento Sistemático.....	23
4.1.2. Pesquisa documental.....	26
4.1.3. Ferramenta (3I+E).....	27
4.2. Aspectos éticos da pesquisa.....	29
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	30
6. CONCLUSÃO	49
REFERÊNCIAS	51
APÊNDICES	57

INTRODUÇÃO

A implementação da Fitoterapia no Sistema Único de Saúde (SUS) representa a consolidação de uma prática milenar no sistema público de saúde e a oferta de mais uma possibilidade terapêutica aos profissionais de saúde. Essa prática traz benefícios na diminuição dos custos para a saúde pública, na prevenção e a atenuação de agravos, na promoção e a recuperação da saúde, na adesão ao tratamento e menos efeitos colaterais à população, em comparação com a utilização de medicamentos da medicina convencional, mediante orientação para uso correto e seguro (DRESCH, 2020).

A trajetória do uso de fitoterápicos e plantas medicinais no âmbito dos serviços de Atenção Primária à Saúde (APS) no Brasil foi estimulada por movimentos populares, diretrizes de várias conferências nacionais de saúde e por recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). A regulamentação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) e a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), foram marcos decisivos para a introdução do uso de plantas medicinais e fitoterápicos no SUS (Antonio *et al.*, 2014).

Apesar da PNPMF ter contribuído para o crescimento dos programas de plantas medicinais, o Brasil apresenta problemas na consolidação da fitoterapia no SUS e na estruturação e funcionamento adequado das Farmácias Vivas. Os municípios enfrentam problemas como, déficit de recursos financeiros, falta de apoio de gestores para investimentos em infraestrutura, dificuldades na compra de equipamentos e insumos vegetais, além do excesso de burocracia na execução do recurso quando disponíveis (Gondim *et al.* 2022). A implantação dos serviços de fitoterapia em um município exige comprometimento dos gestores e dos profissionais de saúde, sendo necessário o desenvolvimento de estratégias de manutenção, de fortalecimento e de articulação política (DRESCH, 2020).

Na Avaliação Política em Saúde, os estudos tomam como objeto central a análise das relações de poder em saúde (natureza, estrutura, relações, distribuição e lutas) nos âmbitos setoriais e societário que examinam conjunturas e suas relações com a saúde. O analista deve ser capaz de redefinir problemas de uma forma que torne possível alguma melhoria, preocupando-se com o planejamento e com a política, em uma empreitada multidisciplinar. (ESPERIDIÃO, 2018).

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo geral

Propor um quadro teórico conceitual de avaliação das políticas públicas voltadas para fitoterapia e plantas medicinais na Atenção Primária à Saúde no Brasil.

2.1. Objetivos específicos

- Realizar um *mapping review* para o entendimento da avaliação de políticas públicas.
- Realizar uma pesquisa documental referente a fitoterapia e plantas medicinais no Brasil, incluindo portarias, protocolos, manuais, publicações.
- Aplicar a ferramenta (3I+E) para avaliação das políticas públicas voltadas para fitoterapia e plantas medicinais na APS no Brasil.

3. REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Políticas Públicas

As políticas públicas, embora já muito estudadas no âmbito da Ciência Política, da Sociologia, da Economia Política, da Ciência da Administração e até da Filosofia moral, têm sido esquecidas do ponto de vista jurídico pela doutrina brasileira. Os novos problemas que as políticas públicas apresentam, continuam a residir na natureza dirigente da Constituição por orientar a ação governamental do estado ao propor que se adote um programa de conformação da sociedade, no sentido de estabelecer uma direção política permanente (CARVALHO, 2019).

As últimas décadas registraram o ressurgimento da importância do campo de conhecimento denominado políticas públicas, assim como das instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação. Vários fatores contribuíram para a maior visibilidade desta área, como a adoção de políticas restritivas de gasto, que passaram a dominar a agenda da maioria dos países, em especial os em desenvolvimento. A partir dessas políticas, o desenho e a execução de políticas públicas, tanto as econômicas como as sociais, ganharam maior visibilidade. O ajuste fiscal implicou a adoção de orçamentos equilibrados entre receita e despesa e restrições à intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais (SOUZA, 2006).

As políticas públicas são comumente definidas como um conjunto de ações do governo que produzem efeitos específicos, desdobrando-se em planos, programas, projetos e sistemas de informação e pesquisa. Os diversos elementos que compõem uma política pública não são apenas técnicos, administrativos ou burocráticos, pois incluem visões de mundo e expressam relações de poder. Essa abordagem se apoia no conceito de instrumento de política pública, cuja seleção é profundamente política e produz efeitos estruturantes nas relações entre Estado e sociedade (Dowbor *et al.* 2018).

As políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário, muitas vezes, trazem um encaminhamento difícil, sendo necessária a formação de atores governamentais e não governamentais para contribuir para a análise das políticas para alcançar resultados positivos voltados aos interesses da coletividade, com eficiência, melhoria na qualidade e responsabilidade de um serviço prestado (DORSA, 2021).

A decisão política corresponde a uma escolha dentre um conjunto de possíveis alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando em maior ou menor grau uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Já a política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas (RUA, 2014).

3.2 Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC)

As primeiras recomendações para a implantação das medicinas tradicionais e práticas complementares foi no final da década de 70, com a Primeira Conferência Internacional de Assistência Primária em Saúde (Alma Ata, Rússia, 1978), que se difundiram para todo o mundo. No Brasil esse movimento ganhou força a partir da Oitava Conferência Nacional de Saúde (1986). Diante disso, a Organização Mundial de Saúde criou o Programa de Medicina Tradicional, objetivando a formulação de políticas em defesa dos conhecimentos tradicionais em saúde, incentivando os Estados-membro a formularem políticas públicas para uso racional e integrado das Medicinas Tradicionais e das Medicinas Complementares e Alternativas nos sistemas nacionais de atenção à saúde, bem como para o desenvolvimento de estudos científicos para melhor conhecimento de sua segurança, eficácia e qualidade (TELESI JÚNIOR, 2016).

A OMS afirma ter havido substancial crescimento na utilização das PIC na última década e trouxe a estimativa de que mais de 100 milhões de europeus e um número ainda maior de pessoas concentradas na África, Ásia, Austrália e Estados Unidos são usuárias dessas práticas. Além disso, o documento destacou que as PIC movimentaram aproximadamente 83,1 bilhões de dólares, em 2012, no consumo de produtos originados da Medicina Tradicional Chinesa e 14,8 bilhões de dólares, em 2008, com produtos naturais, nos Estados Unidos. Os motivos elencados pela OMS para este crescimento são: o aumento da demanda causado pelas doenças crônicas; o aumento dos custos dos serviços de saúde, levando à procura de outras formas de cuidado; a insatisfação com os serviços de saúde existentes; o ressurgimento do interesse por um cuidado holístico e preventivo às doenças; e os tratamentos que ofereçam qualidade de vida quando não é possível a cura (Contatore *et al.* 2015).

As Medicinas Tradicionais Complementares e Integrativas vêm crescendo consideravelmente nas últimas décadas em muitos países de forma complementar à

biomedicina e no atendimento das necessidades primárias em saúde. O Brasil foi um país pioneiro ao reivindicar a inclusão dessas práticas no sistema público de saúde com a publicação da PNPIC em 2006, contribuindo para a oferta desses serviços no SUS. Entretanto, os municípios enfrentam dificuldades para executar essa política, por motivos que variam desde inexistência de financiamento a carência de profissionais (SILVA, 2020).

Segundo Silva e colaboradores (2020), a PNPIC entre 2017 e 2018 ampliou o rol de sistemas e recursos terapêuticos reconhecidos, em um contexto político conturbado, com repercussões favoráveis e contrárias por parte de diferentes segmentos de interesse. Com essa ampliação foi possível a oferta pelo SUS de inúmeras práticas a exemplo da arteterapia, ayurveda, biodança, dança circular, meditação, musicoterapia, naturopatia, osteopatia, quiropraxia, plantas medicinais e fitoterapia, entre outras.

A PNPIC considera a fitoterapia um recurso terapêutico caracterizado pelo uso de plantas medicinais em suas diferentes formas farmacêuticas. Considera que a abordagem da fitoterapia e das plantas medicinais incentiva o desenvolvimento comunitário, a solidariedade e a participação social (BRASIL, 2010).

As Práticas Integrativas e Complementares (PIC) são um conjunto de terapias e práticas medicinais que contemplam as chamadas Medicina Tradicional (MT) e Medicina Alternativa e Complementar (MAC), sendo essas medicinas baseadas em conhecimentos indígenas ou de diferentes culturas que não fazem parte da tradição do próprio país ou da medicina convencional. Utilizadas em conjunto com a medicina convencional ou não, tais práticas visam a manutenção da saúde, prevenção e tratamento de doenças físicas ou mentais de forma integrativa. As PIC tornaram-se um tema de grande relevância na área da Saúde Pública, tendo sido objeto de diferentes estudos que abrangem desde sua implementação, regulamentação e avaliação, com seus desafios, até seus benefícios e estudos clínicos (Glass *et al.* 2021).

As PIC é o termo criado no Brasil para as chamadas, em outros países, MT, MAC e Medicina Integrativa (MI), as quais, nas últimas décadas, têm recebido incentivo pela OMS, para sua introdução na APS. Embora as PIC sejam utilizadas em um número crescente de pessoas em todo mundo, a sua institucionalização na APS cresceu em menor proporção, possivelmente, porque a efetiva implantação de novos procedimentos técnicos nos serviços públicos está vinculada a uma política de evidências científicas restritiva, que privilegia evidências quantitativas em detrimento das qualitativas (Contatore *et al.* 2015).

A perspectiva do princípio da integralidade no SUS fundamenta-se em uma visão holística de homem baseada no modelo biopsicossocial, na garantia de comunicação e de acesso aos diferentes níveis de atenção à saúde, na cooperação dos diferentes saberes em equipes multiprofissionais e no foco em ações de promoção da saúde e prevenção das doenças, e não apenas na assistência. A PNPIC contribui para o fortalecimento do SUS ao atuar nos campos da prevenção, promoção, manutenção e recuperação da saúde, sendo baseada em um modelo de atenção humanizada e centrada na integralidade do indivíduo (Dacal *et al.* 2018).

No entanto, essa política incentiva a implantação das PIC no âmbito do SUS, mas não define quais ações e recursos são necessários para tal, dificultando sua consolidação e tornando sua implantação, frente a tais condições, um desafio aos gestores públicos em saúde (LOSSO, 2017).

3.3 Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF)

O homem pré-histórico já sabia distinguir as plantas comestíveis daquelas que poderiam curar suas moléstias. O uso de plantas medicinais antecede o aparecimento da escrita, com relatos de utilização de plantas medicinais por diversas civilizações como chineses, babilônios, assírios, hebreus, gregos, egípcios e hindus, entre outras civilizações. No Brasil, a utilização de plantas começou há cerca de 12 mil anos, com a chegada dos paleoíndios amazônicos. O primeiro relatório sobre a biodiversidade brasileira foi descrito em 1º de maio de 1500, pelo escriba Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal e os estudos sobre a flora brasileira realizados pelos portugueses continuaram até o século XIX (Cherobin *et al.* 2022).

Em meados de 1500, antes mesmo da colonização, a rica biodiversidade contida em cada bioma brasileiro e o conhecimento milenar dos povos nativos já se uniam e se transformavam em ferramentas poderosas para promover a cura, o bem-estar e a saúde da comunidade de forma natural. Ao longo dos anos, os saberes e as práticas tradicionais passaram por diferentes processos de lapidação e foram combinados com conceitos trazidos pelas comunidades europeias e africanas que chegaram no país, criando uma medicina natural fértil e essencialmente brasileira (BOSSO, 2023).

As práticas de fitoterapia estão presentes no território brasileiro desde há muito tempo, ligadas à medicina popular e às práticas culturais ancestrais enraizadas em todas as

regiões do país. A partir dos anos 1980 o ideário de um sistema público e universal de saúde, que viria inaugurar o SUS, e o uso de plantas medicinais e fitoterápicos passam a partilhar e a convergir projetos comuns (RIBEIRO, 2019).

O Brasil representa a maior biodiversidade genética do mundo, além da maior parcela de toda a flora mundial, cerca de 20%, com grande potencial terapêutico, sobretudo na Amazônia, com a maior reserva de produtos naturais do planeta (SANTOS, 2011). Dentre as práticas integrativas e complementares realizadas no SUS, a fitoterapia é a mais utilizada, sobretudo na APS (BRASIL, 2012).

A fitoterapia foi implantada no Brasil como uma terapêutica integrativa aos programas da APS, por sua eficácia e seu baixo custo operacional fazendo parte da prática da medicina popular (Dias *et al.*, 2017). Além disso, compõe um conjunto de saberes internalizados nos diversos usuários e praticantes, especialmente pela tradição oral, uma forma eficaz de atendimento primário à saúde, podendo ser complementar ao tratamento usualmente empregado, para a população de menor renda (Bruning *et al.* 2012).

A PNPMF, publicada em 2006, vai de encontro dos princípios e diretrizes do SUS, englobando toda a cadeia produtiva de plantas medicinais e produtos fitoterápicos (Dias *et al.*, 2017). A criação da política de âmbito nacional para regulamentar, estimular e promover o acesso seguro e sustentável de uma prática que já era comum no país há séculos que é o uso de recursos naturais como medicamentos, foi o resultado de uma luta de diversos atores como pesquisadores, gestores, profissionais de saúde e usuários, resultado de uma luta anterior à criação do SUS (BRASIL, 2006).

Desde então, as plantas medicinais e os fitoterápicos vêm ganhando importância no âmbito da política nacional de saúde, com crescimento de investimentos e valorização de programas no SUS. As heranças e as riquezas da diversidade territorial do país permitem a existência de uma diversidade de plantas e saberes que informam seus usos medicinais. Existe ainda uma diversidade de atores e instituições presentes nos distintos lugares e envolvidos, direta ou indiretamente, nas práticas e programas de fitoterapia (RIBEIRO, 2019).

A implementação da Fitoterapia no SUS representa a incorporação de mais uma terapêutica à disposição dos profissionais de saúde, além do resgate de uma prática milenar, onde se unem o conhecimento científico e o conhecimento popular e seus diferentes entendimentos sobre o adoecimento e as formas de tratá-lo. A partir de meados do século

XX em diversos países, houve um declínio na utilização da fitoterapia, com a intensificação do uso dos medicamentos industrializados e intenso trabalho de desqualificação do saber popular sobre as plantas medicinais. Interesses mercantilistas, cada vez mais presentes no setor saúde, tiveram importante papel na desvalorização do uso da fitoterapia (Figueredo *et al.* 2014).

A fitoterapia tornou-se mais consistente na APS considerando que, simultaneamente, ao uso de medicamentos industrializados, a população atendida nas Unidades Básicas de Saúde faz uso de plantas medicinais com fins terapêuticos, muitas vezes desconhecendo a possível existência de toxicidade, a forma correta de cultivo, preparo, indicações e contraindicações, acreditando que, por serem plantas medicinais, não são prejudiciais à saúde, independente da forma e quantidade utilizada (Santos *et al.* 2016).

Diante disso, a implementação de políticas de plantas medicinais e de fitoterápicos representa o reconhecimento do avanço na comprovação científica da eficácia e da segurança das plantas medicinais e dos medicamentos fitoterápicos. O saber popular neste campo constata que o uso da terapêutica centrada no uso de medicamentos sintéticos não cumpriu a promessa implícita e explícita de dar conta do tratamento das doenças, pelos altos custos, pelos significativos efeitos adversos que têm os medicamentos sintéticos, pelos resultados nem sempre satisfatórios, o que tem levado um grande número de pessoas a buscar formas alternativas de tratamento menos agressivas (Bruning *et al.* 2012; Figueredo *et al.* 2014).

A OMS constatou que práticas não convencionais de saúde estão ganhando espaço de modo complementar às terapias medicamentosas alopáticas, a exemplo do uso de plantas medicinais pelo baixo custo e fácil acesso à grande parcela da população (OMS, 2019). O Brasil é considerado um destaque por possuir um terço da flora mundial, com a Amazônia a maior reserva de produtos naturais com ação fitoterápica do planeta, sendo necessário, diante disso, desde a década de 80, a elaboração de documentos a fim de enfatizar o uso de fitoterápicos na APS no sistema de saúde pública, com o intuito de priorizar a melhoria dos serviços, o aumento da resolutividade e o incremento de diferentes abordagens (MATOS, 1998).

Embora existam vários estudos a respeito do uso, da toxicidade e da eficácia das plantas medicinais, a literatura científica ainda é precária no sentido de se conhecer como elas estão sendo usadas, quais são os benefícios e como se poderá capacitar os profissionais para o aconselhamento da utilização como medicina integrativa no SUS (SANTOS, 2011).

Guiados pela mídia, as pessoas utilizam os produtos provenientes do reino vegetal sob a forma de complementos e suplementos alimentares, sem levar em consideração o potencial curativo destes medicamentos. Outros fatores que influenciam na concepção mistificadora ocidental é a associação direta dos fármacos fitoterápicos com práticas integrativas de medicina, como a Medicina Chinesa, a Medicina Holística, macrobiótica entre outras (PUTTINI, 2022).

Segundo Maciel et al. (2002), antes de serem utilizadas pela população é necessário que as plantas medicinais passem por vários processos que englobam a química orgânica, a fitoquímica, a farmacologia, que no final vão chegar a formulações com indicações de uso seguro e adequado para assim fornecer resultados desejados a quem for utilizá-la.

A Portaria nº 886/GM/MS foi aprovada em 2010 com a finalidade de instituir o programa Farmácia Viva no SUS, com o objetivo de realizar todas as etapas do cultivo, coleta, processamento, armazenamento de plantas medicinais, manipulação, dispensação de preparações magistrais até oficinas de plantas medicinais e produtos fitoterápicos. O Programa Farmácia Viva foi criado pelo professor Francisco José de Abreu Matos da Universidade Federal do Ceará, que estudou por mais de 50 anos a fitoterapia e originou vasta e reconhecida literatura científica sobre plantas medicinais (SANTOS, 2011).

Nas duas últimas décadas, alguns estados e municípios brasileiros vêm realizando a implantação desses programas e portarias na APS, com o intuito de suprir as carências medicamentosas de comunidades, e muitos desses programas estão, atualmente, vinculados ao programa saúde da família (OGAVA, 2003). Em diversas cidades brasileiras, o SUS oferece serviços que incluem a produção e uso de plantas medicinais, de drogas vegetais, de seus derivados e/ou de fitoterápicos, a partir de projetos municipais e estaduais (Figueredo *et al.* 2014).

Um marco importante no Brasil se deu em 2009, quando, com o intuito de incentivar e orientar pesquisas para a elaboração de fitoterápicos seguros e eficazes, o MS lançou a Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse ao Sistema Único de Saúde (ReniSUS), com o objetivo de direcionar estudos que resultassem em produtos viáveis para distribuição no SUS, favorecendo o acesso a medicamentos de qualidade para os diversos tipos de doenças na população. A lista conta com nomes como o caju, a pitanga, o guaco, o maracujá, entre outros, que vêm sendo estudados com o intuito de substituir ou potencializar o efeito de medicamentos alopáticos (BOSSO, 2023).

As ações e programas com plantas medicinais e fitoterápicos no SUS estão distribuídos em todas as regiões do país de maneira diferenciada em virtude de diferentes biomas. Alguns estados e municípios com muitos anos de existência desses serviços possuem políticas e legislação específica e laboratórios de produção, disponibilizando plantas medicinais e/ou seus derivados, prioritariamente, na atenção básica, além de possuírem publicações para profissionais de saúde, e população em geral, sobre uso racional desses produtos, que podem ser planta medicinal in natura, planta medicinal seca (droga vegetal), fitoterápico manipulado e fitoterápico industrializado (Santos *et al.* 2016).

O efeito terapêutico de uma planta medicinal advém dos fitocomplexos provenientes do seu metabolismo secundário. Diante disso, percebe-se a importância das boas práticas aplicadas nas Farmácias Vivas, desde o plantio e imediatamente após a colheita, para garantir a qualidade dessas substâncias curativas e a atividade terapêutica esperada, evitando-se as alterações químicas, resultantes das hidrólises, da exposição excessiva a luz ou ao calor, da oxidação ou através do metabolismo de contaminantes microbianos (BATISTA, 2012).

Nesse contexto, a fitoterapia é uma opção medicamentosa na APS destinada à população, existindo uma política nacional a PNPMF, aprovada por meio do Decreto Presidencial Nº. 5.813, de 22 de junho de 2006, que se constitui em parte essencial das políticas públicas de saúde, meio ambiente, desenvolvimento econômico e social, como um dos elementos fundamentais de transversalidade na implementação de ações capazes de promover melhorias na qualidade de vida da população brasileira (BRASIL, 2006).

A PNPMF é fruto de uma ação interministerial com a participação de oito ministérios e duas instituições com o objetivo de organizar e sistematizar, a nível nacional, a produção, pesquisa e o uso das plantas medicinais e fitoterápicos (BRASIL, 2006). Desde sua criação em 2006, ocorreram muitas ações de implementação da PNPMF, além de criação de políticas locais para o setor, com a aprovação de leis específicas em municípios e estados, com a implantação em muitos serviços de saúde com profissionais ofertando fitoterápicos no tratamento de seus pacientes (Figueredo *et al.* 2014).

A Portaria nº 886, de 20 de abril de 2010 que institui a Farmácia Viva no âmbito do SUS, no contexto da Política Nacional de Assistência Farmacêutica, deverá realizar todas as etapas, desde o cultivo, a coleta, o processamento, o armazenamento de plantas medicinais, a manipulação e a dispensação de preparações magistrais e oficinais de plantas medicinais e fitoterápicos (BRASIL, 2010).

Um importante aliado para a qualidade desses produtos a serem ofertados, foi a criação da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 18, de 03 de abril de 2013, para orientação quanto as boas práticas de processamento e armazenamento de plantas medicinais, preparação e dispensação de produtos magistrais e oficinais de plantas medicinais e fitoterápicos em farmácias vivas no âmbito SUS (ANVISA, 2013).

O país obteve um importante avanço no campo das políticas públicas referente às plantas medicinais e fitoterápicos, considerando a diversidade de legislação e valorização das plantas medicinais e fitoterápicos ao longo dos anos (Cherobin *et al.* 2022). No entanto, temos que considerar os desafios enfrentados pelos estados e municípios na consolidação da fitoterapia no SUS e na estruturação das farmácias vivas por diversos motivos como: dificuldades financeiras; dificuldades de compra de equipamentos e insumos vegetais; excesso de burocracia; entre outros (Gondim *et al.* 2022)

Ademais, existe um grande desafio de ampliar o investimento em pesquisas científicas atreladas ao conhecimento popular para que se possa usufruir da flora nacional com segurança, qualidade e eficácia e, assim, alcançar as metas estabelecidas por diversas políticas nacionais no que tange as plantas medicinais e fitoterápicos na APS (Cherobin *et al.* 2022).

3.4 Avaliação de Políticas Públicas

A avaliação de políticas públicas tem um caráter político, pois, está vinculada ao processo político mais abrangente, assim como às estratégias e aos interesses dos envolvidos. Diante disso, a avaliação, enquanto processo de análise de políticas públicas, incorpora uma dupla natureza, isto é, ao mesmo tempo que estuda a política (*of policy*), estuda para a política (*for policy*). Ou seja, tem natureza de pesquisa acadêmica, que objetiva um melhor entendimento do processo político, bem como de pesquisa aplicada, voltada à solução para a política de problemas sociais (RAMOS, 2012).

Para estruturalistas e positivistas a racionalidade e o distanciamento do avaliador deve-se evitar qualquer forma de intervenção emocional, ideológica, cultural ou histórica na avaliação, fazendo parte de uma estrutura imutável, devem ser passivos, imparciais e desinteressados. Já para os pós-estruturalistas, o avaliador deve ser ativo, transformador, engajado e participativo. O avaliador deve realizar suas avaliações de forma contextualizada, nas quais analise o conteúdo da política, sua trajetória institucional, além de obter um espectro temporal e territorial da política (MIRANDA, 2021).

As políticas públicas na área da saúde consistem em um campo do conhecimento da área das ciências humanas que interferem diretamente na vida dos cidadãos e profissionais. Ademais, estão sujeitas a determinantes e interesses envolvidos nos rumos e formato das políticas públicas. A análise de políticas refere-se ao estudo das ações realizadas, ou não, pelo governo, na tentativa de alcançar objetivos em relação a um problema ou conflito social e vai além da observação e análise dos resultados da política, ela se preocupa com o processo de construção da política pública, focando na definição da agenda e destacando aspectos como os interesses dos atores que participam da política, a interação entre eles, a arquitetura de poder e tomada de decisões, conflitos e negociações (Dalfior *et al.* 2015).

A implementação da política é considerada uma das fases mais complexas e envolve uma série de sistemas ou atividades da administração pública, constituída pelo planejamento e organização do aparelho administrativo, envolvendo múltiplos agentes implementadores, além de recursos financeiros, humanos, materiais e tecnológicos. Entretanto, a implementação de políticas públicas nem sempre é efetivada ou saem do papel, pois muitas vezes possuem fatores limitantes como: a falta de clareza na definição das metas a serem adotadas; a falta de apoio burocrático e político para a implementação e os limites da capacidade operacional (TENORIO, 2018).

A Análise de Política pode ter o objetivo de melhorar o entendimento acerca da política e do processo político, além de apresentar propostas para o aperfeiçoamento das políticas públicas. Ao serem elaboradas, as políticas públicas podem se basear em várias metodologias, nas quais se destacam: o método racional-compreensivo, que se relaciona com a macropolítica e suas grandes análises do cenário político-institucional; e o método incrementalista, que se liga à micropolítica e à busca de soluções para problemas mais imediatos e prementes (MIRANDA, 2021).

As políticas públicas podem ser analisadas a partir das etapas que as compõem e podem ser compreendidas sob a perspectiva do ciclo político, geralmente, com as etapas: identificação do problema, definição de agenda, elaboração da política, implementação e monitoramento e avaliação. No ciclo político cada uma de suas etapas possui forma e objetivos próprios, sendo constituídas pela relação entre diferentes atores sociais (Drumond *et al.* 2014).

As políticas públicas são ações efetuadas com o objetivo de promover meios para que o indivíduo tenha uma qualidade de vida compatível com a dignidade humana, visando

o bem comum e atendendo as necessidades da sociedade, podendo estas serem executadas ou não pelo governo. A formulação e implementação de uma política pública possuem questões tanto de ordem objetiva, relacionadas com equipamentos públicos, serviços, disputas políticas, locação de recursos, entre outros, quanto questões de ordem teórica, como concepções de sujeitos sociais, cidadania e inclusão social, que juntos refletem o perfil da administração pública (SAMPAIO, 2006).

A avaliação de políticas públicas consiste então no desenvolvimento de um parecer, através de informações preliminares do objeto que está em estudo, que quando realizadas de maneira sistemática e organizada, possuem maiores chances de acerto nas decisões. Ao se avaliar uma ação, é preciso prestar contas à sociedade sobre aquilo que foi desenvolvido, bem como o motivo de sua criação (ZANELA MENDES, 2020).

Para Agum, Riscado e Menezes (2015), a avaliação da política pública é capaz de mensurar o comportamento da política em andamento e avaliar se esta está apta para continuidade, se precisa ser reestruturada ou até mesmo extinta. Além disso, os autores acreditam nos questionamentos de manter a política ou não, pois a mesma é influenciada por múltiplos fatores, passando pelo entendimento do avaliador, podendo mascarar algumas realidades.

4. PERCURSO METODOLÓGICO

4.1 Fases do estudo

Na primeira etapa do estudo foi realizado um mapeamento sistemático com o objetivo mapear as diferentes abordagens de avaliação de políticas públicas.

Na segunda etapa foi realizado um levantamento das políticas públicas voltadas para a fitoterapia e plantas medicinais nas cinco regiões do Brasil e por fim foi elaborado uma proposta de um quadro teórico conceitual para avaliação das Políticas Públicas na área de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, utilizando a ferramenta (3I+E).

4.1.1 Mapeamento Sistemático

Um Mapeamento Sistemático da Literatura é um tipo de Revisão Sistemática que são utilizados para prover uma ampla visão de uma área de pesquisa e estabelecer se existem evidências de pesquisas em um determinado tópico. Ao contrário das revisões informais da literatura, onde o pesquisador não segue um processo definido para sua condução, um Mapeamento Sistemático é executado de maneira formal obedecendo a um protocolo pré-estabelecido (KITCHENHAM, 2007).

Para Petersen *et al.* (2015), os estudos de mapeamento sistemático da literatura são projetados para dar uma visão geral de uma área de pesquisa através da classificação e contagem de contribuições em relação às categorias dessa classificação, usados para estruturar uma área de pesquisa, enquanto revisões sistemáticas são focadas em coletar e sintetizar evidências. Dessa forma, o mapeamento sistemático da literatura foi escolhido para essa pesquisa para que, de forma exploratória, responda as questões deste estudo.

Para a condução do mapeamento sistemático, foi definido o protocolo de pesquisa que tem como objetivo guiar de forma sistemática o estudo.

Protocolo

No mapeamento conduzido na presente pesquisa, percebeu-se as lacunas e as tendências encontradas a partir dos resultados relevantes acerca da avaliação de políticas públicas e assim classificou-se e resumizou-se os trabalhos que responderam as questões dessa pesquisa.

Questões de pesquisa

Foram criadas 4 questões exploratórias a fim de investigar e promover uma visão geral sobre avaliação de políticas públicas para assim facilitar o entendimento sobre o tema que possam ser encontradas na literatura identificadas a partir da pesquisa:

- a) ***QP1: Como estão distribuídos os estudos sobre avaliação de políticas públicas ao longo dos anos?*** Esta pergunta buscou fornecer uma visão geral das publicações sobre a avaliação de políticas públicas, bem como compreender o desenvolvimento do tema em relação e acompanhar a evolução de publicações ao longo dos anos.
- b) ***QP2: Como estão distribuídos no Brasil os estudos sobre avaliação de políticas públicas na área de fitoterapia e plantas medicinais na APS ao longo dos anos?*** Esta pergunta buscou fornecer uma visão geral das publicações sobre implantação

da fitoterapia na APS, bem como compreender o desenvolvimento do tema em relação e acompanhar a evolução de publicações ao longo dos anos.

c) QP3: Como se encontra a distribuição geográfica das publicações acerca da avaliação de políticas públicas? Com base nessa questão, buscou-se observar como estão distribuídos os trabalhos pelo Brasil bem como compreender onde estão se desenvolvendo estudos acerca o tema.

d) QP4: Quais são as instituições e pesquisadores com maior representatividade sobre o tema? Com esta pergunta, procura-se fornecer uma visão onde se encontram as instituições de pesquisa e seus pesquisadores que mais contribuíram para o campo de estudo, para que assim possa ser utilizado como ponto de partida para os interessados na avaliação de políticas públicas.

Estratégias de busca

Termos chaves da pesquisa

Foram definidas as palavras chaves a partir das questões de pesquisa para assim identificar sinônimos para agregar a *string* de busca, utilizar conectores booleanos “OR” interligar palavras sinônimas ou palavras alternativas e, “AND” para conectar as palavras-chave e assim formar a *string* de busca.

Foram utilizados as seguintes *strings* de busca na pesquisa com os termos para identificação quanto a existência de um mapeamento sistemático ou revisão sistemática: “mapping review” AND “avaliação de políticas públicas” OR “implementação de políticas públicas” OR “análise de políticas públicas” OR “processo político” OR “avaliação de políticas públicas no Brasil”.

Seleção dos estudos

Para a seleção dos estudos, foram atribuídos critérios de inclusão e exclusão para refinar a busca e responder as questões de pesquisa propostas. Para a seleção foram analisados o título, resumo e metodologia dos estudos.

Critérios de inclusão:

Foram selecionadas publicações com conceitos e conteúdos de avaliação de políticas públicas; artigos publicados em jornais, revistas, conferências, congressos;

CrITÉRIOS de exclusão:

Estudos duplicados ou que o conteúdo não disponha de conceitos ou não citam avaliação de políticas públicas e que não sejam relevantes para responder as questões de pesquisa.

Fontes de buscas

A pesquisa foi realizada em bibliotecas e plataformas *on line* de dados digitais, onde se encontram trabalhos relevantes de avaliação de políticas públicas. Para realização das buscas pelos estudos primários foram utilizadas as seguintes fontes digitais de pesquisa: Scopus, Web of Science, Google News, Google Search, Google Scholar e PubMed¹.

Processo de Extração de dados

Os dados foram extraídos usando um software de planilha Microsoft Excel (Microsoft 365)². As seguintes características e elementos do estudo foram extraídos: título da publicação, resumo do estudo, autor da publicação, local/região da pesquisa, ano de publicação, abordagem sobre avaliação de políticas públicas em fitoterapia e plantas medicinais no SUS, área de conhecimento (campo de conhecimento)e, instituição dos pesquisadores.

Estratégia de Síntese e Análise dos Dados

Para a síntese e análise dos dados, os estudos selecionados a partir da aplicação dos critérios de inclusão ou exclusão foram identificados em planilha de acordo com as questões de pesquisa a qual o estudo responde. A partir disso, foram elaborados gráficos e tabelas para assim facilitar a visualização dos dados em resultados.

4.1.2 Pesquisa Documental

Foi realizada uma pesquisa documental referente às políticas públicas na área da fitoterapia e plantas medicinais nas cinco regiões do Brasil, incluindo portarias, protocolos, manuais, artigos científicos, sites oficiais das Secretarias de Saúde dos estados e municípios.

¹ Scopus é um produto da Elsevier; Web of Science é uma marca registrada da Clarivate Analytics; Google News, Google Search e Google Scholar são marcas registradas da Google LLC. PubMed é um serviço da National Library of Medicine

² Microsoft Excel e Microsoft 365 são marcas registradas da Microsoft Corporation nos Estados Unidos e/ou em outros países.

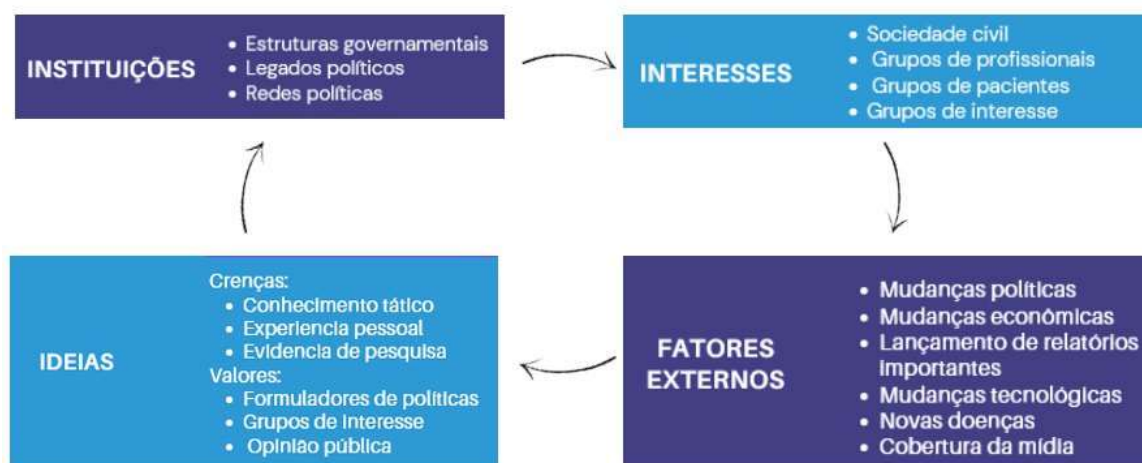
4.1.3. Ferramenta (3I+E)

O framework 3I+E fornece um plano conceitual que pode ser usado para analisar os fatores que moldam a formulação de políticas. O framework consiste em instituições, interesses, ideias (referidos como os 3Is) e fatores externos - todos os quais interagem e influenciam o processo de formulação de políticas. Ele fornece uma ferramenta útil para analisar decisões políticas, pois delinea os principais elementos que influenciam se uma decisão avança ou não em direção à implementação. Isso permite que seja avaliado mais profundamente o que pareceu ser mais relevante para impulsionar a política em questão ou o que teve um papel insignificante.

Descrição do framework 3I+E

Instituições é o primeiro "I" no framework que pode ser dividido em estruturas governamentais, legados de políticas e as redes políticas que estão em vigor dentro de uma jurisdição. Estruturas governamentais referem-se ao sistema de arranjos políticos dentro de uma jurisdição, como os níveis e ramos do governo e as estruturas dos partidos políticos. Outro elemento dentro das instituições são os legados de políticas, que descrevem a influência de políticas passadas dentro de uma jurisdição e sua subsequente "dependência de caminho", na qual se torna difícil desviar do caminho criado por escolhas anteriores e alcançar a reforma política. Por fim, as redes políticas caracterizam a interação entre instituições governamentais e grupos de interesse. Essas redes definem os tipos de arranjos que permitem que certos grupos participem do processo de formulação de políticas e influenciem atores políticos.

Figura 1. Descrição do framework 3I+E



Fonte: adaptado SANDHU et al.

Interesses, é o segundo "I" dentro do framework, refere-se aos *stakeholders* dentro da sociedade que tentam influenciar decisões políticas a seu favor, mas não buscam poder político. Isso muitas vezes leva à ação coletiva por meio da formação de vários tipos de grupos de interesse, como grupos profissionais, de pacientes e de funcionários públicos.

Ideias, o terceiro "I" dentro do framework, abrange os valores sobre "o que deveria ser" e crenças sobre "o que é". Valores derivam da opinião pessoal sobre o que é certo e podem ajudar a moldar uma questão de certa maneira por indivíduos que tentam influenciar políticas, como formuladores de políticas, grupos de interesse e o público. As crenças, por outro lado, têm raízes em pesquisas, conhecimento tácito ou local e/ou experiências pessoais.

Os Fatores Externos são forças externas que podem influenciar a formulação de políticas, como mudanças políticas, econômicas ou tecnológicas, o lançamento de relatórios importantes ou mudanças na cobertura da mídia. Tais fatores podem gerar uma maior conscientização pública sobre um problema e ajudar a impulsionar o desenvolvimento de políticas em resposta a um problema urgente, ou, inversamente, desviar a atenção de uma questão política.

Devido à ampla variedade de fatores que influenciam propostas e formulações de políticas, bem como a interação sutil entre sistemas políticos e atores-chave, o framework 3I + E fornece uma visão mais holística e abrangente para examinar todos os componentes relevantes das decisões políticas.

Diante disso, foi elaborado um quadro teórico conceitual para análise das políticas públicas voltadas para fitoterapia e plantas medicinais no Brasil, utilizando a ferramenta (3I+E), para comparar as políticas nas 5 regiões do país, conforme modelo do quadro 1 abaixo:

Quadro 1. Ferramenta (3I+E) para elaboração de um quadro teórico conceitual para avaliação das políticas públicas voltadas para fitoterapia e plantas medicinais.

Instituições	Estrutura Governamental (Descrever os estados, governadores e partidos políticos a quem eles estão filiados) Legados políticos na área de fitoterápicos (Legislação de cada unidade federada na área de plantas medicinais)
Interesses	Sociedade civil (publicações, matérias sobre fitoterápicos e plantas medicinais) Grupos de interesse (profissional, pacientes) (publicações , matérias, reportagens sobre fitoterápicos e plantas medicinais)
Ideias (valores e crenças)	Publicações sobre a utilização de plantas medicinais e fitoterápicos, crenças, religiões, cultura de utilização
Fatores externos	Mudança política significativa na área de fitoterápicos Mudança econômica que influencie a política de fitoterápicos e plantas medicinais Lançamento de relatórios importantes

Fonte: Autora

Foi realizado uma consulta no site Fitoterapia Brasil, sites oficiais do Ministério da Saúde e Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde. Esses dados foram elencados em uma tabela conforme o apêndice 2, com todas as legislações encontradas (Leis, RDC, Portarias, Resolução Colegiada, etc.) na área de plantas medicinais e fitoterápicos nas cinco regiões do Brasil. Diante disso, foi aplicando a ferramenta framework 3I+E, com uma abordagem comparativa retrospectiva usando o Quadro Teórico Conceitual de Avaliação das Políticas Públicas voltadas para fitoterapia e Plantas medicinais na Atenção Primária à Saúde no Brasil, constante no apêndice 3.

4.2. Aspectos éticos da pesquisa

Este trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa qualitativa, de abordagem descritiva, baseada na análise documental sobre as políticas públicas de saúde voltadas para fitoterapia e plantas medicinais no Brasil. Devido ao fato do estudo ser realizado por meio de uma análise documental, que não envolveu a pesquisa com seres humanos, não houve a necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, de acordo com a resolução 510 da CONEP.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na pesquisa realizada a partir do protocolo do mapeamento apresentado foram encontrados 214 artigos. Após a triagem dos estudos com a aplicação dos critérios de inclusão, foram excluídos 64 artigos e os duplicados foram descartados.

Foram selecionados 150 estudos de avaliação de políticas públicas (apêndice 1), sendo que conforme apresentado no gráfico 01, destes, 19% foram sobre avaliação de políticas com aplicação ampla dos conceitos, 5% sobre implementação de políticas públicas e 76% sobre a avaliação de políticas públicas voltadas a temas específicos de uma área de estudo (exemplo: saúde, educação, meio ambiente, etc.).

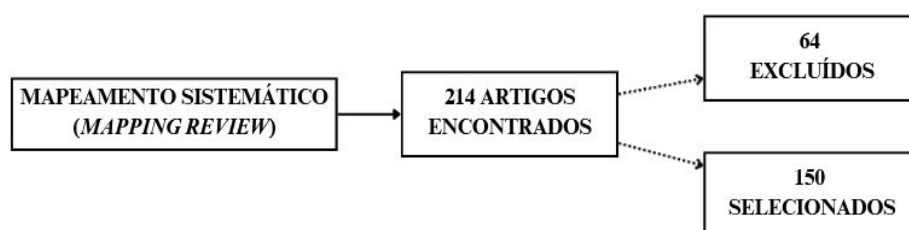
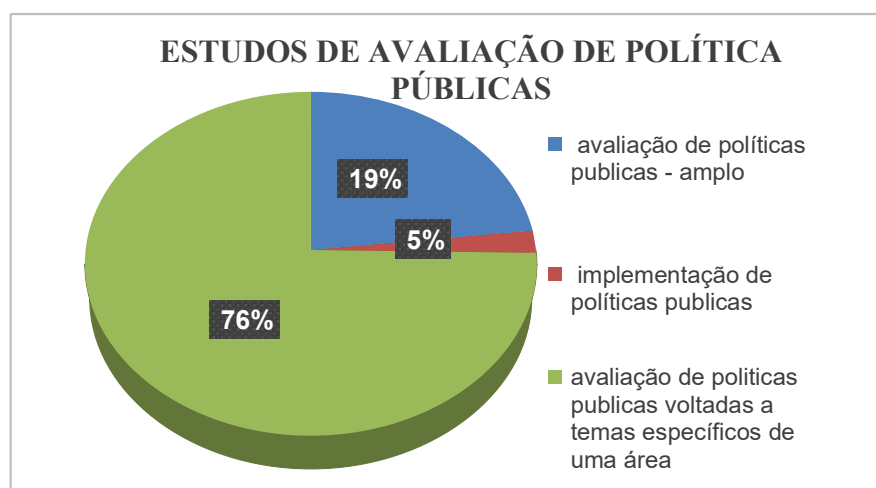


Gráfico 1. Estudos de Avaliação de Política Públicas.



No mapeamento sistemático desse estudo, os dados foram selecionados, extraídos para mapear evidências das pesquisas realizadas encontradas na literatura sobre Avaliação de Políticas Públicas com base no protocolo de pesquisa para responder cada uma das questões de pesquisa. Os trabalhos selecionados foram reunidos no apêndice 1, onde estão

listados os estudos que responderam as questões QP1, QP2, QP3 e QP4, conforme estão apresentados a seguir:

- **QP1: Como estão distribuídos os estudos sobre avaliação de políticas públicas ao longo dos anos?**

A questão 01 de pesquisa visou mapear a distribuição ao longo dos anos das pesquisas sobre a avaliação de políticas públicas, além de acompanhar esses estudos ao longo do tempo. Diante disso, o gráfico 2 apresenta a quantidade de estudos sobre Avaliação de Políticas Públicas ao longo dos anos.

A avaliação de políticas públicas no Brasil tem evoluído ao longo dos anos, passando por diferentes fases e se adaptando às mudanças políticas, econômicas e sociais do país. Ao avaliar o mapeamento, não foi observado estudos na década de 1960 de avaliação de políticas públicas no Brasil, apesar de historicamente ter as primeiras iniciativas, relacionadas a programas de desenvolvimento econômico e social financiamentos por organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Durante o regime militar (1964-1985), o foco foi no planejamento governamental com a criação de órgãos como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 1964, com, as avaliações das políticas públicas limitadas a aspectos técnicos e financeiros, sem uma preocupação profunda com os impactos sociais e econômicos.

O processo de redemocratização do nosso país na década de 1980 e a Constituição de 1988, que institucionalizou os anseios da população por leis e direitos que resguardassem os interesses e o bem-estar da população, houve uma abertura para a participação social e a transparência, o que impulsionou o interesse por avaliações de políticas públicas que considerassem aspectos sociais e de equidade.

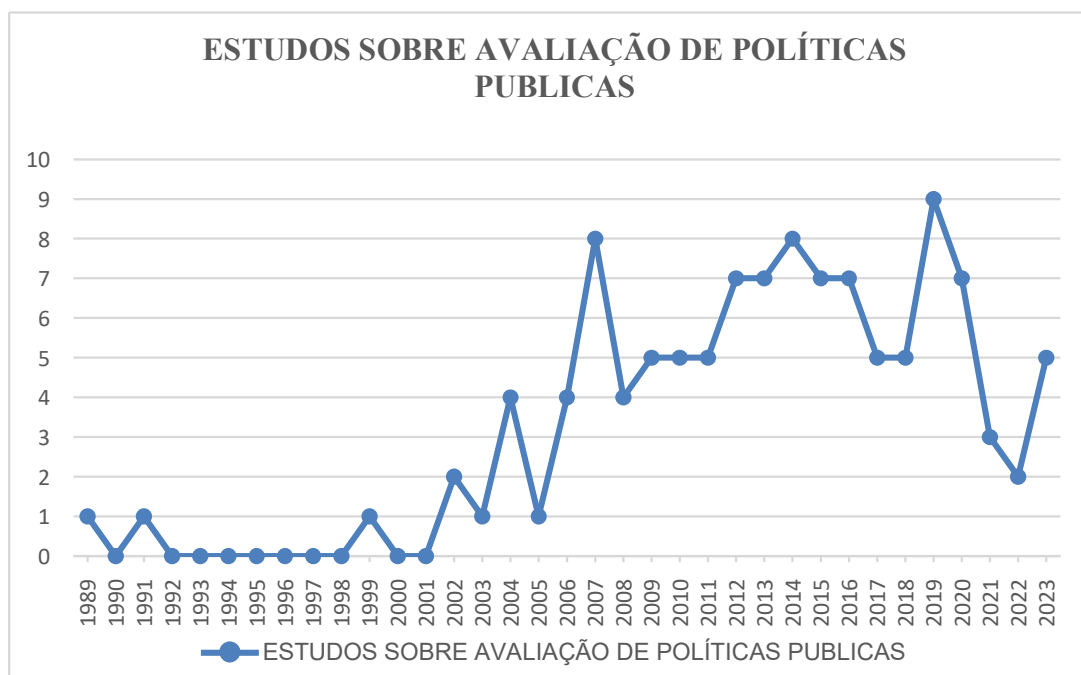
Dessa maneira, na década de 1990, com a reforma do Estado e a adoção de práticas de gestão pública inspiradas no modelo gerencial, a avaliação de políticas públicas ganhou mais destaque. O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, lançado em 1995, foi um marco nesse sentido, incentivando a adoção de mecanismos de monitoramento e avaliação.

A partir dos anos 2000, observou-se um aumento dos artigos de avaliação de políticas, estando relacionado ao fato que os ministérios e órgãos federais começaram a

incorporar rotineiramente a avaliação em seus programas. Durante esse período, houve um foco crescente na avaliação de resultados e impactos das políticas, buscando verificar efetivamente as mudanças geradas na vida da população.

Observou-se algumas quedas dos estudos ao longo de 2001 a 2023, podendo ser atribuído aos problemas enfrentados no Brasil nos últimos anos, como enfraquecimento de órgãos que fornecem dados para o governo como o IBGE e IPEA, redução de orçamento nas universidades, desvalorização da ciência, redução de financiamento e bolsas da CAPES e do CNPq com impacto na produção de artigos científicos, pandemia do COVID-19, entre outros problemas enfrentados no país nos últimos anos.

Gráfico 2. Estudos sobre Avaliação de Políticas Públicas ao longo dos anos.

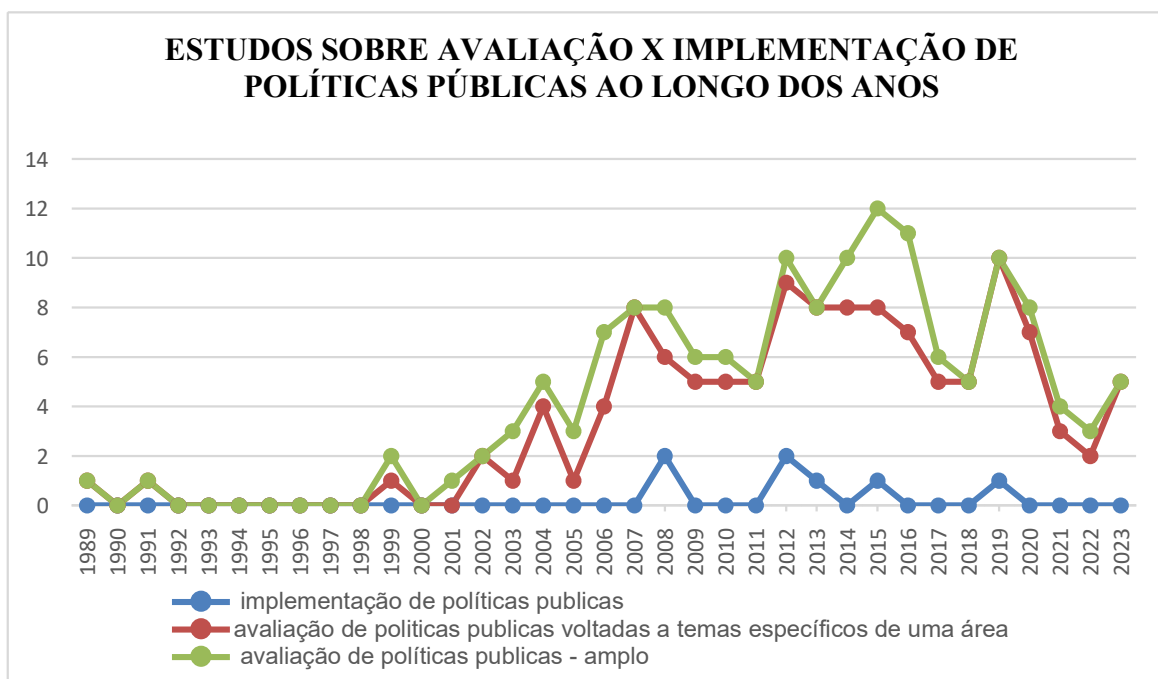


No gráfico 3, que os estudos sobre avaliação de políticas públicas relacionado a áreas específicas tiveram um aumento a partir do anos 2000, associado ao aumento de políticas públicas demandadas pela população nesse período, nas diversas áreas como saúde, educação, meio ambiente etc., além do advento da internet pública, facilitando o acesso aos dados, variando significativamente nas diferentes áreas, refletindo as prioridades governamentais, a disponibilidade de recursos e a complexidade de cada setor.

A avaliação de políticas públicas no Brasil varia significativamente entre diferentes áreas, como saúde, educação e meio ambiente, refletindo as prioridades governamentais, a

disponibilidade de recursos e a complexidade de cada setor. Existe uma demanda por capacitação de profissionais em avaliação e por metodologias mais robustas que possam captar a complexidade das políticas públicas. Outro ponto seria a integração de dados de diferentes fontes e a utilização de tecnologias avançadas de análise para melhorar a qualidade das avaliações e que esses resultados sejam efetivamente utilizados na formulação e na revisão de políticas públicas.

Gráfico 3. Estudos sobre Avaliação x Implementação de Políticas Públicas ao longo dos anos.



• QP2: Como estão distribuídos os estudos sobre avaliação de políticas públicas na área de fitoterapia e plantas medicinais na APS ao longo dos anos?

No gráfico 04 é observado um aumento dos estudos sobre a avaliação de políticas públicas na área de fitoterapia e plantas medicinais na APS a partir de 2006, reflexo da publicação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e em 2008 a publicação do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, com o intuito de estabelecer as diretrizes para a atuação do governo na área de plantas medicinais e fitoterápicos, além de garantir o acesso seguro e uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos em nosso país.

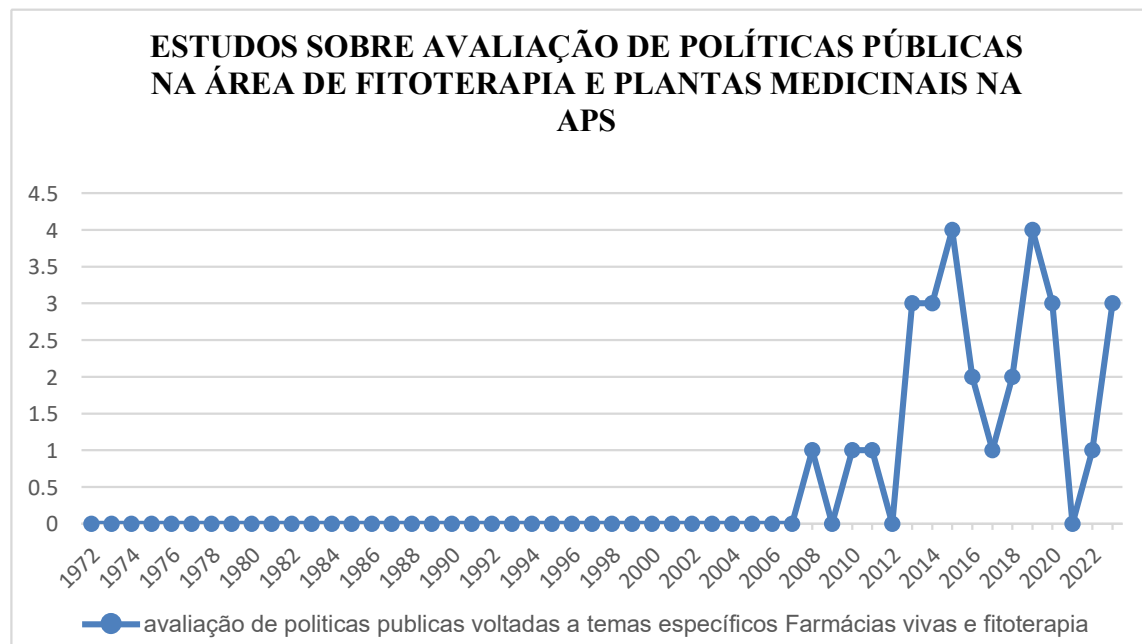
A inclusão da fitoterapia na atenção primária amplia o acesso a tratamentos de baixo custo e com menos efeitos colaterais, especialmente em comunidades rurais e regiões

com acesso limitado a medicamentos convencionais. Portanto, a fitoterapia pode contribuir para a sustentabilidade do sistema de saúde, reduzindo custos com medicamentos e promovendo o uso de recursos naturais locais.

O Ministério da Saúde e outras instituições têm conduzido avaliações para monitorar a implementação e os impactos das políticas de fitoterapia. Essas avaliações focam em aspectos como a eficácia terapêutica, a aceitação pelos usuários e profissionais de saúde, e a integração com outras práticas terapêuticas.

Apesar de incentivos financeiros recebidos via Ministério da Saúde, a consolidação de uma farmácia viva com todas as etapas, desde a colheita até a dispensação de fitoterápicos, representa um desafio às secretarias municipais de saúde. Portanto, é de extrema importância o fortalecimento de políticas que valorizem os medicamentos da biodiversidade, envolvendo, entre outros aspectos tecnológicos, a medicina popular nas comunidades tradicionais, a agricultura familiar, a inclusão social e o papel da APS, com as equipes multiprofissionais, visando o acesso seguro e racional de plantas medicinais e fitoterápicos.

Gráfico 4. Estudos sobre avaliação de políticas públicas na área de fitoterapia e plantas medicinais na APS.



• **QP3: Como se encontra a distribuição geográfica no Brasil das publicações acerca da avaliação de políticas públicas?**

Com base nessa questão, buscou-se observar como estão distribuídos esses estudos pelo Brasil, além de compreender quais os estados estão desenvolvendo estudos acerca de análise de políticas públicas.

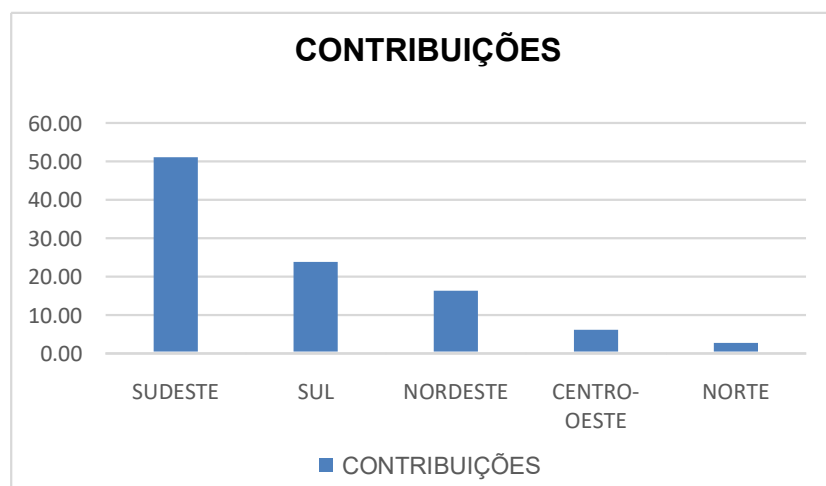
A Figura 2 e o gráfico 5 demonstram a contribuição dos estudos nos 19 estados brasileiros, observando-se que as regiões sul e sudeste possuem um maior número de instituições que contribuíram para a pesquisa em análise de políticas públicas, pela presença de algumas das melhores universidades e centros de pesquisa do país, conhecidos por seus programas de pós-graduação e pesquisa em políticas públicas. Outro destaque seria o centro-oeste com o Distrito Federal, onde se concentram os órgãos do governo federal, facilitando o acesso a dados, informações e parcerias para a avaliação de políticas públicas, além disso, possui uma alta concentração de servidores públicos e técnicos qualificados em políticas públicas, devido à presença dos ministérios e agências reguladoras.

Na Região Norte, observou-se uma menor contribuição de estudos sobre a avaliação de políticas públicas, o que pode estar relacionado à vasta extensão territorial, ao isolamento de comunidades devido ao difícil acesso, à fragilidade na implementação de diversas políticas, incluindo as ambientais, entre outros desafios estruturais dessa região. Apesar dessas dificuldades, a Região Norte se destaca por sua rica biodiversidade, tornando ainda mais essencial o desenvolvimento de estudos e estratégias eficazes para a implementação de políticas públicas. Sendo assim, as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste do Brasil destacam-se na avaliação de políticas públicas devido à combinação de infraestrutura acadêmica, capacidade institucional, investimento em pesquisa, cultura de transparência e colaboração internacional, contribuindo para a melhoria contínua das políticas públicas nessas regiões.

Figura 2. Concentração de contribuição nas publicações por estado.



Gráfico 5 – Porcentagem de contribuições por regiões do Brasil.

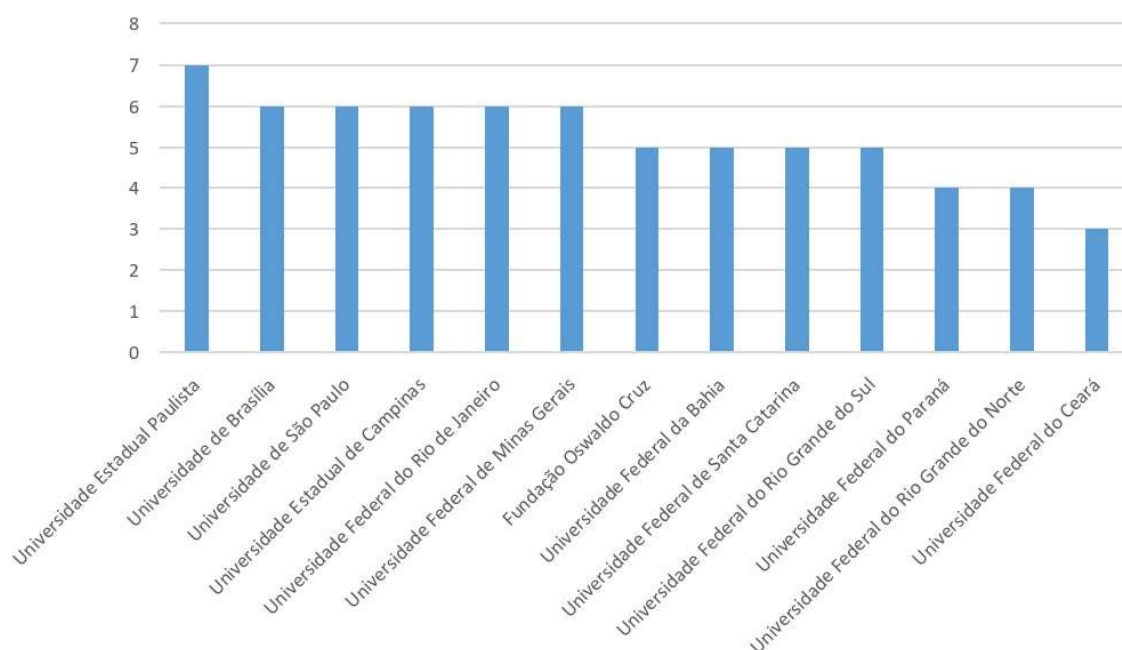


- **QP4: Quais são as instituições e pesquisadores com maior representatividade sobre o tema?**

Essa questão, visou fornecer onde se encontram as instituições de pesquisa e seus pesquisadores que mais contribuíram para o campo de estudo. O apêndice 1 apresenta a lista

dos artigos selecionados neste trabalho contendo os nomes dos autores de cada artigo e as instituições de pesquisa. O gráfico 6 representa as instituições com maiores contribuições por publicação.

Gráfico 6 – Quantidade de instituições com mais contribuição por publicações.



O quadro 2 demonstra os pesquisadores com maior número de trabalhos no tema de avaliação de políticas públicas, observando-se que essas publicações foram em revistas de bom fator de impacto.

Quadro 2. Número de contribuições por autores, instituições, periódicos, qualificação da revista.

AUTOR	INSTITUIÇÃO	Nº DE ESTUDOS	TÍTULO DOS PERIÓDICOS	QUALIFICAÇÃO DA REVISTA
CARLOS AURÉLIO PIMENTA DE FARIA	INSTITUTO DE PESQUISAS UNIVERSITÁRIAS DO RIO DE JANEIRO	3	REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS	QUALIS B1
ROSANA MAGALHÃES	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	3	CIÊNCIA & SAÚDE COLETIVA	QUALIS B1
ANA CLÁUDIA NIEDHARDT CAPELLA	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA	2	REVISTA AGENDA POLÍTICA	QUALIS B3
BERNARDETE A. GATTI	FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS/ SP	2	REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO	QUALIS A1
CELINA SOUZA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA	2	REVISTA BRASILEIRA	QUALIS A1

	BAHIA		DE CIÊNCIAS SOCIAIS	
LEA CARVALHO RODRIGUES	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	2	REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS	QUALIS A1
RAIMUNDO JORGE ZUMAETA COSTA	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ	2	REVISTA CARIBEÑA DE CIENCIAS SOCIALES	QUALIS B1
RODRIGO NOLL GONÇALVES	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	2	REVISTA DE APS	QUALIS B1

Aplicação da Ferramenta framework 3I+E

ENTE FEDERAL

No Brasil, o sistema político está dividido em três esferas: União, Estados e Municípios, além do Distrito Federal (DF). A União, cada Estado, cada Município e o DF é considerado um ente político da República, portanto, apenas o país como um todo, a República Federativa do Brasil, possui soberania. Entretanto, todos os entes das três esferas possuem autonomia político-administrativa, de forma que não possuem hierarquia entre si (BRASIL, 1988).

Instituições

As políticas públicas contemplam diretrizes e linhas estratégicas de atuação governamental, as quais orientam legislação, programas, projetos e atividades que devem ser fruto de um processo sistemático de consultas e debate nacional para aglutinar as partes e criar um sentido de propriedade coletiva. Nesse sentido, cabe destacar três momentos importantes na consolidação de uma política nacional: o processo de desenvolvimento da política; a aplicação das estratégias e atividades orientadas a alcançar objetivos da política; e, finalmente, a avaliação do efeito das atividades e ajuste do programa se for necessário. Todo o processo requer planejamento cuidadoso e participação de todos os envolvidos e, a todo o momento, levar em consideração a dinâmica política do país (OMS, 2003).

O Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos é o principal instrumento para orientação dos gestores federais na implantação das diretrizes da política nacional, assim como subsidia o trabalho do Comitê Nacional (instalado em setembro de

2009) no monitoramento e avaliação das ações com plantas medicinais e fitoterápicos. Cabe ressaltar que, enquanto a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos é documento de Estado, o programa nacional é instrumento de governo para implantação das ações, com definição de prazos e responsabilidades, necessitando, portanto, de revisão e atualização a cada gestão do governo federal (BRASIL, 2006).

A RDC 18/2013 (ANVISA) é um marco regulatório de extrema importância para as Farmácias Vivas no Brasil, pois, estabelece padrões que garantem a qualidade, segurança e eficácia dos fitoterápicos, incentivando a pesquisa e o desenvolvimento e assegurando a integração desses produtos no SUS. Com isso, contribui significativamente para o fortalecimento e expansão das Farmácias Vivas na APS.

Interesses

Alguns programas e experiências municipais a partir da década de 80 na fitoterapia, homeopatia, acupuntura, entre outros, foram os principais indutores para formulação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS, sendo amplamente discutida e aprovada pelas principais instâncias de aprovação de políticas de saúde, como a Comissão Intergestores Tripartite e o Conselho Nacional de Saúde, aprovados pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria GM nº 971, de 3 de maio de 2006.

Da Silva Junior *et al.* 2023, em um estudo realizado sobre o programa Farmácia Viva e o uso de plantas medicinais no Brasil, concluíram que esses estudos destacam a valorização dos saberes tradicionais e populares relacionados ao uso de plantas medicinais, além do fortalecimento do acesso da população a tratamentos alternativos e complementares através da implementação de farmácias vivas, permitindo um papel ativo no cuidado de sua própria saúde.

Ideias

Foi observado que nas discussões sobre plantas medicinais e fitoterápicos inseridas na PNPIIC, a necessidade de uma política nacional que contemplasse o desenvolvimento de toda a cadeia produtiva de plantas medicinais e fitoterápicos, perpassando por outros setores como meio ambiente, agricultura, ciência e tecnologia, entre outros. Diante disso, foi aprovado a PNPMF em 17 de fevereiro de 2005 e o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos em 9 de dezembro de 2008, por meio da Portaria Interministerial nº 2.960.

Fatores Externos

O Ministério da Saúde pública desde 2012 editais de estruturação de farmácias vivas para estados e municípios. A seleção dos projetos se dá por meio de editais de chamamento público onde os selecionados são contemplados, por meio de repasse na modalidade Fundo a Fundo, com recursos financeiros de custeio e investimento, de acordo com Portarias de Habilitação publicadas ao final do processo seletivo.

REGIÃO NORDESTE

O Nordeste brasileiro possui nove estados (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia). A abrangência territorial dessa região corresponde a cerca de 18% do território brasileiro e a sua população, na média de 2002 a 2020, representa cerca de 28% do total de habitantes do Brasil totalizando, segundo o IBGE, em torno de 57 milhões de pessoas, distribuídas em 1.794 municípios.

Instituições

Foram realizadas consultas nos sites oficiais das secretarias estaduais de saúde dos nove estados da Região Nordeste, relacionadas as políticas públicas na área de plantas medicinais e fitoterápicos, encontrando-se registros dessa legislação em apenas três dos nove estados.

O estado do Ceará possui a Lei nº 12.951, de 07 de Outubro de 1999, que dispõe sobre a política de implantação da fitoterapia em saúde pública no Estado do Ceará, além da Portaria SESA nº 275, de 20 de Março de 2012 que Promulga a Relação Estadual de Plantas Medicinais (REPLAME).

O estado do Maranhão possui a Lei nº 1605, de 19 de junho de 2023 que dispõe sobre a criação do Centro de Assistência à Saúde Integrativa e Plantas Medicinais - CASIPLAM/MA e o Programa Municipal de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências.

O estado da Bahia possui a Portaria nº 1.686 de 16 de outubro de 2009 que instituiu o Núcleo Estadual de Plantas Medicinais e Fitoterápicos nesse estado.

Interesses

O estado do Ceará destaca-se na área da fitoterapia, pois, as Farmácias Vivas foram criadas há quase três décadas como um projeto da Universidade Federal do Ceará (UFC), a partir dos ideais do professor Dr. Francisco José de Abreu Matos, baseado nas recomendações OMS, com ênfase àquelas voltadas aos cuidados primários em saúde e cuidados à população do Nordeste que não tinha acesso à saúde, com a utilização de plantas medicinais como único recurso terapêutico (BRASIL, 2006).

No estado do Maranhão, essa diversidade biológica encontra-se distribuída principalmente no Cerrado e Mata dos Cocais, biomas que possuem grande importância social, pois diversas comunidades humanas sobrevivem de seus recursos vegetais. Essas comunidades humanas possuem baixo nível de desenvolvimento socioeconômico, e diante disso, esses recursos vegetais exercem um papel extremamente importante no atendimento das necessidades básicas, como o provimento de medicamentos fitoterápicos, por exemplo, sendo esta muitas vezes, a única alternativa para o tratamento de doenças (VIEIRA, 2015).

Ideias

Na Região Nordeste do Brasil, a utilização de plantas medicinais como prática terapêutica está disseminada nas famílias, incorporando, por vezes, simpatias e oração, num misto de credence e fé, herança dos pajés e dos jesuítas. Neste contexto, encontram-se os “prescritores populares”, personagens bastante conhecidos da cultura nordestina, os quais as populações normalmente de baixa renda têm como fonte de consulta para seus males. São figuras marcantes, com espaço garantido em mercados públicos e em feiras livres, orientando o uso e o preparo das plantas para curar as mais diversas doenças (Magalhães et al 2020)

Santana *et al.* 2023, em seu estudo apresenta dados que reforçam que a população do Nordeste brasileiro possui um grande conhecimento sobre espécies de plantas com potencial terapêutico, superior ao número de espécies descritas na RENISUS, e que muitas dessas plantas medicinais ainda carecem de comprovação científica dos seus benefícios para a promoção da saúde. Ainda nesse estudo, identificou-se 57 espécies nativas do Brasil amplamente utilizadas na medicina popular sem comprovação de eficácia terapêutica e que necessita de novas pesquisas que analisem a ação terapêutica de plantas medicinais nativas da região nordeste.

Fatores externos

Em um estudo realizado por Bonfim *et al.* 2018, para diagnosticar as Farmácias Vivas do estado do Ceará, foi observado que em torno de 79% estavam desativadas por falta de condições técnicas de manutenção por descontinuidade política.

REGIÃO NORTE

A Região Norte do Brasil, composta por sete estados, Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, possui características como elevada desigualdade socioeconômica e isolamento geográfico em relação às regiões mais desenvolvidas do país. Possui em torno de 18 milhões de habitantes, correspondendo 8% do total de habitantes do país. A maioria das cidades são isoladas geograficamente, nas quais se observam altos índices de pobreza (SILVA, 2014, IBGE, 2022).

Instituições

Os legados políticos na área de fitoterapia na Região Norte do Brasil, destaca-se o município de Lajeado, no Tocantins que possui a Lei municipal nº 7.689, de 27 de novembro de 2006 - Institui a Política Intersetorial de Plantas Medicinais e de Medicamentos Fitoterápicos no município de Lajeado-TO.

Interesses

A Região Norte, principalmente a região da Amazônia, abriga uma vasta quantidade de espécies vegetais, muitas das quais possuem propriedades medicinais. Essa biodiversidade oferece um grande potencial para a descoberta e desenvolvimento de novos fitoterápicos. Segundo a OMS, estima-se que, apenas na região amazônica, exista aproximadamente 25.000 espécies de plantas que são empregadas na cura de diversos males.

A Amazônia brasileira abriga inúmeras plantas detentoras de propriedades medicinais, e tem sido foco da atenção mundial, tanto como natureza quanto como sociedade, destacando-se pela importância da maior floresta tropical do planeta. Como acervo, a biodiversidade, que desempenha papel fundamental no contexto econômico, social e cultural das populações tradicionais, tem dado grande contribuição ao longo de diversas décadas, por meio do resgate do conhecimento popular (LEITE, 2009).

Ideias

Na Região Norte, a Amazônia abriga expressivo conjunto de povos indígenas e populações tradicionais (índios, caboclos, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, pescadores, pequenos produtores rurais e extrativistas) que são detentores de um vasto conhecimento sobre as plantas e seu ambiente, passados de geração em geração por via oral. Diante disso, saber respeitá-las, conhecê-las e estudá-las é fundamental para que no futuro, as florestas não sejam ameaçadas, a diversidade vegetal possa ser conservada e as comunidades respeitadas no seu modo de vida (VÁSQUEZ, 2014).

Fatores Externos

A iniciativa Plantas para o Futuro da Região Norte teve como objetivo principal identificar espécies nativas de ocorrência na Região Norte com diferentes usos e com perspectiva de fomentar sua utilização pelo pequeno agricultor e por comunidades rurais (BRASIL, 2022). Dentre as espécies medicinais priorizadas para a Região Norte, algumas já são bastante conhecidas e utilizadas, consta, na Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse ao Sistema Único de Saúde – RENISUS (BRASIL, 2009), a exemplo da andiroba (*Carapa guianensis*), copaíba (*Copaifera* spp.), verônica (*Dalbergia subcymosa*), barbatimão (*Stryphnodendron adstringens*) e unha-de-gato (*Uncaria tomentosa*).

REGIÃO CENTRO-OESTE

Composta pelos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal, a Região Centro-Oeste do Brasil, possui uma densidade demográfica relativamente baixa (em torno de 20%) em relação aos restantes das outras regiões do país (IBGE). É a segunda região do Brasil em extensão territorial e a última em número de habitantes, em torno de 14 milhões de habitantes, cerca de 7.5% da população total do país (VOGT, 2011).

Instituições

No estado do Mato Grosso destaca-se a Lei nº 10.483, de 28 de dezembro de 2016 - Institui a Política Estadual de Plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares e de Medicamentos Fitoterápicos no Estado de Mato Grosso, como também a capital Cuiabá com a Lei nº 5.053, de 28 de Dezembro de 2007 - Cria o Programa Municipal de Fitoterapia e Plantas Medicinais “Fitoviva”.

Interesses

Existem poucos estudos voltados para a identificação de plantas úteis do Cerrado, principalmente quando comparada à diversidade e à área ocupada. O desconhecimento de sua riqueza e possibilidades se agrava quando é estimado que cerca de 40% do bioma já tenha sido devastado e que o Cerrado possui somente 1,5% de sua extensão protegida por lei, sendo atualmente a vegetação em maior risco no país. É preciso considerar que os recursos naturais oferecidos por ele, uma vez extintos, estarão indisponíveis às futuras gerações. Entre estes, pode-se considerar o recurso terapêutico oferecido pelas plantas medicinais (GUARIM, 2003).

Ideias

As plantas medicinais do cerrado na Região Centro-Oeste são exploradas por vários setores da sociedade, como comunidades tradicionais, curandeiros, centros espirituais, empresas fabricantes de essências e aromas, laboratórios farmacêuticos, homeopáticos, fabricantes de extratos e tinturas para fins farmacêuticos, indústrias alimentícias, ervanários e feiras, atacadistas e outros intermediários (Silva *et al.* 2001).

Fatores externos

O Cerrado vem sofrendo contínua devastação nas últimas décadas, devido às atividades de agricultura e pecuária extensivas, com consequências gravíssimas para a manutenção do bioma. Somente 4,1% deste bioma encontra-se em Unidades de Conservação, sendo 2,2% de proteção integral. Também as queimadas utilizadas para estimular a rebrota das pastagens e para abrir novas áreas agrícolas é um problema grave que atinge grandes áreas. Ademais, a atividade extrativista exercida pela população local e por indústrias farmacêuticas tem contribuído para o declínio da vegetação natural desse bioma. Esse declínio tem sido observado, mesmo em unidades de conservação, o que pode contribuir para o extermínio das espécies (KLINK, 2005; FELFILI, 2004).

REGIÃO SUDESTE

A região Sudeste do Brasil é formada pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Possui 84,8 milhões de habitantes, o que representa 41,8% da população do país (IBGE, 2024).

Instituições

Caracterizada por ser a região mais desenvolvida e industrializada do país, a Região Sudeste tem um impacto significativo na política nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, observando-se políticas estaduais e municipais em todos os estados dessa região.

O estado do Rio de Janeiro possui legislação estadual a Lei nº 2537, de 16 de Abril de 1996 que cria o Programa Estadual de Plantas Medicinais no Rio de Janeiro. A Lei nº 8.669, de 19 de Dezembro de 2019 que altera a Lei nº 4.893, de 01 de Novembro de 2006, para dispor sobre a criação das “farmácias vivas” pelo poder executivo do Estado do Rio de Janeiro. A nível municipal foi encontrado a Lei nº 1055 de 13 de Abril de 2023 que Cria no âmbito do Município de Itaperuna-RJ a “Farmácia Viva” e dá outras providências; a Lei nº 9.345, de 24 de Junho de 2021 que cria o Programa Estadual de Medicina Tradicional e Complementar/Alternativa (MT/MCA) no Rio de Janeiro; a Lei nº 4775, de 16 de Setembro de 2021 que cria o Programa da “Farmácia Viva” e celebra o termo de convênio com entidades, órgãos/instituições públicas ou privadas, Macaé/RJ.

No estado de Minas Gerais foi encontrado a Lei nº 2.573, de 4 de Agosto de 2009 que dispõe sobre a implantação, no SUS, no âmbito do município de Ipatinga-MG, tratamento alternativo de Acupuntura, Homeopatia, Fitoterapia e Termalismo; a Lei nº 2467, de 03 de Novembro de 2020 que dispõe sobre a Política de Implantação da Fitoterapia em saúde pública no Município de São Gotardo - MG;

No estado de São Paulo, foram encontrados a Lei nº 14.903, de 6 de Fevereiro de 2009 que dispõe sobre a criação do Programa de Produção de Fitoterápicos e Plantas Medicinais no município de São Paulo-SP; a Lei nº 12.739, de 1 de Novembro de 2007 que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Estadual de Fitoterápicos, Plantas Medicinais e Aromáticas, no Estado de São Paulo; a Lei nº 4.692, de 08 de Dezembro de 2020 que dispõe sobre a implantação do Programa Municipal de Fitoterapia na rede pública de saúde no município de Jardinópolis/SP; a Lei nº 3.782, de 23 de Fevereiro de 2015 que dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Práticas Integrativas e Complementares de Saúde - PMPICS e da Política Intersetorial de Plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares e de Medicamentos Fitoterápicos - PIPMACMF, no município de Itapeva-SP.

No estado do Espírito Santo, encontrou-se a Lei nº 7.684, de 03 de Junho de 2009 que dispõe sobre a instituição da Política Municipal de Plantas Medicinais e Medicamentos Fitoterápicos e dá outras providências, no município de Vitória-ES.

Interesses

O cenário referente às plantas medicinais e fitoterápicos na Região Sudeste representa uma oportunidade, além de ser uma referência no desenvolvimento para o setor farmacêutico no Brasil, não só pela riqueza de nossa biodiversidade, mas pelo conhecimento tradicional e científico acumulado sobre a atividade biológica dessas plantas pela sociedade civil e pelas instituições de ciência e tecnologia (HASENCLEVER, 2017). A Região Sudeste possui diversas instituições de pesquisa em fitoterapia e plantas medicinais, contribuindo para a validação científica de várias espécies vegetais e seus usos terapêuticos, como a Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Ideias

O Estado de São Paulo tem um importante histórico de iniciativas e projetos na área de plantas medicinais, fitoterapia e farmácias viva. Destaca-se a Farmácia Viva de Jardinópolis (Farmácia da Natureza) que foi selecionada, em 2022, pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) para integrar o Laboratório de Inovação em Saúde – Práticas Integrativas e Complementares (LIS-PICS) como uma iniciativa bem-sucedida na área de fitoterapia no Brasil, que possui uma experiência de mais de duas décadas e realiza todas as etapas de produção de plantas medicinais, drogas vegetais e fitoterápicos até sua prescrição e dispensação (Carmona *et al.* 2023).

Fatores externos

A região sudeste, apesar de possuir diversas legislações estaduais e municipais na área da fitoterapia e plantas medicinais, discute lacunas e desafios enfrentados por diversos municípios. Além disso, essa região apresenta uma diversidade de uso das plantas medicinais no SUS com uma riqueza social produzida com as diferentes experiências locais (Carmona *et al.* 2023).

REGIÃO SUL

A região Sul é composta pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, apesar de ser a menor das cinco regiões do Brasil, é a segunda maior em densidade demográfica e a segunda maior economia do país, perdendo apenas para região sudeste (IBGE, 2024). O clima dessa região é bem distinto comparando-se às outras regiões do Brasil, com variações bruscas da temperatura e estações do ano bem definidas.

Instituições

Na região Sul do Brasil, o estado do Rio grande do Sul destaca-se a Portaria nº 1.218, de 12 de dezembro de 2022 que institui a segunda edição da Relação Estadual de Plantas Medicinais de interesse do Sistema Único de Saúde no Rio Grande do Sul (REPLAME/RS), além de outras portarias e decretos municipais.

No Estado do Paraná, o Decreto nº 123, de 13 de outubro de 2015, determina a implantação e execução de projeto para apoio à assistência farmacêutica em plantas medicinais e fitoterápicos, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS no município de São Pedro do Iguaçu-PR.

Já no Estado de Santa Catarina, destaca-se a Portaria nº 047, de 12 de Novembro de 2010 que implanta normas gerais para o desenvolvimento das Práticas Integrativas e Complementares na Rede Municipal de Saúde de Florianópolis-SC, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares.

Interesses

A região Sul destaca-se pelas políticas de Plantas Medicinais e Fitoterápicos com a introdução das plantas medicinais nos programas de saúde e de assistência farmacêutica, incentivando e reforçando as políticas ambientais, voltadas para a agricultura familiar, a agroecologia, a preservação de saberes tradicionais e a geração de emprego e renda.

Ideias

No Estado do Rio Grande do Sul, a Política Intersetorial de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, instituída pela Lei Estadual 12.560/2006, acompanhou a agenda nacional da formulação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, foi originada pela população usuária, por profissionais defensores da Fitoterapia, por agricultores fornecedores de plantas medicinais, pela indústria farmacêutica de capital nacional.

Fatores externos

As políticas públicas de Plantas Medicinais e Fitoterápicos na Região Sul do Brasil se associou à luta por um modelo de atenção humanizada e com maior integração à natureza, e pela preservação de espécies e dos biomas, para que a Fitoterapia na Atenção Básica no SUS passasse a ser estratégica.

Aplicação do framework 3I+E para a política de Plantas Medicinais e Fitoterápicos

Com relação a aplicação do framework 3I+E para a política de Plantas Medicinais e Fitoterápicos foi demonstrado a influência variada que as instituições governamentais, grupos de interesse, ideias e fatores externos têm sobre a formulação dessas políticas nas cinco regiões do Brasil. Foi observado **legados políticos** na área da fitoterapia em todas as regiões do país em paralelo à PNPMF, apesar de algumas regiões do país possuírem políticas em apenas em um único município, no caso da Região Norte. Por outro lado, a Região Sudeste e Sul, possui políticas na área de fitoterápicos e plantas medicinais em todos os estados, refletindo um impacto significativo na PNPMF.

É importante notar que as políticas existentes de plantas medicinais e fitoterápicos formadas pelas **ideias (crenças e valores)** do público e de outros interessados, demonstra a influência interconectada dos componentes do framework 3I+E. A formação de redes de políticas pode levar a influências significativas na tomada de decisões por meio de contribuições de interesses externos, a exemplo de alguns programas e experiências municipais a partir da década de 80 na fitoterapia, homeopatia, acupuntura, entre outros, que foram os principais indutores para formulação da PNPIC no SUS.

Em paralelo à PNPMF, a existência de uma rede de políticas específica influenciando as decisões sobre as plantas medicinais e fitoterápicos foi observada em todas as regiões do país, com vários **grupos de interesses**, defendendo riquezas regionais específicas, a exemplo da Região Norte com um bioma de milhares de espécies de plantas medicinais, a Região Nordeste, com o estado do Ceará, onde as Farmácias Vivas foram criadas a partir dos ideais do professor Dr. Francisco José de Abreu Matos, a Região Centro-oeste com a riqueza do bioma do cerrado como um recurso terapêutico, além das Regiões Sul e Sudeste, onde possui diversas instituições de pesquisa em fitoterapia e plantas medicinais, com estudos sobre a validação científica de várias espécies vegetais e seus usos terapêuticos, incentivando e reforçando as políticas ambientais e a preservação de saberes tradicionais.

Com relação às crenças e valores dos cidadãos nas discussões sobre Plantas Medicinais e Fitoterapia, inseridas na PNPIC, houve a necessidade de uma política nacional que contemplasse o desenvolvimento de toda a cadeia produtiva de plantas medicinais e fitoterápicos, perpassando por outros setores como meio ambiente, agricultura, ciência e tecnologia, sendo aprovada a Política e o Programa Nacional de Plantas Medicinais e

Fitoterápicos. Portanto, do Norte ao Sul do Brasil, o Brasil abriga um expressivo conjunto de povos e populações tradicionais (índios, caboclos, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, pescadores, pequenos produtores rurais e extrativistas) que são detentores de um vasto conhecimento sobre as plantas e seu ambiente.

O Ministério da Saúde pública desde 2012 editais de estruturação de farmácias vivas para estados e municípios. A seleção dos projetos se dá por meio de editais de chamamento público onde os selecionados são contemplados, por meio de repasse na modalidade Fundo a Fundo, com recursos financeiros de custeio e investimento, de acordo com Portarias de Habilitação publicadas ao final do processo seletivo.

Ao examinar os **fatores externos** por meio do framework 3I+E, observa-se que o país ainda enfrenta dificuldades para consolidar o Projeto Farmácia Viva em diversos municípios, por falta de condições técnicas de manutenção e descontinuidade política. Um outro cenário preocupante para essas políticas são as contínuas devastações nas últimas décadas, com consequências gravíssimas para a manutenção do bioma.

Portanto, o fortalecimento das políticas de Plantas Medicinais e Fitoterápicos nos estados e municípios reflete o histórico de iniciativas e projetos na área de plantas medicinais, fitoterapia e farmácias viva por todo o país, além da identificação de espécies nativas que constam na Relação Nacional de Medicamentos (RENAME) e na Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse ao Sistema Único de Saúde – RENISUS (BRASIL, 2009). Ademais, o Brasil apresenta uma diversidade de uso das plantas medicinais no SUS, associado à luta por um modelo de atenção humanizada e com maior integração à natureza, para preservação de espécies e dos biomas.

6. CONCLUSÃO

A avaliação de políticas públicas no Brasil tem se desenvolvido de forma significativa ao longo das décadas, com uma crescente institucionalização e sofisticação das práticas avaliativas. No entanto, ainda há muitos desafios a serem superados para garantir que essas avaliações sejam efetivas e influenciem positivamente a formulação e a implementação de políticas públicas no país, com a integração de diferentes áreas do governo, e maior uso de dados e tecnologias para melhorar a qualidade das avaliações. A crise econômica e política dos últimos anos também trouxe desafios para a continuidade e a eficácia dessas práticas.

Ao analisar as instituições relevantes, interesses, ideias e fatores externos por meio do framework 3I+E, constatou-se que as políticas na área da fitoterapia e plantas medicinais no SUS mostram um cenário promissor, com avanços significativos na implementação e aceitação dessas práticas. No entanto, desafios importantes permanecem, especialmente em relação à regulação, capacitação contínua e ampliação das evidências científicas. A continuidade dos esforços de monitoramento e avaliação é crucial para garantir que essas políticas sejam efetivas e seguras, contribuindo para a melhoria da saúde e do bem-estar da população.

Os desafios estão relacionados na garantia da qualidade, na segurança e na eficácia dos fitoterápicos, onde existe uma necessidade constante de capacitação dos profissionais de saúde para o uso correto e seguro dos fitoterápicos, bem como para a orientação adequada dos pacientes, além da necessidade de ampliar a pesquisa para consolidar a base de dados e orientar a prática clínica.

A Farmácia Viva no âmbito da APS fortalece a fitoterapia como uma opção de cuidado, com a participação ativa das comunidades, incentivando o uso adequado das plantas medicinais no SUS. A consolidação dessa prática de cuidado ainda é um entrave no contexto de saúde pública, apesar das políticas de acesso e uso de plantas medicinais e fitoterápicos vigentes.

Podemos observar algumas lacunas presentes na formulação de algumas legislações de plantas medicinais e fitoterápicos, a exemplo da RDC 18/2013, que não referencia os arranjos produtivos locais, parte importante no processo inicial de implantação das Farmácias Vivas no SUS.

Por fim, diversos municípios do Brasil seguem desenvolvendo programas de fitoterapia na Atenção Básica e na Estratégia Saúde da Família, utilizando as plantas medicinais e fitoterapia, na condição de método terapêutico ou prática complementar na APS, como mais um recurso incorporado na prática do cuidado, com a ampliação das opções terapêuticas e a melhoria da atenção à saúde aos usuários do SUS.

REFERÊNCIAS

AGUM, R.; RISCADO, P.; MENEZES, M.. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. *Revista Agenda Política*, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 12–42, 2015. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/67>. Acesso em: 19 jan. 2024.

ANTONIO, G.D.; TESSER, C.D.; MORETTI-PIRES, R.O.. Fitoterapia na Atenção Primária à Saúde. *Revista de Saúde Pública*, v. 48, n. 3, p. 541-553, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/pny48FkxdsHPPJ7dcVjCGTM/?lang=pt>. Acesso em: 19 jan. 2024.

BATISTA L. M. ; VALENÇA A. M. G. A Fitoterapia no Âmbito da Atenção Básica no SUS: realidade e perspectivas. *Revista Brasileira em Odontopediatria Clínica Integrada*. v. 12, n. 2, p. 293-296, jul. 2012. Disponível em: <https://arquivo.revista.uepb.edu.br/index.php/pboci/article/view/1604/848>. Acesso em: 20 mai. 2023.

BOSSO, B.. Farmácia natural brasileira: biomas como berços para a criação de medicamentos: plantas, animais e microrganismos guardam "receitas" para a saúde e o bem-estar, mas desafios põem em xeque o potencial desses recursos. *Ciência & Cultura*, São Paulo, v. 75, n. 4, p. 01- 04, 2023. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252023000400015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 mai. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade. Espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial: plantas para o futuro: região norte / editores: Lidio Coradin, Julcéia Camillo e Ima Célia Guimarães Vieira. – Brasília, DF: MMA, 2022. 1452 p.: il.; color (Série Biodiversidade; n. 53).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria De Atenção À Saúde. Glossário Temático: Práticas Integrativas e Complementares Em Saúde / Ministério Da Saúde, Secretaria Executiva, Secretaria De Atenção À Saúde. – Brasília: Ministério Da Saúde, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Práticas integrativas e complementares: plantas medicinais e fitoterapia na Atenção Básica/Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 156 p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica; n. 31).

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 886, 20 de maio de 2010. Institui a Farmácia Viva no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos /Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRUNING, M. C. R.; MOSEGUI, G. B. G.; VIANNA, C. M. DE M.. A utilização da fitoterapia e de plantas medicinais em unidades básicas de saúde nos municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu - Paraná: a visão dos profissionais de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 10, p. 2675–2685, out. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/z6RsN7j4bRKfM8Lq8tQNX4N/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2023.

CAPELLA, A. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, n. 61, p. 25-52, 2006. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/291/279>. Acesso em: 10 mai. 2024

CARVALHO, O. F. D. As políticas públicas como concretização dos direitos sociais. *Revistas de Investigações Constitucionais*, v. 6, n. 3, p. 773–94. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rinc/article/view/59730>. Acesso em: 19 nov. 2024.

CARMONA, F.; CARLESSI, P. C.; CARNEVALE, R. C.; BARROS, N. F.; PEREIRA, A. M. S. Prefácio: Experiências atuais em fitoterapia e farmácias vivas no Estado de São Paulo: um trabalho multidisciplinar. *Medicina* (Ribeirão Preto) [Internet], v. 56, n. 2, p. e-212699, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/212699>. Acesso em: 24 set. 2024.

CONTATORE, O. A.; BARROS, N. F. de; DURVAL, M. R.; BARRIO, P. C. C. da C.; COUTINHO, B. D.; SANTOS, J. A. et al. Uso, cuidado e política das práticas integrativas e complementares na Atenção Primária à Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*. v. 20, n. 10, p. 3263–3273, out. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/3RHZrF6SNDSyLS77h9MzrMH/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2024.

CHEROBIN, F.; BUFFON, M. M.; CARVALHO, D. S.; RATTMANN, Y. D. Plantas medicinais e políticas públicas de saúde: novos olhares sobre antigas práticas. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 32, n. 3, p. e320306, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/mtGJXwpsZtq8GwFhdgpryRC/?lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2024.

DACAL, M. DEL P. O.; SILVA, I. S.. Impactos das práticas integrativas e complementares na saúde de pacientes crônicos. *Saúde em Debate*, v. 42, n. 118, p. 724–735, jul. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/yHcDzsKdH8phHYGPH7Gslyd/#>. Acesso em: 02 mar. 2024.

DA SILVA JÚNIOR, E. B.; NUNES, X. P.; DA SILVA, I. S. M. A.; PEREIRA, G. M. C. L.; VIEIRA, D. D.; NUNES, X. P. Farmácia viva: promovendo a saúde por meio da fitoterapia no Brasil - uma revisão sistemática. *Contribuciones a Las Ciencias Sociales*, v. 16, n. 8, p. 9402–9415, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/1318/988>. Acesso em: 24 set. 2024.

DALFIOR, E. T.; LIMA, R. C. D.; ANDRADE, M. A. C. Reflexões sobre análise de implementação de políticas de saúde. *Saúde Debate* (Rio de Janeiro), v. 39, n. 104, p. 210-225, Jan-Mar, 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/yZYjCvXjy45tyzLhRp7qycb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2023.

DIAS, E.C.M.; TREVISAN D.D.; NAGAI, D.D.; RAMOS, N.A.; SILVA, E.M. Uso de Fitoterápicos e Potenciais Riscos de Interações Medicamentosas: Reflexões para Prática Segura. *Revista Baiana de Saúde Pública*, v. 41, n. 2, p. 297-307, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/2306/2237>. Acesso em: 12 ago. 2023.

DORSA, A. C. O papel das políticas públicas no Brasil: reflexões necessárias. *Interações (Campo Grande)* [Internet], v. 22, n. 2, p. 1–4, abr. 2021. Disponível em: <https://interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/3504>. Acesso em: 12 abr. 2024.

DOWBOR, M.; CARLOS, E.; ALBUQUERQUE, M. C. Como origens movimentistas de políticas públicas: proposta analítica aplicada como áreas de criança e adolescente, direitos humanos e saúde. *Lua Nova*, n. 105, p. 139. 47–80, set. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/kXMwtdZDp9V6nMZ34gnvCHc/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 20 mai. 2024.

DRESCH, R.R.; CARVALHO, J. G. Análise dos Programas de Fitoterapia e de Farmácias Vivas no Sistema Único de Saúde - SUS. *Revista Fitos*. Rio de Janeiro, v. 15, supl. 1, p. 1-13, jan. 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/51639>. Acesso em 30 jul. 2023.

DRUMOND, A. M.; SILVEIRA, S. DE F. R.; SILVA, E. A.. Predominância ou coexistência?: modelos de administração pública brasileira na Política Nacional de Habitação. *Revista de Administração Pública*, v. 48, n. 1, p. 3–25, jan. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/fsJhVDkhWY3n3HYXpJwcT9d/?lang=pt#>. Acesso em 30 mai. 2024.

ESPERIDIÃO, M. A.. Análise política em saúde: síntese das abordagens teórico-metodológicas. *Saúde em Debate*, v. 42, n. spe2, p. 341–360, out. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/D7NCkqzkwkjpMQNkxwWWXjLb/?lang=pt>. Acesso em: 30 mai. 2024.

FIGUEREDO, C. A. DE .; GURGEL, I. G. D.; GURGEL JUNIOR, G. D.. A Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos: construção, perspectivas e desafios. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 24, n. 2, p. 381–400, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/fzMtXMF6QwLVHLk8nzxdFdM/?lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2024.

GLASS, L.; LIMA, N. W.; NASCIMENTO, M. M.. Práticas integrativas e complementares no Sistema Único de Saúde do Brasil: disputas político-epistemológicas. *Saúde e Sociedade*, v. 30, n. 2, p. e200260, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/VrpXFjHpkQnxkwfBMtnNLmr/#>. Acesso em: 05 dez. 2023.

GONDIM, J. M. da S.; MELO, E. S. de P.; ALVES JUNIOR, A. da S.; NASCIMENTO, V. A. Desenvolvimento de farmácias vivas em associação com fatores sociodemográficos brasileiros. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, [S. l.], v. 11, n. 2, p. e22211225524,

2022. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/25524>. Acesso em: 19 mar. 2023.

KLINK, C.A.; MACHADO, R.B. A conservação do Cerrado brasileiro. *Megadiversidade*, v. 1, n. 1, p. 147-155, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228342037_A_conservacao_do_Cerrado_brasileiro. Acesso em: 30 jul. 2024.

KITCHENHAM, B.; CHARTES, S. Guidelines for performing systematic literature reviews in software engineering. *EBSE Technical Report*. Department of Computer Science Keele University, 2007. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4108896/mod_resource/content/2/slrPCS5012_highlighted.pdf. Acesso em: 18 ago. 2024.

LEITE, J.P.V. *Fitoterapia: bases científicas e tecnológicas*. São Paulo. Editora Atheneu, 2009. 328p.

LOSSO, L. N.; FREITAS, S. F. T. DE .. Avaliação do grau da implantação das práticas integrativas e complementares na Atenção Básica em Santa Catarina, Brasil. *Saúde em Debate*, v. 41, n. spe3, p. 171–187, set. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/msvtPZBbytTQC84JjpCtYjQ/?lang=pt#>. Acesso em: 04 mai. 2024.

MACIEL, M. A. M. et al.. Plantas medicinais: a necessidade de estudos multidisciplinares. *Química Nova*, v. 25, n. 3, p. 429–438, maio 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/qn/a/tgsYhzhfzBs3pDLQ5MtTnw9c/#>. Acesso em: 14 ago. 2024.

MATOS, F.J.A. *Farmácias vivas: sistema de utilização de plantas medicinais projetado para pequenas comunidades*. 3.ed. Fortaleza: EUFC, 1998. 219p.

MIRANDA, J. P. R.. *Análise e avaliação de políticas públicas*. Brasília: Programa Nacional de Formação em Administração Pública, 2021. 132 p.

OGAVA, S. E. N. et al.. Implantação do programa de fitoterapia "Verde Vida" na secretaria de saúde de Maringá (2000-2003). *Revista Brasileira de Farmacognosia*, v. 13, p. 58–62, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbfar/a/gczc95K9GGjHqCfRMJqFcbP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 ago. 2024.

OMS, *Relatório global da OMS sobre medicina tradicional e complementar*. Genebra, Organização Mundial da Saúde, 2019.

PETERSEN, K.; VAKKALANKA, S.; KUZNIARZ, L.. Guidelines for conducting systematic mapping studies in software engineering: An update. *Information and Software Technology*, v. 64, p. 1–18, 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0950584915000646?via%3Dihub>. Acesso em: 10 mai. 2024.

RIBEIRO, L. H. L.. Análise dos programas de plantas medicinais e fitoterápicos no Sistema Único de Saúde (SUS) sob a perspectiva territorial. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, n. 5, p. 1733–1742, maio 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/t4mKYxxdLM8nNvhtWLkbBVz/?lang=pt#>. Acesso em: 25 abr. 2024.

RUA, M. G. *Políticas públicas*. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, CAPES, Universidade Aberta do Brasil, 2009. 130p. Disponível em: https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/10551017022012Políticas_Publicas_Aula_1.pdf. Acesso em: 28 abr. 2024.

SAMPAIO, J.; ARAÚJO JR, J. L.. Análise das políticas públicas: uma proposta metodológica para o estudo no campo da prevenção em Aids. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, v. 6, n. 3, p. 335–346, jul. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/75n3wrFb6hv7Dn3swN75MSv/#>. Acesso em: 15 mai. 2024.

SANTOS, R. L. et al.. Análise sobre a fitoterapia como prática integrativa no Sistema Único de Saúde. *Revista Brasileira de Plantas Medicinais*, v. 13, n. 4, p. 486–491, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpm/a/ZBKcPvMgQ4LTN8KRbsdGxjj/?lang=pt>. Acesso em: 30 set. 2024.

SANTOS, S. L. F.; ALVES, H. H. S.; BARROS, K. B. N. T.; PESSOA, C. V.. Uso de Plantas Medicinais no SUS: uma revisão narrativa. *Revista Ciências & Saúde Online*. v. 5, n. 3, p. 63–80, 2016. Disponível em: <https://rsc.revistas.ufcg.edu.br/index.php/rsc/article/view/230>. Acesso em: 12 out. 2023.

SILVA, R. R. DA .; BACHA, C. J. C.. Acessibilidade e aglomerações na Região Norte do Brasil sob o enfoque da Nova Geografia Econômica. *Nova Economia*, v. 24, n. 1, p. 169–190, jan. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/neco/a/KZkNmmMZNxvhGCDByZFX5TC/?lang=pt#>. Acesso em: 28 ago. 2024.

SILVA, S.R.; BUITRÓN, X.; OLIVEIRA, L.H.; MARTINS, M.V.M. *Plantas Medicinais do Brasil: aspectos gerais sobre legislação e comércio*. Quito: TRAFFIC América do Sul, EMBRAPA, 2001. 44 p.

SILVA, G. K. F. DA . et al.. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares: trajetória e desafios em 30 anos do SUS. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 30, n. 1, p. e300110, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/KrS3WpRhWWS34mccMtyxXPH/?lang=pt#>. Acesso em: 10 jul. 2023.

SOUZA, C.. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, n. 16, p. 20–45, jul. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?lang=pt#> . Acesso em: 05 ago. 2024.

SOUZA, C.. "Estado do campo" da pesquisa em políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, p. 15–20, fev. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/P74kwjCmQ5Q5ySrKLYpgdCB/?format=pdf&l>. Acesso em: 05 ago. 2024.

SOUZA, J. de; KANTORSKI, L. P.; LUIS, M. A. V. Análise documental e observação participante na pesquisa em saúde mental. *Revista Baiana de Enfermagem*, v. 25, n. 2, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/5252>. Acesso em: 24 nov. 2023.

TENORIO, E. C. H.; SANTOS, J. M. Reflexões sobre o processo de implementação da política pública de saúde no Brasil. *Espaço Público*, v. 2, p. 18-25, dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/politicaspUBLICAS/article/view/238593/30375>. Acesso em: 05 ago. 2024.

TELESI JÚNIOR, E.. Práticas integrativas e complementares em saúde, uma nova eficácia para o SUS. *Estudos Avançados*, v. 30, n. 86, p. 99–112, jan. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/gRhPHsV58g3RrGgJYHJQVTn/?lang=pt#>. Acesso em: 01 set. 2024.

VENTURA, M.M. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. *Revista SOCERJ*, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007. Disponível em: http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf. Acesso em: 08 maio. 2024.

VOGT, C. Estados, territórios e províncias. *Com Ciência, Campinas*, n. 133, 2011. Disponível em: https://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542011000900001&lng=pt&nrm=isso. Acesso em: 20 set. 2024.

ZANELA MENDES, T.; ALEJANDRO GUGLIANO, A. Avaliação de políticas públicas de saúde: considerações iniciais sobre a realidade brasileira. *Salão do Conhecimento*, [S. l.], v. 6, n. 6, 2020. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/18614>. Acesso em: 21 ago. 2024.

8. APÊNDICES

Apêndice 1. Estudos selecionados de avaliação de políticas públicas

ID	Título da publicação	Resumo do estudo	Autor da publicação	local/Região da pesquisa da publicação	Ano de publicação	Avaliação de políticas em fitoterapia e plantas medicinais no SUS	Área de conhecimento (campo de conhecimento)	Instituição dos pesquisadores
1	Análise de políticas públicas: uma revisão da literatura sobre o papel dos subsistemas, comunidades e redes	O texto aborda a evolução do conceito de subsistemas na análise de políticas públicas, destacando sua crescente importância nos modelos teóricos recentes. Esses subsistemas são vistos como espaços de interação entre atores, instituições e ideias, essenciais para entender o processo de formulação de políticas públicas. O artigo explica a construção dos conceitos de subsistemas, comunidades e redes nesse contexto.	Ana Cláudia Niedhardt Capella	São Paulo	2015	Não	Ciências Sociais	Universidade Estadual Paulista
2	Análise das políticas públicas: uma proposta metodológica para o estudo no campo da prevenção em Aids	O texto discute as políticas públicas no enfrentamento da Aids, destacando sua importância na prevenção ao HIV no Brasil. Enfatiza o papel de diversos atores com interesses e poder político em um contexto de disputas por direitos e deveres sociais. O objetivo é apresentar uma análise teórica das políticas, abordando categorias como atores, conteúdo, contexto e processo, focando nos desafios da construção, formulação e implementação dessas políticas e nas sugestões de especialistas para melhorar as intervenções públicas de prevenção à Aids.	Juliana Sampaio	Pernambuco	2006	Não	Ciências da Saúde	Universidade Federal de Pernambuco
3	Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do "campo de públicas"	O artigo analisa a evolução da análise de políticas públicas no Brasil, destacando sua origem na década de 1930 e a falta de institucionalização até os anos 2000. A partir dessa década, com o crescimento da produção acadêmica e dos cursos sobre políticas públicas, o campo científico se consolidou, e a policy analysis passou a ter um papel central na orientação das políticas públicas no país.	Marta Ferreira Santos Farah	São Paulo	2016	Não	ciências sociais	Fundação Getulio Vargas, São Paulo

4	A contribuição da sociologia para a análise de políticas públicas	O artigo destaca as contribuições da sociologia para a análise de políticas públicas, enfatizando a importância de seus conceitos sobre grupos sociais, normas e a interação entre estrutura social e instituições políticas na compreensão dos processos de formulação e implementação de políticas.	Soraya Vargas Cortes	Rio Grande do Sul	2012	Não	Ciências humanas	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
5	Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década	O artigo analisa a implementação da educação continuada no Brasil na última década, destacando suas diversas modalidades e focos nos professores. Também discute o papel da legislação brasileira, os desafios enfrentados e as novas leis que impulsionam essas iniciativas, contextualizando-as com documentos internacionais.	Bernardete A. Gatti	São Paulo	2008	Não	Ciências humanas	Fundação Carlos Chagas/ SP
6	A política da avaliação de políticas públicas	O artigo analisa a tendência de tratar a avaliação de políticas públicas de forma técnica e gerencial, especialmente na América Latina. Destaca a prevalência dessa abordagem como ferramenta de gestão e enfatiza o caráter político da avaliação, mostrando como ela é influenciada por estratégias e interesses dos tomadores de decisão.	Carlos Aurélio Pimenta de Faria	Minas Gerais	2005	Não	Ciências humanas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
7	Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação	O artigo discute o crescente foco das políticas públicas de informação e sua relação com a Ciência da Informação. A Análise de Políticas Públicas pode enriquecer esses estudos ao abordar o papel do Estado como produtor e acumulador de informações, destacando suas implicações na sociedade contemporânea. O texto também propõe aspectos teóricos e metodológicos para a pesquisa nesse campo.	José Maria Jardim	Rio de Janeiro	2009	Não	ciências sociais	Universidade Federal Fluminense
8	Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década	O artigo analisa a implementação da educação continuada no Brasil na última década, abordando as diversas iniciativas voltadas para a formação de professores em diferentes níveis de ensino. Discute o papel da legislação brasileira no impulso dessas ações, os desafios enfrentados e as novas legislações que têm surgido. Além disso, coloca a questão no contexto internacional, apresentando documentos de organismos globais.	Bernardete A. Gatti	São Paulo	2008	Não	ciências sociais	Fundação Carlos Chagas/SP
9	Os estudos das políticas públicas no Brasil: passado, presente e caminhos futuros da pesquisa sobre	O artigo examina a evolução dos estudos sobre políticas públicas no Brasil, destacando seu início nos anos 1950 nos Estados Unidos e sua expansão no Brasil nas últimas décadas. Aborda a formação de quadros públicos no pós-1988, a análise das políticas sociais sob as perspectivas do federalismo, das teorias democráticas e do neoinstitucionalismo entre os anos 1990 e 2000. O texto resgata a construção do campo de políticas públicas no Brasil, apresenta o cenário atual e aponta direções para futuras pesquisas na área.	Felipe Gonçalves Brasil	São Paulo	2016	Não	ciências sociais	Universidade Federal de São Carlos

	análise de políticas.							
10	Análise de políticas públicas: algumas reflexões conceituais e suas implicações para a situação brasileira	O artigo discute a análise de políticas públicas, destacando as contribuições do neoinstitucionalismo e da análise de estilos políticos. Ele argumenta que, em países em desenvolvimento como o Brasil, as características sociais, econômicas e políticas exigem a adaptação dos métodos de análise de políticas públicas às suas condições específicas.	Klaus Frey	Santa Catarina	1999	Não	ciências sociais	Universidade Federal de Santa Catarina.
11	Ciclo de Políticas: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas	O artigo analisa o ciclo de políticas públicas, explorando suas potencialidades e limitações. Inicia com a definição dos elementos que compõem as políticas públicas, segue detalhando os estágios do ciclo e suas fragilidades, e conclui com um quadro que integra o ciclo com outras abordagens analíticas.	Savio Raed	Minas Gerais	2014	Não	ciências sociais	Universidade Federal do Rio de Janeiro
12	Análise De Políticas Públicas: Breves Considerações Teórico-Metodológicas	Este trabalho aborda a análise de políticas públicas, dividindo-se em três partes: a primeira explora contribuições da literatura econômica; a segunda foca em três dimensões de análise (histórico-institucional, processual e organizativo); e a terceira propõe um esquema para interpretar as políticas, diferenciando-as pelos instrumentos e arenas decisórias.	Georges Flexor	Rio de janeiro	2006	Não	ciências sociais	Universidade Federal do Rio de Janeiro
13	análise das políticas públicas de enfrentamento da violência sexual infantojuvenil	O artigo analisa o Programa Sentinela, parte do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, destacando suas limitações e potencialidades. Aponta dificuldades na articulação intersetorial, falta de padronização no atendimento e deficiência na capacitação dos profissionais. Conclui que, apesar dos benefícios, o atendimento especializado ainda necessita de mais investimentos e melhorias.	Ana Cristina Wanderley da Paixão	Rio de janeiro	2010	Não	Ciências da Saúde	Fundação Oswaldo Cruz

14	Modelos Contemporâneos de Análise de Políticas Públicas na França: análise sequencial, análise cognitiva e análise de redes	O artigo mapeia modelos contemporâneos de análise de políticas públicas, destacando dois esquemas principais: análise sistêmica e sequencial, focada na ação do Estado para mudanças, e análise estratégica, que vê a ação pública como incremental e influenciada por políticas anteriores. A análise sequencial é predominante, especialmente na análise cognitiva, enquanto a análise de redes se destaca na construção de tipologias. As políticas públicas estão cada vez mais complexas, adotando modelos analíticos combinados.	Dinah dos Santos Tinoco	Rio Grande do Norte	2008	Não	Ciências humanas	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
15	Modelo teórico de análise de políticas públicas e desenvolvimento: um exemplo de aplicação na piscicultura	O artigo combina três referenciais teóricos para analisar a emergência de inovações tecnológicas e o sucesso de atividades agropecuárias. Ao estudar a piscicultura no Vale do Ribeira, SP, destaca-se que a rede sociotécnica foi construída pela proximidade e ação de um "tradutor". No entanto, a rede desestruturou-se devido à crise econômica e à intervenção limitada do poder público, focada apenas em infraestrutura e sem fortalecer as relações internas.	Newton José Rodrigues da Silva	São Paulo	2007	Não	Ciências agrárias	Universidade Estadual Paulista
16	Políticas de Educação Integral em Tempo Integral à Luz da Análise do Ciclo da Política Pública	Este artigo sistematiza elementos para analisar as políticas de educação integral em tempo integral no Brasil, considerando o ciclo das políticas públicas (agenda, formulação, implementação e avaliação). Através de um ensaio teórico, baseado na bibliografia da área, o estudo examina como essas políticas estão na agenda político-educacional, como são formuladas, implementadas e avaliadas, destacando a importância de desenvolver instrumentos e metodologias adequadas para captar as necessidades da área.	Cláudia da Mota Darós Parente	São Paulo	2018	Não	ciências sociais	Universidade Estadual Paulista
17	Abrindo a Caixa: dimensões e desafios na análise de Políticas Públicas	O artigo visa mapear temas essenciais para a análise de políticas públicas, como poder, política, atores e processos decisórios, associando-os ao "ciclo de políticas" (agenda, formulação, decisão, implementação e avaliação). Embora existam diversas abordagens, o ciclo é visto como uma ferramenta útil para orientar a análise, considerando-o não de forma linear, mas como um processo dinâmico, com momentos interligados, conflitos e desafios.	Eduardo Salomão Conde	Minas Gerais	2020	Não	ciências sociais	Universidade Federal de Juiz de Fora

18	Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil	O trabalho discute conceitos fundamentais da análise de políticas públicas, destacando as contribuições do "neoinstitucionalismo" e da "análise de estilos políticos" para a ciência política. Ao analisar a realidade de países em desenvolvimento, como o Brasil, o texto conclui que as peculiaridades socioeconômicas e políticas dessas sociedades exigem uma adaptação dos instrumentos de análise de políticas públicas, que não podem ser tratados apenas como fatores institucionais e processuais específicos	Klaus Frey	Paraná	2022	Não	ciências sociais	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
19	Capital social e redes sociais como alternativa para análise de políticas públicas de educação: o caso de Icapuí-CE	O artigo analisa a política de universalização do ensino fundamental em Icapuí, CE, destacando o papel do capital social e das redes sociais. A gestão participativa e os fortes laços comunitários, originados pela emancipação política, foram cruciais para o sucesso da política educacional e para ações de transformação social.	Rafael D'Almeida Martins	ceará	2010	Não	ciências sociais	Fundação Getúlio Vargas de São Paulo
20	Políticas públicas: uma revisão da literatura	O artigo revisa os principais conceitos e modelos de formulação e análise de políticas públicas, mapeando a literatura clássica e recente sobre o tema. Além disso, discute as aplicações das teorias neo-institucionalistas na análise de políticas públicas.	Celina Souza	Bahia	2006	Não	ciências sociais	Universidade Federal da Bahia
21	Avaliação de políticas públicas de turismo: uma análise bibliométrica dos periódicos de turismo	O trabalho revisa artigos sobre avaliação de políticas públicas de turismo (2003-2010), destacando a pouca relevância do tema nos periódicos, a diversidade de autores e a falta de clareza metodológica, o que compromete as conclusões.	Alba Oliveira Barbosa Lopes	Rio Grande do Norte	2011	Não	ciências sociais	Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
22	Implementação: ainda o “elo perdido” da análise de políticas públicas no Brasil?	O trabalho analisa o ensino e a pesquisa sobre a implementação de políticas públicas no Brasil, investigando sua consolidação com a maior institucionalização da Análise de Políticas Públicas no país. A primeira seção aborda o ensino de implementação nas Ciências Sociais e em programas de pós-graduação na área Interdisciplinar. A segunda seção analisa a produção acadêmica sobre o tema, incluindo teses, dissertações, livros e artigos. As considerações finais interpretam os padrões observados.	Carlos Aurélio Pimenta de Faria	Minas Gerais	2012	Não	ciências sociais	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

23	Avaliação de políticas públicas no Brasil e nos Estados Unidos: análise da pesquisa nos últimos 10 anos	Este estudo compara a pesquisa sobre avaliação de políticas públicas no Brasil e nos EUA, revelando que ambos os países publicam nas mesmas áreas e usam métodos semelhantes, com os americanos adotando mais abordagens quanti-quali. As redes de pesquisa dos EUA são maiores, mas as brasileiras estão em crescimento. Conclui-se que a pesquisa em avaliação no Brasil está se consolidando como um campo de estudo.	Charles David Crumpton	goias	2016	Não	Ciências humanas	Universidade Federal de Goiás
24	Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil	O artigo destaca a necessidade de analisar as políticas públicas para bibliotecas no Brasil, apontando avanços no nível federal, mas graves deficiências nos níveis estadual e municipal. Defende a ampliação dos estudos e o uso de metodologias para entender melhor as causas e efeitos das ações governamentais.	Elisa Campos Machado	Rio de janeiro	2010	Não	ciências sociais	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
25	Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção	O artigo faz um resgate teórico da literatura sobre políticas públicas e avaliação de políticas públicas. Inicialmente, aborda as origens e dimensões das políticas públicas, com foco no Brasil, e analisa a evolução da avaliação desde a década de 1960. Explora metodologias de avaliação, incluindo classificações, critérios e estruturação. Conclui discutindo a aplicação de metaavaliações e novas questões que surgem no contexto democrático-participativo brasileiro.	Andrei Pittol Trevisan	Santa Catarina	2008	Não	ciências sociais	Universidade Federal de Santa Catarina
26	Reflexões sobre análise de implementação de políticas de saúde	Este artigo discute os entraves na operacionalização de políticas de saúde no nível local, considerando questões estratégicas, interesses e múltiplos atores como fatores determinantes para o sucesso ou fracasso. A partir de uma revisão da literatura, analisa a complexidade do processo de implementação de políticas públicas, com foco na saúde coletiva e na produção de conhecimento sobre o tema.	Eduardo Tonole Dalfior	Espirito Santo	2015	Não	Ciências da Saúde	Universidade Federal do Espírito Santo
27	Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas	O artigo analisa modelos de implementação de políticas públicas, destacando dois enfoques: um centrado na hierarquia organizacional e outro nas características locais e burocracias. Propondo um modelo integrado, o estudo considera também os valores e ideias dos atores, mostrando que esses fatores influenciam a execução das políticas, especialmente nas áreas de saúde e educação. A pesquisa contribui para a integração e aplicação prática dos modelos analíticos.	Luciana Leite Lima	São Paulo	2013	Não	ciências sociais	Universidade Estadual de Campinas

28	Políticas públicas, mercado de terras e o meio ambiente : uma análise a partir do Parana	O estudo analisou o impacto das políticas ambientais rurais no mercado de terras no Paraná, mostrando que a adoção de práticas de conservação do solo aumentou tanto a produtividade quanto o valor das propriedades. O Programa Paraná Rural demonstrou que a integração de interesses públicos e privados nas microbacias pode impulsionar o desenvolvimento local, melhorar a qualidade da água e gerar benefícios ambientais, além de contribuir para ganhos econômicos para os proprietários.	Ednaldo Michellon	São Paulo	2002	Não	Ciências humanas	Universidade Estadual de Campinas
29	Política pública de saneamento: apontamentos teórico-conceituais	O artigo revisa a literatura sobre políticas públicas de saneamento, destacando a necessidade de integrar aspectos técnicos e sociais, considerando o saneamento como um direito. Enfatiza a importância de formular e avaliar políticas eficazes, especialmente em países em desenvolvimento, onde desafios específicos devem ser enfrentados para garantir resultados sustentáveis.	Léo Heller	Minas Gerais	2007	Não	Ciências exatas	Universidade Federal de Minas Gerais
30	Implementação de políticas públicas: metodologia de análise sob o enfoque da política institucional	O artigo propõe um método de análise da implementação de políticas públicas, focado nos determinantes institucionais, com o objetivo de melhorar o processo de implementação e destacar sua importância no ciclo das políticas públicas.	Eduardo Tolone Dalfior	Espirito Santo	2015	Não	Ciências da Saúde	Universidade Federal do Espírito Santo
31	Análise de políticas públicas: da técnica às ideias	O estudo apresenta uma visão panorâmica sobre o campo de políticas públicas, abordando desde as contribuições iniciais de Lasswell na década de 1950 até a "guinada argumentativa" dos anos 1990, que ainda influencia o campo. Destaca como os estudos recentes valorizam as ideias como fator central na explicação dos processos de políticas públicas.	Ana Cláudia Niedhardt Capella	São Paulo	2015	Não	ciências sociais	Universidade Estadual Paulista
32	Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais	O artigo propõe uma abordagem mais ampla para avaliar políticas públicas, considerando o contexto social, político e institucional, e sugere quatro dimensões analíticas: conteúdo, contexto, trajetória institucional e aspectos temporais/territoriais.	Lea Carvalho Rodrigues	São Paulo	2008	Não	ciências sociais	Universidade Estadual de Campinas
33	Agentes de implementação: uma forma de	O artigo analisa a implementação de políticas públicas, focando nos Agentes Comunitários de Saúde do Programa Saúde da Família. Examina suas práticas, discricionariedade e interações com usuários e profissionais,	Gabriela Spanghero Lotta	São Paulo	2014	Não	ciências sociais	Universidade Federal do ABC

	análise de políticas públicas	propondo uma nova abordagem para entender a complexidade da implementação de políticas públicas.						
34	Avaliação das políticas públicas de tecnologia social na agricultura baiana	O artigo avalia o Programa Baiano de Tecnologia Apropriada (PBTA), focando na sua contribuição para o desenvolvimento agrícola, socioeconômico e na integração do conhecimento científico com a produção. A pesquisa se concentra no Sul da Bahia, uma região chave para a produção de cacau, destacando os benefícios do PBTA para superar desafios e melhorar a interação entre os atores envolvidos no processo produtivo.	Raimundo Jorge Zumaeta Costa	Bahia	2019	Não	ciências sociais	Universidade Estadual de Santa Cruz
35	Panorama das políticas públicas na educação brasileira : uma análise das avaliações externas de sistemas de ensino	O artigo analisa a evolução das avaliações em larga escala na educação brasileira, abordando sua implementação nos níveis federal, estadual e municipal. Foca nos últimos cinco anos, destacando a consolidação dessas avaliações, que evoluíram de um diagnóstico para uma fase mais prática e operacional.	Flávia Obino Corrêa Werle	Rio Grande do Sul	2014	Não	ciências sociais	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
36	Modelo teórico de análise de políticas públicas e desenvolvimento : um exemplo de aplicação na piscicultura	O artigo propõe um modelo teórico para entender os fatores que influenciam inovações tecnológicas e o sucesso de atividades agropecuárias, usando três abordagens: políticas públicas, sistema local de inovação e sociologia da tradução. A análise do caso da piscicultura no Vale do Ribeira mostra que a rede sociotécnica foi sustentada pela proximidade e ação de um "tradutor", mas colapsou devido à falta de apoio governamental e à fragilidade das relações comerciais.	Newton José Rodrigues da Silva	São Paulo	2007	Não	Ciências agrárias	Universidade Estadual Paulista
37	Política Pública e a Reforma Agrária: Uma Análise a Luz dos Principais Indicadores que Compõem a Política de Assentamentos Rurais	O artigo apresenta os principais indicadores da Política de Reforma Agrária no Brasil desde sua implementação nos anos 1970 até 2017, utilizando o estudo de caso com dados sobre imóveis rurais, projetos de assentamento e famílias assentadas. Os resultados indicam que a política sofre variações conforme mudanças de governo e destaca a necessidade de novas pesquisas para avaliar se os objetivos da reforma agrária foram alcançados conforme a legislação vigente.	Cléria Figueredo	Paraná	2019	Não	ciências sociais	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

38	Reflexões sobre a comunicação em políticas públicas: proposta de um modelo de avaliação da comunicação governamental	O estudo propõe um modelo de avaliação da comunicação governamental, fundamentado em teorias do campo da comunicação. O modelo foi aplicado à Política Nacional de Resíduos Sólidos, que enfrenta desafios na sua implementação. A análise de entrevistas e documentos revelou a necessidade de um modelo de comunicação personalizado, adaptado às especificidades regionais e municipais, em vez de estratégias generalizadas para os gestores.	Layon Carlos Cezar	Minas Gerais	2018	Não	Ciências humanas	Universidade Federal de Alfenas/ MG
39	Categorias de análise de políticas públicas e gestão complexa e sistêmica de políticas públicas	O artigo explora como as teorias sistêmica e da complexidade podem enriquecer a análise e gestão de políticas públicas. A partir dessas abordagens, busca-se uma nova concepção das políticas públicas, destacando a importância de uma leitura mais dinâmica e flexível da realidade. O estudo propõe que essas teorias contribuem tanto para a análise quanto para a gestão das políticas públicas, sem seguir um método rígido, mas uma abordagem mais aberta e complexa.	Janriê Rodrigues Reck	Rio Grande do Sul	2016	Não	Ciências humanas	Universidade do Vale do Rio dos Sinos - RS
40	Estado e políticas (públicas) sociais	O artigo analisa como diferentes concepções de Estado e política social influenciam a implementação de políticas públicas, especialmente na área educacional. Ele compara as abordagens marxista e neoliberal, destacando como essas visões divergentes geram diferentes projetos de intervenção social e educacional.	eloisa de mattos höffling	São Paulo	2001	Não	ciências sociais	Universidade Estadual de Campinas
41	Análise e avaliação das políticas públicas: seu impacto no desenvolvimento local em Angola	O Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 de Angola destaca o setor social como prioridade, com 1/3 do Orçamento Geral do Estado de 2014 destinado a áreas como Saúde, Educação e Assistência Social, visando melhorar as condições de vida da população. No entanto, desafios persistem, especialmente na desconcentração financeira do Estado e na autonomia dos municípios, dificultando o desenvolvimento econômico local e a maior participação dos atores locais no desenvolvimento nacional.	Carlos dos Santos Teixeira	Rio Grande do Sul	2014	Não	Ciências humanas	Universidade de Passo Fundo, RS
42	A avaliação da implementação de políticas públicas a partir da perspectiva neo-institucional:	O artigo propõe um modelo de avaliação da implementação de políticas públicas com base na teoria neo-institucional, utilizando os conceitos de dependência da trajetória e custos de transação. Esse modelo analisa como os arranjos institucionais gerados pela política influenciam as práticas de governo, sendo especialmente útil para avaliar políticas públicas inovadoras e participativas.	Roberto Rocha	Minas Gerais	2004	Não	Ciências humanas	Universidade Federal de Minas Gerais

	avanços e validade							
43	avaliação das políticas públicas de tecnologia social na agricultura baiana	O artigo avalia o Programa Baiano de Tecnologia Apropriada (PBTA), destacando seu impacto no desenvolvimento agrícola e socioeconômico da Bahia. Focado na região cacauzeira do Sul da Bahia, o estudo examina como o PBTA tem promovido a integração de conhecimento científico e tecnológico com a produção agrícola. O programa tem se consolidado como uma ferramenta de articulação entre diversos atores, contribuindo para a superação de desafios regionais e impulsionando o desenvolvimento local.	Raimundo Jorge Zumaeta Costa	Bahia	2019	Não	ciências sociais	Universidade Estadual de Santa Cruz
44	Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos	O artigo oferece uma visão panorâmica da subdisciplina Análise de Política Externa (APE), destacando sua diversidade e evolução, com ênfase no Brasil. A primeira seção resume a evolução da APE, a segunda explora as conexões entre as principais teorias de Relações Internacionais e a APE, e a terceira examina como os métodos da APE têm sido aplicados à análise da Política Externa Brasileira.	Mónica Salomón	Santa Catarina	2013	Não	Ciências humanas	Universidade Federal de Santa Catarina
45	A construção da escola inclusiva: um a análise das políticas públicas e da prática pedagógica no contexto da educação infantil	O ensaio aborda as políticas públicas de inclusão de crianças com deficiência na educação infantil, analisando tanto os aspectos teóricos quanto as práticas de implementação. Foca na análise da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 e nas relações de poder e articulações envolvidas na prática pedagógica nas creches e pré-escolas, com base em relatos de experiências e pesquisas sobre a inclusão educacional.	Marilda Moraes Garcia Bruno	São Paulo	2018	Não	ciências sociais	Universidade Estadual Paulista
46	o uso de estudos prospectivos na análise de políticas públicas: uma análise bibliométrica	O artigo explora o uso de estudos prospectivos na análise de políticas públicas, destacando sua aplicação na definição de agendas políticas, mas com pouca presença nas demais etapas da análise. A pesquisa bibliométrica revelou que o tema é emergente, com poucos artigos publicados entre 2012 e 2013, sendo discutido por um grupo restrito de pesquisadores.	sidarta ruthes	Paraná	2015	Não	ciências sociais	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

47	Política pública, Educação Especial e escolarização no Brasil	O artigo analisa a escolarização de pessoas com deficiência no Brasil entre 2008 e 2018, focando na Política Nacional de Educação Especial. Aponta avanços, como o aumento das matrículas no ensino comum e a criação de programas de apoio especializado. No entanto, ainda existem desafios, especialmente em relação à qualidade dos processos educacionais e a coexistência de práticas contraditórias à proposta inclusiva.	Claudio Roberto Baptista	Rio Grande do Sul	2019	Não	ciências sociais	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
48	A análise de políticas públicas na perspectiva do modelo de coalizões de defesa	O ensaio destaca as contribuições do Modelo de Coalizões de Defesa (MCD), de Paul A. Sabatier, para a compreensão das mudanças nas políticas públicas, especialmente em contextos multifuncionais e intersetoriais. O MCD explica as mudanças nas políticas por meio de disputas entre coalizões de defesa e o aprendizado político, sendo considerado relevante para o estudo de políticas públicas devido à sua coerência e aplicabilidade.	Victor Manuel Barbosa Vicente	Distrito Federal	2015	Não	ciências sociais	Universidade de Brasília (UnB)
49	Educação a distância no Brasil: uma análise da experiência da UFMA do Maranhão	O artigo avalia a implementação da Política de Educação a Distância (EAD) no Ensino Superior, focando no Nead da UFMA em São Luís e Humberto de Campos. A pesquisa analisa como fatores socioeconômicos, culturais e políticos influenciam o processo, usando o método crítico dialético e análise de dados bibliográficos e documentais.	Josie Amaral Bastos	Maranhão	2019	Não	ciências sociais	Universidade Federal do Maranhão
50	O caso da Rede Universitária de Telemedicina: análise da entrada da telessaúde na agenda política brasileira	Este estudo qualitativo analisa a implementação da política de telessaúde no Brasil, focando na criação da Rede Universitária de Telemedicina (Rute). Utilizando modelos de avaliação e análise de políticas públicas, identificou-se que a telessaúde ganhou espaço na agenda governamental quando se alinhou um problema de saúde com um ambiente político favorável. A pesquisa destaca a importância da inclusão digital e do uso de tecnologias para o sucesso da telessaúde no SUS.	Angélica Baptista Silva	Rio de Janeiro	2012	Não	Ciências da Saúde	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz)
51	O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil	O artigo discute a importância da avaliação e monitoramento no planejamento estatal e sua crescente relevância nas pesquisas acadêmicas e na prática governamental. Ele apresenta uma visão sistemática sobre os conceitos, tipos e usos da avaliação de políticas públicas. O estudo também explora as tendências da avaliação no Brasil e no mundo, destacando as dificuldades e as necessidades de aprimoramento dessa prática para melhorar a eficácia e o impacto das políticas públicas.	Marília Patta Ramos	Rio Grande do Sul	2012	Não	ciências sociais	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

52	Inserindo a judicialização no ciclo de políticas públicas	O artigo explora a relação entre a judicialização e o modelo processual de políticas públicas, propondo uma aproximação teórica entre esses dois campos. A pesquisa sugere que a judicialização pode influenciar e ressignificar o ciclo de políticas públicas, incorporando o fenômeno judicializado ao processo de formulação e implementação dessas políticas, o que abre caminho para novos estudos sobre a interação entre esses aspectos.	Guilherme Scodeler de Souza Barreiro	Minas Gerais	2015	Não	ciências sociais	Centro Universitário de Lavras (Unilavras)
53	caminhos da alimentação escolar no Brasil: análise de uma política pública no período de 2003-2004	O artigo avalia a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos estados e capitais do Brasil entre 2003 e 2004, analisando formas de gestão como centralização, escolarização, mista e terceirização. Identifica gargalos como baixo valor per capita, exclusão de certos alunos na base de cálculo, falta de infraestrutura nas escolas e equipe insuficiente para monitoramento. A pesquisa foi baseada em questionários aos coordenadores estaduais e dados do Censo Escolar de 2004.	Márcia Cristina Stolarski	Paraná	2007	Não	Ciências humanas	Universidade Federal do Paraná
54	Empreendedorismo feminino no Brasil: políticas públicas sob análise	Espaço dedicado à divulgação de estudos e pesquisas relacionados ao conceito de small business: micro, pequenas e médias empresas (MPMEs); empreendedorismo; jovens empresários; acesso ao crédito; microfinanças; meios de pagamento; incubadoras; e responsabilidade social.	Daise Rosas da Natividade	Rio de Janeiro	2009	Não	ciências sociais	Universidade Federal do Rio de Janeiro
55	Movimentos sociais do campo e educação: referências para análise de políticas públicas de educação superior	O artigo aborda a luta dos movimentos sociais e sindicatos do campo pelo direito à educação, especialmente superior, destacando o fortalecimento do Movimento da Educação do Campo nos últimos 15 anos. A análise enfoca as conquistas, como a criação de fóruns e marcos legais, e a implementação de programas educacionais. O texto evidencia o papel das organizações dos trabalhadores rurais na melhoria das condições educacionais no campo, dentro do contexto das disputas políticas e da luta de classes.	Salomão Mufarrej Hage	Pará	2014	Não	ciências sociais	Universidade Federal do Pará
56	Dossiê agenda de pesquisas em políticas públicas	O artigo discute a agenda de pesquisa em políticas públicas no Brasil, destacando a necessidade de seu desenvolvimento. Aponta como principais obstáculos as limitações teóricas e metodológicas, além da subordinação da pesquisa às agendas políticas do país.	Marta Arretche	São Paulo	2003	Não	ciências sociais	Universidade Estadual Paulista

57	"Estado do campo" da pesquisa em políticas públicas no Brasil	O trabalho discute o "estado do campo" das políticas públicas no Brasil, destacando as lacunas e as possibilidades para o avanço da produção acadêmica na área. A autora analisa as condições favoráveis ao amadurecimento teórico e metodológico das pesquisas, apesar das dificuldades em termos temáticos, teóricos e metodológicos que demandam a atenção dos pesquisadores.	Celina Souza	Bahia	2003	Não	ciências sociais	Universidade Federal da Bahia
5258	Análise das redes de cooperação científica através do estudo das coautorias dos artigos publicados em eventos da Anpad sobre avaliação de políticas públicas	O estudo analisou as redes de pesquisa sobre avaliação de políticas públicas no Brasil, com base em artigos dos EnAnpads e EnAPGs dos últimos 10 anos. Os resultados indicam que há pouca colaboração entre autores e instituições, com redes de pesquisa fracas e poucos vínculos de coautoria, evidenciando um baixo nível de interação no campo.	Ronan Pereira Capobiango	Minas Gerais	2011	Não	Ciências humanas	Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais
59	IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas	O artigo analisa criticamente os Indicadores Sociais, como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, destacando suas contribuições para a discussão sobre pobreza e exclusão social, mas apontando falhas conceituais, metodológicas e o uso inadequado desses indicadores em políticas públicas.	jose ribeiro soares guimaraes	Rio de janeiro	2005	Não	ciências sociais	Universidade Federal do Rio de janeiro
60	Diferentes olhares na análise de políticas públicas: considerações sobre o papel do estado, das instituições, das ideias e dos atores sociais	O artigo discute os fatores que influenciam a elaboração e execução das políticas públicas, utilizando quatro abordagens teóricas: neomarxismo, neoinstitucionalismo, cognitiva e redes de políticas públicas. Ele destaca que a análise das políticas públicas requer uma abordagem multifacetada, considerando diferentes dimensões simultaneamente, especialmente no contexto das políticas agrícolas.	Catia Grisa	Rio de janeiro	2010	Não	Ciências agrarias	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

61	Avaliação de política nacional de promoção da saúde	O artigo discute a promoção da saúde como estratégia essencial para enfrentar problemas sanitários e melhorar a qualidade de vida, destacando sua relação com os compromissos éticos da política e do sistema de saúde no Brasil. Também apresenta as bases da Política Nacional de Promoção da Saúde construída pelo Ministério da Saúde.	Gastão Wagner Campos	Brasília	2004	Não	Ciências da Saúde	Universidade de Brasília
62	Avaliação de Políticas e Programas de Saúde: contribuições para o debate	Este texto integra o material Caminhos para análise de políticas de saúde, produzido com apoio da Faperj.	Marly M. Cruz	Rio de Janeiro	2011	Não	Ciências da Saúde	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
63	Epidemiologia e políticas públicas	O ensaio discute a relação entre a epidemiologia e as políticas públicas de saúde, destacando como a disciplina contribui para a formulação, implementação e avaliação dessas políticas. Explora o impacto de políticas como a redução da desnutrição infantil no Brasil e discute temas como desigualdade social em saúde, promoção da saúde e regulação de bens impactantes à saúde. O texto também analisa os desafios de integrar o conhecimento epidemiológico nas políticas públicas, com exemplos concretos dessa interação.	Rita Barradas Barata	São Paulo	2013	Não	Ciências da Saúde	Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo
64	A política da avaliação de políticas públicas	O artigo discute a avaliação de políticas públicas, destacando sua visão técnica e gerencial predominante na América Latina. Analisa os fatores que justificam a implantação de sistemas de avaliação, a concepção "tecnicista" dessa prática e seu uso político, subordinado aos interesses dos tomadores de decisão e das estratégias governamentais.	Carlos Aurélio Pimenta de Faria	Rio de Janeiro	2005	Não	Ciências da Saúde	Instituto de Pesquisas Universitárias do Rio de Janeiro
65	Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período de 1995-2002.	Os autores apresentam uma metodologia multidimensional para avaliar programas de segurança alimentar e controle da fome, baseada no modelo estrutura-processo-resultado. A metodologia analisa os materiais dos programas, as intervenções e seus resultados, como cobertura e impactos na segurança alimentar. Foi aplicada para avaliar programas brasileiros de 1995 a 2002, com um estudo de caso na Bahia, envolvendo análise documental, entrevistas e pesquisas domiciliares. O estudo visa identificar os desafios locais na implementação desses programas e avançar nos métodos de avaliação em políticas de segurança alimentar e nutrição.	Sandra Maria Chaves dos Santos	Bahia	2007	Não	Ciências da Saúde	Universidade Federal da Bahia

66	Abordagem antropológica para avaliação de políticas sociais	O artigo explora a contribuição da antropologia na avaliação de programas de saúde, integrando-a com a medicina social. A partir de uma pesquisa em uma favela do Rio de Janeiro, destaca como a abordagem qualitativa ajuda a superar o positivismo, oferecendo uma visão mais ampla e profunda sobre o fenômeno saúde-doença	Maria Cecília de Souza Minayo	Rio de Janeiro	1991	Não	Ciências da Saúde	Fundação Oswaldo Cruz
67	Perspectivas da avaliação na Política Nacional de Humanização em Saúde: aspectos conceituais e metodológicos	O artigo aborda a avaliação na Política Nacional de Humanização (PNH) do SUS, destacando duas abordagens: a definição de indicadores para monitoramento e a realização de pesquisas sobre o impacto das ações. O texto ressalta as especificidades dessas metodologias dentro do contexto do HumanizaSUS e apresenta uma revisão sobre conceitos de monitoramento e avaliação em saúde	Serafim Barbosa Santos-Filho	Brasília	2007	Não	Ciências da Saúde	Universidade de Brasília
68	Avaliação da Política Nacional de Promoção da Saúde: perspectivas e desafios	O artigo discute os desafios da avaliação da Política Nacional de Promoção da Saúde, criticando abordagens que ignoram o contexto cultural e político. Conclui que é necessário um olhar mais profundo sobre a efetividade das intervenções e as metodologias usadas para avaliar o processo e as ações locais	Rosana Magalhães	Rio de Janeiro	2016	Não	Ciências da Saúde	Fundação Oswaldo Cruz
69	Homens, saúde e políticas públicas: a equidade de gênero em questão	O artigo discute as políticas de saúde para homens, analisando sua relação com a equidade de gênero. Aponta a necessidade de integrar a perspectiva de gênero nessas políticas e destaca a complexidade de sua implementação. Conclui que a saúde dos homens deve ser articulada com outras políticas para promover uma abordagem transversal de gênero.	Marcia Thereza Couto	São Paulo	2012	Não	Ciências da Saúde	Universidade de São Paulo
70	Ouvidoria como instrumento de participação, controle e avaliação de políticas públicas de saúde no Brasil	O artigo analisa a Ouvidoria-Geral do SUS, destacando sua contribuição para a participação cidadã, controle social e avaliação das políticas de saúde. A pesquisa revela um aumento na participação dos usuários, principalmente por telefone e internet, e o uso de ferramentas como a Carta SUS e a Lei de Acesso à Informação para o controle social. Contudo, a avaliação da satisfação do usuário é pouco priorizada. O estudo enfatiza a importância das ouvidorias para melhorar os serviços de saúde e sugere a necessidade de seu fortalecimento.	Michelle Vieira Fernandez	Brasília	2021	Não	Ciências da Saúde	Universidade de Brasília

71	Avaliação antropométrica de pré-escolares do município de Mogi-Guaçu, São Paulo: subsídio para políticas públicas de saúde	O estudo avaliou o estado nutricional de 347 crianças em EMEIs de Mogi-Guaçu, SP, e não indicou risco de desnutrição. No entanto, identificou problemas de sobrepeso e obesidade, com índices de peso/idade, altura/idade e IMC acima da média normal.	Isidoro Tadeu Fernandes	São Paulo	2006	Não	Ciências da Saúde	Universidade de São Paulo
72	Políticas públicas de proteção à mulher: avaliação do atendimento em saúde de vítimas de violência sexual	O estudo avaliou as políticas públicas e atendimentos de saúde às vítimas de violência sexual em Teresina-PI, destacando a evolução da legislação e a intervenção pública. O serviço de saúde adotou práticas humanizadas, incluindo exames médicos e acompanhamento multiprofissional. Conclui-se que as políticas de proteção à mulher são eficazes no atendimento às vítimas.	Lucielma Salmito Soares Pinto	piauí	2017	Não	Ciências da Saúde	Universidade Estadual do Piauí
73	Saúde e saneamento: uma avaliação das políticas públicas de prevenção, controle e contingência das arboviroses no Brasil	O estudo analisou documentos sobre o controle das arboviroses no Brasil e identificou que, embora aspectos como comunicação e controle vetorial sejam bem abordados, o saneamento básico é pouco mencionado. A intersectorialidade é citada, mas sem ações claras. Conclui-se que a ausência de foco no saneamento básico prejudica a eficácia das políticas públicas de combate às arboviroses.	Marco Túlio da Silva Faria	Minas Gerais	2023	Não	Ciências da Saúde	Universidade Federal de Minas Gerais
74	Monitoramento e avaliação de políticas públicas de saúde no município de Eldorado do Sul	O relatório avalia o monitoramento e a avaliação das políticas de saúde em Eldorado do Sul, destacando o crescimento populacional de 10% entre 2007 e 2010. A análise revelou dificuldades, como a falta de registros informatizados e a fragmentação das informações. Sugestões para melhorar o processo incluem a implementação de sistemas integrados, capacitação de servidores e a realização de avaliações externas.	Irma Carina Brum Macolmes	Rio Grande do Sul	2012	Não	Ciências da Saúde	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

75	Políticas públicas, políticas sociais e políticas de saúde: algumas questões para reflexão e debate	A comunicação discute as relações entre planejamento estatal e política pública no Brasil, questionando a divisão rígida entre os aspectos “econômicos” e “sociais” da ação governamental. Ao analisar as políticas sociais, especialmente após 1964, destaca a ineficácia dessas ações, com foco na avaliação das políticas nacionais de saúde.	Maria Helena Oliva Augusto	São Paulo	1989	Não	ciências sociais	Universidade de São Paulo
76	Avaliação da política de saúde mental a partir dos projetos terapêuticos de Centros de Atenção Psicossocial	A pesquisa avaliou a política de saúde mental por meio da análise dos projetos terapêuticos de Centros de Atenção Psicossocial no Sul do Brasil. A análise qualitativa de 21 projetos identificou propostas alinhadas com a reforma psiquiátrica, mas também encontrou discursos autoritários e contraditórios, em desacordo com os princípios da atenção psicossocial e as normativas estabelecidas.	Vanda Maria da Rosa Jardim	Rio Grande do Sul	2009	Não	ciências sociais	Universidade Federal de Pelotas
77	Inquéritos Nacionais de Saúde: experiência acumulada e proposta para o inquérito de saúde brasileiro	O artigo revisa as iniciativas de inquéritos populacionais no Brasil e no exterior, destacando sua importância para a formulação e avaliação das políticas públicas de saúde. Propõe ainda um roteiro para a realização do Inquérito Nacional de Saúde, considerando a crescente utilização desses instrumentos como apoio ao planejamento em saúde, diante das limitações das fontes de dados secundários no SUS.	Deborah Carvalho Malta	Minas Gerais	2008	Não	Ciências da Saúde	Universidade Federal de Minas Gerais
78	Economia política e avaliação em políticas públicas no Brasil pós-2014	O artigo analisa a evolução das avaliações de políticas públicas, destacando o foco crescente na eficiência econômica desde 2014, em meio à restrição fiscal. Ele resgata a história da avaliação no contexto do Estado de Bem-Estar Social e critica a ênfase excessiva na eficiência, apontando os riscos dessa abordagem para os valores públicos assegurados pela Constituição de 1988. O texto alerta para o risco de retrocessos civis e sociais caso esse enfoque se intensifique no Brasil.	Paulo de Martino Jannuzzi	Rio de Janeiro	2021	Não	Ciências da Saúde	Fundação Getúlio Vargas - Rio de Janeiro

79	Práticas intersetoriais nas políticas públicas de promoção de saúde	A revisão aborda políticas públicas de promoção da saúde entre 2006 e 2010, destacando a importância da intersectorialidade para enfrentar os determinantes do processo saúde-doença. Contudo, dificuldades como o despreparo de gestores e profissionais e a centralização das decisões prejudicam a implementação integrada. É necessário investir em formação interdisciplinar, valorizar as redes sociais e garantir maior participação comunitária para fortalecer a abordagem intersectorial nas políticas.	Elaine de Azevedo	São Paulo	2012	Não	Ciências da Saúde	Universidade de São Paulo
80	Políticas públicas de saúde no Brasil: uma avaliação do IDSUS no estado do Paraná (2011)	O estudo mapeia os resultados do Paraná no IDSUS/2011, destacando um desempenho satisfatório em comparação ao Brasil, com várias microrregiões com média de 6 pontos. No entanto, a maioria dos municípios não atingiu a nota mínima de 7. Os dados indicam a necessidade de políticas públicas e estratégias locais para melhorar o desempenho nas ações de saúde.	Ivanete Daga Cielo	Paraná	2011	Não	ciências sociais	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
81	Avaliação das políticas públicas sobre a saúde mental da mulher	O artigo aborda a luta das mulheres por direitos e melhores condições de vida, levando à gestão integrada da saúde da mulher. O estudo, uma revisão sistemática, analisou 732 artigos sobre saúde mental feminina e políticas públicas, selecionando 5 relevantes. Conclui que políticas públicas podem promover a saúde mental das mulheres, garantindo direitos e acesso.	Jaqueline Conceição	Paraná	2023	Não	ciências sociais	Universidade do Conestado
82	Análise da produção científica sobre avaliação de políticas de saúde bucal no Brasil	O estudo analisou artigos sobre avaliação de políticas públicas em saúde bucal no Brasil entre 1980 e 2015, selecionando 45 publicações. A maioria dos estudos era quantitativa, focada em cobertura, utilização e monitoramento de intervenções. A maior produção veio da região Sudeste e de instituições públicas. Os artigos foram publicados em periódicos relevantes, contribuindo para o aprimoramento das políticas de saúde bucal.	Sandra Garrido de Barros	Bahia	2019	Não	Ciências da Saúde	Universidade Federal da Bahia
83	Saúde bucal no Programa Saúde da Família: uma avaliação do modelo assistencial	O estudo avaliou a incorporação da saúde bucal no Programa Saúde da Família no Rio Grande do Norte, identificando problemas como precariedade nas relações de trabalho e dificuldades no referenciamento e avaliação das ações. A maioria dos municípios não avançou no modelo assistencial, mas os que progrediram tinham melhores indicadores socioeconômicos. Conclui-se que políticas públicas amplas, além da saúde, são essenciais para promover mudanças efetivas nos modelos assistenciais.	Tatyana Maria Silva de Souza	Rio Grande do Norte	2007	Não	Ciências da Saúde	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

84	Avaliação de iniciativas e programas intersetoriais em saúde: desafios e aprendizados	O artigo analisa iniciativas intersetoriais nas políticas de saúde e proteção social, como o DLIS-Manguinhos e o Bolsa Família. Enfatiza a importância das redes de mobilização social, dos atores envolvidos e da integração institucional para o sucesso dessas iniciativas. Conclui que o diálogo entre pesquisa, avaliação e decisões é crucial para o aprendizado social e institucional.	Rosana Magalhães	Rio de Janeiro	2009	Não	ciências sociais	Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Departamento de Ciências Sociais, Rio de Janeiro
85	Saúde Pública e Políticas Públicas: campos próximos, porém distantes	O artigo propõe um debate interdisciplinar entre saúde pública e políticas públicas, destacando que a literatura brasileira sobre saúde pública ainda usa pouco o conceito de "ciclo de políticas públicas". A análise de 627 artigos da revista Saúde e Sociedade (2005-2015) mostrou essa lacuna. O estudo conclui sugerindo caminhos para integrar melhor esses dois campos.	Vanessa Elias de Oliveira	São Paulo	2016	Não	Ciências da Saúde	Universidade Federal do ABC. São Bernardo do Campo, SP
86	Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais	O artigo discute o uso de indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais após a Constituição de 1988. Apresenta conceitos, propriedades e fontes de dados dos indicadores sociais, além de analisar as vantagens e limitações do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O texto destaca a necessidade de uma abordagem crítica na utilização desses indicadores, evitando a simplificação técnica e promovendo uma análise mais aprofundada no planejamento público.	Paulo de Martino Jannuzzi	Rio de Janeiro	2002	Não	ciências sociais	PUC-Campina
87	Habitação saudável no Programa Saúde da Família (PSF): uma estratégia para as políticas públicas de saúde e ambiente	A saúde está ligada ao estilo de vida e ao ambiente, com a habitação saudável desempenhando um papel central na promoção da saúde. Para melhorar a qualidade de vida, é necessário integrar políticas de saúde, habitação, meio ambiente e infraestrutura, criando alianças intersetoriais. O Programa Saúde da Família é visto como uma estratégia chave para unir saúde e habitação saudável em nível local.	Simone Cynamon Cohen	Rio de Janeiro	2004	Não	Ciências da Saúde	Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental, Rio de Janeiro
88	O Orçamento por Desempenho como ferramenta para gestão e avaliação da política de saúde no município de	O artigo avalia o desempenho do gasto em saúde em São Bernardo do Campo (2006-2012), utilizando a metodologia de Orçamento por Desempenho. A análise relaciona o planejamento orçamentário (PPAs, LDOs, LOAs) aos resultados das políticas de saúde, considerando metas alcançadas e recursos investidos.	José Alexandre Buso Weiller	São Paulo	2016	Não	Ciências da Saúde	Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Saúde Pública - São Paulo (SP)

	São Bernardo do Campo, no período 2006 a 2012							
89	Políticas Públicas de Saúde para o Envelhecimento Saudável na América Latina: uma revisão integrativa	O artigo revisa a produção científica sobre políticas públicas para o envelhecimento saudável na América Latina. Analisando 37 artigos, a pesquisa identificou quatro categorias principais: políticas públicas, propostas para envelhecimento saudável, envelhecimento e doenças, e saúde do idoso e dos profissionais. A conclusão destaca a preocupação com as demandas futuras para a assistência à população idosa, dada a transição demográfica na região.	Vanessa Trintinaglia	Rio Grande do Sul	2022	Não	Ciências da Saúde	Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
90	Uso de drogas de abuso e evento sentinela: construindo uma proposta para avaliação de políticas públicas	O estudo investigou jovens internados por intoxicação aguda devido ao uso de drogas em Maringá (PR), entre fevereiro e julho de 2006. A análise de 10 casos revelou que fatores de risco em áreas como educação, segurança, assistência social, economia e saúde, além de políticas inadequadas, influenciam o uso de drogas	Tanimária da Silva Lira Ballani	Paraná	2007	Não	Ciências da Saúde	Universidade Estadual de Maringá
91	Avaliando o processo de construção de políticas públicas de promoção de saúde: a experiência de Curitiba	O texto destaca a complexidade das intervenções de Promoção de Saúde, enfatizando a colaboração intersetorial e a participação social em Curitiba. A avaliação de processos revela que a coordenação entre setores e o comprometimento dos envolvidos são essenciais para a sustentabilidade das políticas públicas, apontando para a importância de redes colaborativas e bases políticas que garantam a continuidade das ações.	Samuel Jorge Moysés	Paraná	2004	Não	Ciências da Saúde	Universidade Federal do Paraná
92	Discutindo a política de atenção à saúde da mulher no contexto da promoção da saúde	O artigo analisa a Política Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), que, desde 2004, foca na promoção e humanização da saúde para reduzir desigualdades e atender grupos marginalizados. A PNAISM, evoluindo do PAISM de 1984, propõe uma abordagem inovadora voltada à promoção da saúde das mulheres.	Giselle Lima de Freitas	ceará	2009	Não	Ciências da Saúde	Universidade Federal do Ceará (UFC)

93	As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção	O artigo revisa as vulnerabilidades de crianças e adolescentes no Brasil, como violência e exploração precoce, e analisa políticas públicas de intervenção, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar, o Programa Bolsa Família e o Programa Saúde na Escola. Essas políticas buscam reduzir os riscos enfrentados por essa população vulnerável.	Franciele Fagundes Fonseca	Minas Gerais	2013	Não	Ciências da Saúde	Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, Minas Gerais
94	Participação Social na Implementação das Políticas Públicas de Saúde: uma revisão crítico reflexiva	O artigo analisa a importância da participação e controle social na implementação das políticas públicas de saúde no Brasil, destacando seu papel na consolidação do SUS. A revisão crítica aponta a necessidade de fortalecer as esferas de participação social, como conselhos e conferências, para enfrentar os desafios de saúde. Conclui que a participação é um processo em constante evolução e demanda maior mobilização para a defesa dos direitos.	Camila Dubow	Santa Catarina	2017	Não	Ciências da Saúde	Universidade de Santa Cruz do Sul, SC
95	Qualidade de vida: um instrumento para promoção de saúde	O artigo aborda a avaliação da qualidade de vida (QV) como ferramenta para a promoção de saúde (PS), destacando a importância de melhorar as condições de vida e reduzir riscos à saúde. Apesar do uso de instrumentos de avaliação, ainda faltam medidas para diagnosticar a QV da população brasileira. Conclui que a avaliação da QV é crucial para definir prioridades e orientar intervenções em políticas públicas de saúde.	Maryane Oliveira Campos	Minas Gerais	2008	Não	Ciências da Saúde	Universidade Estadual de Montes Claros MG
96	Avaliação de Políticas Públicas: revisão sistemática sobre um programa de pagamento por desempenho na saúde pública no Brasil	A revisão sistemática analisou a literatura sobre o Programa de Melhoria da Qualidade e do Acesso da Atenção Básica (PMAQ-AB), focando nos aspectos de administração pública e políticas públicas. Constatou-se lacunas nas fases de formulação, implementação e avaliação do programa. Destacou-se o PMAQ como uma iniciativa inédita na saúde pública brasileira devido ao grande volume de recursos, dados e entrevistadores envolvidos.	Tamiris Cristhina Resende	Rio Grande do Norte	2021	Não	ciências sociais	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

97	A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural	O artigo defende que a avaliação contínua e bem estruturada das políticas públicas é essencial para prevenir e combater a violência estrutural. Explora a concepção ideológica da violência, define a violência estrutural, e destaca a responsabilidade do Estado nas políticas públicas. Argumenta que a ineficácia dessas políticas afeta negativamente as condições de vida, principalmente dos mais pobres, e que a avaliação das políticas é crucial para melhorar a qualidade de vida e prevenir a violência.	Otávio Cruz Neto	Rio de Janeiro	1999	Não	Ciências da Saúde	Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro
98	A Constituição de 1988 e as Políticas Públicas em Saúde No Brasil	O estudo analisou a concepção de saúde na Constituição Federal de 1988 e sua influência na criação do SUS. A pesquisa, baseada em artigos e publicações oficiais do Ministério da Saúde, destaca a CF-88 como um avanço ao transformar a visão de saúde, promovendo ações preventivas e curativas. Enfatiza também a importância dos gestores públicos entenderem as políticas de saúde e avaliarem seus impactos.	Thabata Cristina Silveira Rosa	São Paulo	2012	Não	Ciências da Saúde	Universidade Aberta do Brasil – UAB (Brasil)
99	Perspectivas na avaliação em promoção da saúde: uma abordagem institucional	O artigo discute as perspectivas de avaliação em promoção da saúde no Brasil, destacando suas complexidades conceituais e metodológicas. Enfatiza a avaliação como um processo de aprendizagem, essencial para a construção participativa das políticas de saúde, a partir da interação dos atores envolvidos.	José Ivo dos Santos Pedrosa	Brasília	2004	Não	Ciências da Saúde	Ministério da Saúde. Gestão da Educação na Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.
100	Identificação e caracterização dos elementos constituintes de uma intervenção: pré-avaliação da política ParticipaSUS	O artigo apresenta os resultados de uma pré-avaliação da Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa do SUS (ParticipaSUS), realizada entre 2010 e 2011. A avaliação focou na gestão federal (SGEP/MS) e envolveu reuniões e análise documental. O estudo mostrou que a política é viável para avaliação, destacando o apoio à gestão participativa e identificando áreas prioritárias para futuras análises. A pré-avaliação contribuiu para a melhor definição de objetivos e metas e ajudou a esclarecer o entendimento dos envolvidos sobre a política	Luciana Caroline de Albuquerque Bezerra	Pernambuco	2012	Não	Ciências da Saúde	Instituto Materno Infantil de Pernambuco, Superintendência de Ensino, Pesquisa e Extensão, Diretoria de Pesquisa, Recife, Pernambuco
101	Avaliação de políticas e programas de saúde	A avaliação de políticas e programas sociais é amplamente abordada internacionalmente, com maior experiência em países como EUA, Canadá e Espanha. No Brasil, essa prática foi institucionalizada na década de 1980, após a democratização, com o intuito de melhorar a eficácia das políticas sociais. O Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Unicamp iniciou, nesse período, pesquisas sobre o tema, acumulando relevante experiência.	Vieira da Silva LM	Rio de Janeiro	2015	Não	Ciências da Saúde	Universidade Estadual de Campinas, SP

102	Processo decisório e impacto na gestão de políticas públicas: desafios de um Conselho Municipal de Saúde	Este estudo avaliou a implementação das decisões do Conselho Municipal de Saúde de Chapecó/SC entre 2005 e 2010. Constatou-se que a execução das deliberações depende de diversos órgãos e níveis de governo, não apenas dos conselheiros ou gestores municipais. A falta de tempo nas reuniões do Conselho leva a decisões que, frequentemente, desconsideram a capacidade instalada e os recursos disponíveis. Para melhorar o impacto da participação social nas políticas de saúde, é necessário qualificar o processo decisório, levando em conta fatores técnicos e políticos.	Maria Elisabeth Kleba	Santa Catarina	2015	Não	Ciências da Saúde	Universidade Comunitária da Região de Chapecó, SC
103	Avaliação e futuro do Programa Academia da Saúde	O Programa Academia da Saúde (PAS), um dos maiores programas de promoção da saúde no Brasil e possivelmente no mundo, está prestes a completar uma década. Este volume especial da Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde apresenta estudos sobre a implementação, avaliação e monitoramento do PAS, realizados com financiamento público e colaboração entre pesquisadores, universidades e o SUS, apesar dos desafios enfrentados pelo sistema de bem-estar social.	Gregore I Mielke	Minas Gerais	2020	Não	Ciências da Saúde	Universidade Federal de Minas Gerais, University of Queensland, Brisbane, Queensland, Australia
104	Desafios da intersectorialidade nas políticas públicas de saúde e assistência social: uma revisão do estado da arte	O artigo analisa os desafios da intersectorialidade entre as políticas públicas de saúde e assistência social, destacando questões como polissemia, ciclo de políticas, burocracia, participação social e equidade. Embora a intersectorialidade possa responder a demandas complexas e evitar a fragmentação das políticas, não resolve todos os problemas de gestão pública. A relação com a participação popular pode, contudo, promover mais equidade nas políticas analisadas	Michelly Eustáquia do Carmo	Brasília	2017	Não	ciências sociais	Ministério do Desenvolvimento Social, Departamento de Proteção Social Básica. Brasília-DF
105	Políticas de saúde bucal no Brasil e seu impacto sobre as desigualdades em saúde	O artigo examina as políticas de saúde bucal no Brasil, destacando a fluoretação da água e a ampliação do atendimento odontológico pelo SUS. A fluoretação, embora obrigatória, enfrenta desigualdades regionais na implementação e no impacto sobre a cárie dentária. A expansão do atendimento odontológico pelo SUS também ajudou a aumentar o acesso, mas ainda existem desigualdades no atendimento. O artigo propõe estratégias focais, como concentrar a fluoretação em áreas com maiores necessidades, para reduzir as desigualdades na saúde bucal no país.	José Leopoldo Ferreira Antunes	São Paulo	2010	Não	ciências sociais	Universidade de São Paulo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, São Paulo

106	Relações entre produção científica e políticas públicas: o caso da área da saúde dos povos indígenas no campo da saúde coletiva	Este artigo revisa a produção científica sobre saúde indígena, analisando a relação com as políticas públicas voltadas para reduzir desigualdades étnico-raciais. A pesquisa mapeou 3.417 artigos entre 1956 e 2018, selecionando 418 para análise. Inicialmente focada na abordagem biomédica, a literatura passou a integrar ciências humanas e sociais a partir de 1990, com ênfase na implementação da política de saúde indígena. O conhecimento produzido evoluiu com mudanças políticas e sociais, especialmente após a reforma sanitária, e teve um aumento significativo a partir de 2010, refletindo a melhoria do Subsistema de Saúde Indígena.	Juliana Fernandes Kabad	Rio de Janeiro	2020	Não	Ciências da Saúde	Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fiocruz. Leopoldo Bulhões 1480, Manguinhos. 21041-210 Rio de Janeiro RJ
107	A odontologia nas políticas públicas de saúde do trabalhador	O artigo aborda a importância da Odontologia nas ações de saúde do trabalhador, destacando as mudanças nas relações de trabalho e no processo saúde-doença-trabalho. Apresenta as políticas públicas vigentes no Brasil e o papel do cirurgião-dentista do trabalho no SUS, ressaltando suas funções no contexto da promoção da saúde. Defende a integração das ações de saúde do trabalhador com outras áreas da saúde pública, com foco no paradigma da promoção da saúde e em uma abordagem clínico-epidemiológica.	Daniela Garbin	Santa Catarina	2016	Não	Ciências da Saúde	Universidade Federal de Santo Catarina
108	Revisitando os conceitos de formulação, implementação e avaliação de políticas e programas sociais no Brasil	O artigo aborda a formulação, avaliação e implementação de políticas e programas sociais no Brasil, enfatizando os princípios que guiam a agenda das políticas públicas atuais. Destaca a política social como uma ação governamental que afeta o bem-estar dos cidadãos, com foco nos Conselhos de Saúde, que desempenham um papel crucial na formulação, implementação e avaliação dessas políticas.	Cláudia Regina Paese	Mato Grosso	2012	Não	ciências sociais	Universidade Federal de Mato Grosso
109	Da teoria à formulação de uma Política Nacional de Avaliação em Saúde: reabrindo o debate	O artigo discute a importância de institucionalizar a avaliação na saúde, especialmente na atenção básica, e como isso pode melhorar a gestão e a prática profissional. Argumenta que a avaliação só é eficaz quando resulta em aprimoramento das instituições e profissionais envolvidos. Aborda também a necessidade de decisões políticas, recursos financeiros, estratégias organizacionais e qualificação de recursos humanos para garantir a efetividade da avaliação no SUS, considerando a descentralização da gestão da saúde.	Eronildo Felisberto	Brasília	2006	Não	Ciências da Saúde	Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Distrito Federal,

110	Políticas públicas de saúde face à epidemia da AIDS e a assistência às pessoas com a doença	O artigo examina as políticas públicas de HIV/AIDS no Brasil desde 1980, destacando dois momentos principais: a resposta inicial à epidemia e a melhoria da assistência. Embora tenha havido avanços importantes, ainda existem desafios na busca por uma assistência de qualidade para as pessoas com HIV/AIDS.	Mariana Vieira Villarinho	Santa Catarina	2013	Não	Ciências da Saúde	Universidade Federal de Santa Catarina
111	Entre políticas públicas e experiências sociais: impactos da pesquisa etnográfica no campo da saúde mental e suas múltiplas devoluções	O artigo analisa a devolução da pesquisa etnográfica no campo das políticas públicas de saúde, com foco na reforma psiquiátrica no Brasil. A pesquisa, conduzida desde 2006, explora as relações entre gênero, saúde e aflição, especialmente na saúde mental. Destaca a importância de confrontar as políticas públicas com as experiências sociais para uma avaliação qualitativa dessas políticas. A antropologia contribui, não apenas na aplicação das políticas, mas também na criação de ferramentas teóricas e etnográficas que ajudam a repensar a lógica interna das políticas públicas de saúde mental.	Sônia Weidner Maluf	Santa Catarina	2017	Não	ciências sociais	Universidade Federal de Santa Catarina
112	A questão ambiental urbana no programa de saúde da família: avaliação da estratégia ambiental numa política pública de saúde	Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa realizada na Região Metropolitana de São Paulo, focando na relação entre atenção básica em saúde e meio ambiente, com ênfase no Programa Saúde da Família (PSF). A pesquisa analisou como o PSF, ao promover ambientes favoráveis à saúde, aborda as doenças relacionadas ao estilo de vida e ao ambiente. O estudo destacou a importância de integrar questões ambientais nas políticas públicas de saúde, utilizando uma abordagem sócio-antropológica para identificar desafios e problemas no cotidiano das populações e nas práticas dos profissionais de saúde.	Aurea Maria Zöllner Ianni	São Paulo	2006	Não	Ciências da Saúde	SES, Instituto de Saúde, SP
113	A transição da mortalidade por cânceres no Brasil e a tomada de decisão estratégica nas políticas públicas de saúde da mulher	O artigo investiga a relação entre a mortalidade por câncer de mama e de colo do útero e o desenvolvimento socioeconômico no Brasil ao longo de 20 anos. Os dados mostraram grande desigualdade entre os estados em termos de indicadores sociais e taxas de mortalidade, sugerindo que condições socioeconômicas influenciam esses índices. O estudo conclui que é necessário planejar políticas públicas de saúde de forma a garantir acesso universal e equitativo para as mulheres, levando em conta as diferenças regionais de desenvolvimento	Raphael Mendonça Guimarães	São Paulo	2016	Não	Ciências da Saúde	Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Brasil

114	Entre a saúde coletiva e a saúde mental: um instrumental metodológico para avaliação da rede de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) do Sistema Único de Saúde	O artigo propõe a criação de um método de avaliação para os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) no SUS, destacando a importância da saúde mental para a saúde coletiva e a necessidade de um campo interdisciplinar de saberes. Enfatiza a complexidade dos CAPS e sugere que a avaliação envolva diversos atores e a sistematização de estudos acadêmicos, visando fornecer subsídios para a Reforma Psiquiátrica Brasileira e apoiar a reformulação das práticas de saúde mental.	Rosana Teresa Onocko-Campos	São Paulo	2006	Não	Ciências da Saúde	Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas ,
115	Avaliação de políticas e iniciativas públicas de segurança alimentar e nutricional.	O artigo analisa os desafios e perspectivas na avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, destacando a complexidade dessas ações. Conclui que é essencial repensar as abordagens tradicionais de avaliação e desenvolver novas metodologias e teorias para aprimorar o processo de avaliação nessa área.	Rosana Magalhães	Rio de Janeiro	2014	Não	ciências sociais	Escola Nacional de Saúde Pública, Fiocruz. R. Leopoldo Bulhões 1480, Benfica. 20.911-300 Rio de Janeiro RJ Brasil
116	Proposta de metodologia para selecionar indicadores de desigualdade em saúde visando definir prioridades de políticas públicas no Brasil	O artigo apresenta a metodologia desenvolvida pela Pesquisa Avaliativa de Desigualdades em Saúde no Rio Grande do Sul (PADS-RS) para selecionar e construir indicadores que auxiliem na definição de prioridades para a gestão pública em saúde, com foco na promoção da equidade. A abordagem avalia desigualdades em saúde considerando diferenças na qualidade.	Maria de Lourdes Drachler	Rio Grande do Sul	2003	Não	Ciências da Saúde	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
117	Avaliação da rede de centros de atenção psicossocial: entre a saúde coletiva e a saúde mental	O estudo avaliou CAPS III em Campinas (SP) e destacou eficácia na atenção à crise, reabilitação e projetos terapêuticos, mas apontou fragilidades como falta de formação adequada e redução de equipes noturnas, gerando estresse. A rede se destacou pela inovação e apoio a usuários e familiares.	Rosana Teresa Onocko Campos	São Paulo	2009	Não	Ciências da Saúde	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

118	A avaliação de programas e serviços de saúde no Brasil enquanto espaço de saberes e práticas	O estudo sócio-histórico, baseado na sociologia genética de Bourdieu, analisou a formação de um subespaço especializado em avaliação em saúde no Brasil. Foram examinadas trajetórias de 28 agentes e condições históricas, revelando a interação entre campos burocrático (gestão do SUS) e científico (pesquisadores em universidades públicas). Identificou-se a constituição desse subespaço na Saúde Coletiva, mas sem um habitus comum entre os agentes ou consenso sobre as disputas internas.	Juarez Pereira Furtado	São Paulo	2014	Não	Ciências da Saúde	Universidade Federal de São Paulo, Santos
119	Avaliação de políticas públicas: evidências do impacto do programa saúde da família na ampliação da saúde preventiva	O estudo avaliou o impacto do Programa Saúde da Família (PSF) na Bahia entre 2007 e 2009, analisando dados de 417 municípios. Utilizando abordagem quantitativa, os resultados mostraram que a expansão do programa reduziu as taxas de sífilis e dengue, enquanto as taxas de tuberculose permaneceram estáveis, destacando o papel do PSF na melhoria da saúde pública.	Asthar Moraes de Azevedo	Bahia	2021	Não	Ciências da Saúde	Universidade Salvador/Brazil
120	Construindo cidades saudáveis: a instrumentalização de políticas públicas intersetoriais de saúde a partir do Planejamento Estratégico Situacional	O texto aborda a evolução do conceito de cidades saudáveis, destacando a necessidade de ações coordenadas e intersetoriais para promover a saúde urbana. Embora experiências pontuais tenham ocorrido no Brasil, elas não se consolidaram como políticas públicas. O Planejamento Estratégico Situacional é proposto como metodologia para fortalecer políticas públicas e construir uma política nacional de cidades saudáveis, integrando diagnóstico, planejamento e avaliação com participação social.	Filipe Antunes Lima	São Paulo	2020	Não	ciências sociais	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Departamento de Geografia. Presidente Prudente, SP
121	Etnografia na avaliação de políticas públicas: limites e possibilidades	O artigo analisa o uso crescente da etnografia como método em diversas disciplinas, incluindo a avaliação de políticas públicas, destacando a observação participante e a pesquisa de campo intensiva. Explora a relação entre etnografia e antropologia, sua expansão interdisciplinar e os debates sobre seus limites e possibilidades. Discute ainda como a etnografia pode contribuir para a avaliação de políticas públicas, considerando suas potencialidades e desafios nesse campo.	Lea Carvalho Rodrigues	Ceará	2017	Não	ciências sociais	Universidade Federal do Ceará

122	O adolescente no contexto da saúde pública brasileira: reflexões sobre o PROSAD	O estudo reflete sobre as políticas públicas de saúde para adolescentes no Brasil, com foco no Programa Saúde do Adolescente (PROSAD). A análise identificou fragilidades no atendimento ao público-alvo, como a limitada variabilidade de metas, insuficiente protagonismo dos adolescentes e desafios na capacitação profissional. Apesar de reconhecer a importância de atender adolescentes de forma qualificada, o PROSAD não alcançou toda a população prevista. O estudo reforça a necessidade de avaliações rigorosas para reorientar estratégias e ações voltadas à saúde dos adolescentes.	Márcia Elisa Jager	Rio Grande do Sul	2014	Não	ciências sociais	Universidade Federal de Santa Maria
123	Avaliação de políticas públicas de saúde: considerações iniciais sobre a realidade brasileira	O artigo discute a avaliação de políticas públicas de saúde no Brasil, explorando conceitos teóricos sobre políticas públicas e avaliação em saúde. Destaca que a avaliação é fundamental para a formulação, implementação e monitoramento das ações, fornecendo suporte ao processo decisório no Sistema Único de Saúde e mensurando impactos e resultados para promover, proteger e recuperar a saúde dos usuários.	Thais Zanela Mendes	Rio Grande do Sul	2020	Não	Ciências da Saúde	Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA
124	A Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos: construção, perspectivas e desafios	O artigo analisa a implementação da Política Nacional de Fitoterapia no SUS, destacando avanços limitados devido ao desconhecimento dos profissionais de saúde, dúvidas sobre eficácia e dificuldades de acesso a plantas medicinais. Apesar disso, a política é vista como importante por oferecer tratamentos alternativos, resgatar conhecimentos populares e ampliar a participação social.	Climério Avelino de Figueiredo	Paraíba	2014	Não	Ciências da Saúde	Universidade Federal da Paraíba
125	A indústria de fitoterápicos brasileira: desafios e oportunidades	O artigo discute os desafios do desenvolvimento da indústria de plantas medicinais e fitoterápicos no Brasil, destacando a regulamentação da lei de acesso ao patrimônio genético na pesquisa e a harmonização das regulamentações na produção. A pesquisa de campo, realizada entre 2009 e 2015, revelou que a morosidade na implementação de políticas públicas tem causado retrocessos tanto nas atividades de produção de fitoterápicos quanto na pesquisa com plantas medicinais.	Lia Hasenclever	Rio de Janeiro	2017	Não	Ciências da Saúde	Universidade Federal do Rio de Janeiro

126	Análise dos programas de plantas medicinais e fitoterápicos no Sistema Único de Saúde (SUS) sob a perspectiva territorial	A pesquisa sobre os programas de fitoterapia no SUS mostrou que, apesar do aumento no número de programas desde 2006, a Política Nacional pouco incentivou as diversidades regionais. Identificaram-se duas fases: uma antes de 2008, com ações mais regionais, e outra após 2008, com ações mais centralizadas. O uso de fitoterápicos industrializados predominou, especialmente no Sul e Sudeste.	Luis Henrique Leandro Ribeiro	Rio de Janeiro	2019		Ciências da Saúde	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
						sim		
127	A implantação do programa de plantas medicinais e fitoterápicos no sistema público de saúde no Brasil: uma revisão de literatura	O artigo investiga a aplicabilidade de medicamentos fitoterápicos e plantas medicinais nos sistemas públicos de saúde do Brasil, com base na "Política Nacional de Práticas Integrativas no SUS". Embora vários estados tenham implantado fitoterápicos, a falta de incentivo dos governos municipais resultou na desativação de alguns projetos. A questão está relacionada à política de saúde nacional, que geralmente não prioriza tratamentos com plantas medicinais e fitoterápicos.	Sarah Raquel Gomes de LIMA-SARAIVA	Pernambuco	2015		Ciências da Saúde	Universidade Federal de Pernambuco
						sim		
128	Potencialidades da prática da atenção farmacêutica no uso de fitoterápicos e plantas medicinais	As políticas públicas sobre plantas medicinais e fitoterápicos no Brasil avançaram nos últimos 20 anos, com o farmacêutico desempenhando papel fundamental no uso seguro e eficaz dessa terapêutica. A atenção farmacêutica, baseada na saúde baseada em evidências, garante o uso racional de fitoterápicos. O artigo conclui que mais estudos são necessários para otimizar essa prática.	Jéssia Aline Silva Soares	Minas Gerais	2020	sim	Ciências da Saúde	Universidade Federal de Juiz de Fora, campus Governador Valadares, MG

129	Avaliação do conhecimento e percepção dos profissionais da estratégia de saúde da família sobre o uso de plantas medicinais e fitoterapia em Petrolina-PE, Brasil	O estudo analisou a percepção de 96 profissionais de nível superior da Estratégia de Saúde da Família (ESF) de Petrolina-PE sobre o uso de plantas medicinais e fitoterápicos. Os resultados indicaram que as plantas mais citadas foram Boldo e Camomila, enquanto os fitoterápicos mais mencionados foram Guaco® e Maracugina®. A maioria dos profissionais (37,5%) não se sentia preparada para fornecer informações sobre plantas medicinais, e 36,5% se sentiam aptos a prescrever fitoterápicos. Conclui-se que há necessidade de capacitação e motivação para o uso correto e seguro dessas terapia.	B.J. NASCIMENTO JÚNIOR	Pernambuco	2016		Ciências da Saúde	Universidade Federal do Vale do São Francisco, UNIVASF
						sim		
130	Panorama brasileiro dos serviços de plantas medicinais e fitoterápicos	O estudo analisou o uso de fitoterapia como Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde, com base em dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. Dos 5.570 municípios brasileiros, 126 utilizam fitoterapia em 563 serviços. A pesquisa fornece informações para apoiar gestores no planejamento e avaliação desses serviços.	Marcio Rossato BadkeI	Rio Grande do Sul	2019	sim	Ciências da Saúde	Universidade Federal de Santa Maria, RS
131	Farmacovigilância: um passo em direção ao uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos	O artigo apresenta a avaliação das notificações de eventos adversos relacionados ao uso de plantas medicinais e fitoterápicos, registradas no Sistema Nacional de Farmacovigilância entre 1999 e 2009. Essas notificações são importantes para detectar reações adversas, interações medicamentosas e outros problemas, ajudando a promover o uso seguro e racional dos fitoterápicos.	Evelin E. Balbino	Brasília	2010	sim	Ciências da Saúde	Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Brasília
132	fitoterapia no SUS no estado da Bahia: contribuição para valorização do conhecimento e das práticas tradicionais na rede básica de saúde	O estudo aborda a atuação do "Programa Farmácia da Terra" (FARTERRA/UFBA) e do Núcleo Estadual de Plantas Medicinais e Fitoterápicos da Bahia (FITOBAHIA/SESAB) na implementação da fitoterapia no Sistema Único de Saúde (SUS). A pesquisa avalia as políticas públicas e estratégias desenvolvidas na Bahia para integrar a fitoterapia na atenção básica, destacando a importância de investimentos na estruturação operacional, apoio à pesquisa e a reformulação da relação entre servidores e usuários do SUS.	Mara Zélia de Almeida	Bahia	2011	sim	Ciências da Saúde	Universidade Federal da Bahia

133	Os marcos legais das políticas públicas de plantas medicinais e fitoterápicos no Brasil	A pesquisa documental analisou a evolução dos marcos legais relacionados às políticas públicas de plantas medicinais e fitoterápicos no Brasil, identificando leis, decretos, portarias e resoluções sobre o tema. Embora a fitoterapia seja parte da cultura popular, a legislação foi estabelecida recentemente. A pesquisa destaca que as mudanças na legislação sanitária foram significativas, alinhando as exigências de qualidade dos fitoterápicos aos padrões internacionais. Contudo, ainda há uma lacuna entre a regulamentação e a implementação efetiva dessas práticas nos serviços de saúde, devido à falta de políticas públicas que incentivem sua inclusão.	Rodrigo Noll Gonçalves	Paraná	2023	sim	Ciências da Saúde	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
134	Fitoterápicos na odontologia: estudo etnobotânico na cidade de Manaus	O estudo em Manaus investigou o uso de plantas medicinais no tratamento de doenças bucais. Entre os 197 usuários e 150 dentistas entrevistados, apenas 8% dos profissionais e 7,6% dos pacientes utilizaram plantas para problemas orais. As plantas mais comercializadas foram Pedra ume cã e Crajiru, sendo usadas de forma empírica. O estudo conclui que, apesar da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, é necessário implementar políticas públicas para integrar fitoterápicos orais nos serviços de saúde pública de Manaus.	S. S. Evangelista	Amazonas	2013	sim	Ciências da Saúde	Universidade Federal do Amazonas
135	Avaliando o impacto da política brasileira de plantas medicinais e fitoterápicos na formação superior da área de saúde	O estudo exploratório-descritivo investigou os impactos da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) na formação de profissionais de saúde no Nordeste brasileiro. A pesquisa mostrou que, apesar das ações do governo, o avanço da política foi prejudicado pela falta de conhecimento dos profissionais sobre fitoterapia. A abordagem foi quali-quantitativa, utilizando revisão de literatura e opiniões de grupos-chave.	Kellen Miranda Sá	ceará	2018	sim	Ciências da Saúde	Universidade Federal do Ceará
136	os arranjos produtivos locais (APLS) no contexto da implementação da política e do programa nacional de plantas medicinais e fitoterápicos	Este estudo analisa a Política e o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), que visa integrar essas substâncias no SUS de forma segura e eficaz. O trabalho explora as legislações relevantes, propõe o desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs) para fortalecer a cadeia produtiva, e quantifica as instituições, grupos de pesquisa e empresas envolvidas. A pesquisa destaca a importância de APLs para impulsionar a produção e implementação de fitoterápicos no sistema público de saúde.	Katia Regina Torres	Rio de janeiro	2013	sim	Ciências da Saúde	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz

137	Plantas medicinais e políticas públicas de saúde: novos olhares sobre antigas práticas	O artigo analisa a evolução dos marcos legais relacionados às plantas medicinais no Brasil, destacando a recente inclusão dessas substâncias no sistema de saúde, com a aprovação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares e da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos em 2006. Embora o Brasil tenha uma rica biodiversidade, a regulamentação sobre o uso de plantas medicinais na saúde é recente. O estudo aponta a necessidade de mais investimentos em pesquisas científicas para garantir a segurança, qualidade e eficácia desses tratamentos.	Fabiane Cherobin	Paraná	2022	sim	Ciências da Saúde	Universidade Federal do Paraná
138	Avaliação do marco regulatório na produção de medicamentos fitoterápicos no Brasil	O estudo avaliou a legislação sobre fitoterápicos no Brasil e as mudanças propostas pelo Projeto de Lei n.º 3381/2004, usando o Delphi Eletrônico para obter consenso entre especialistas. Constatou-se que a legislação atual impõe barreiras ao setor, devido aos altos custos de pesquisa e à falta de estudos sobre plantas nativas. O projeto de lei, se aprovado, pode resultar em maior produção nacional, descentralização das indústrias e aumento no uso de plantas nativas, reduzindo a importação.	Sonia Cristina Dantas de Brito	Tocantins	2015	sim	Ciências da Saúde	Universidade Federal de Tocantins (UFT)
139	Plantas medicinais da Bacia do Rio das Velhas: avaliação das condições para produção e uso em saúde pública	A pesquisa analisou iniciativas de cultivo e beneficiamento de plantas medicinais na Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (MG), focando em sua inclusão no SUS. Em 45 municípios, foram encontradas atividades em algumas cidades, como Belo Horizonte e Sete Lagoas, envolvendo 27 espécies de plantas, tanto nativas quanto exóticas. Essas iniciativas têm potencial para ser integradas à Estratégia Saúde da Família (ESF), promovendo o desenvolvimento econômico-social e a preservação da biodiversidade local.	L.M. RICARDO	Minas Gerais	2015	sim	Ciências da Saúde	Universidade Federal de Minas Gerais
140	Os marcos legais das políticas públicas de plantas medicinais e fitoterápicos no Brasil.	A pesquisa documental analisou a evolução dos marcos legais das políticas públicas de plantas medicinais e fitoterápicos no Brasil. Embora esses produtos sejam parte da cultura popular, a legislação sobre eles é recente. As mudanças na legislação sanitária foram significativas, alinhando os requisitos do setor de fitoterápicos com padrões internacionais, especialmente em relação à qualidade dos produtos. No entanto, ainda há uma falta de políticas públicas que incentivem a inserção dessas práticas nos serviços de saúde, criando uma lacuna entre a regulamentação e sua aplicação prática.	Rodrigo Noll Gonçalves	Paraná	2020	sim	Ciências da Saúde	da Universidade Federal do Paraná

141	Riscos Associados ao Uso de Plantas Medicinais Durante o Período da Gestação: uma Revisão	O uso de plantas medicinais é amplamente popular, mas muitas vezes ocorre sem orientação profissional. Este estudo revisa os riscos associados ao uso de plantas medicinais durante a gestação e amamentação, identificando a necessidade de mais pesquisas, pois algumas plantas podem causar danos graves, incluindo aborto. O estudo enfatiza a importância de desenvolver políticas públicas para promover o uso seguro e racional dessas plantas, especialmente durante a gravidez.	Rafaela Aparecida Martins Borges	Paraná	2016	sim	Ciências da Saúde	Centro Universitário Campos de Andrade (UNIANDRADE), Paraná
142	As monografias sobre plantas medicinais	Este artigo revisa as monografias sobre plantas medicinais, como as da Comissão E, do American Botanical Council, ESCOP, PDR e OMS, analisando suas origens, objetivos e formatos. Também são avaliadas publicações recentes da FIOCRUZ e contribuições da Farmacopeia Brasileira, que visam fornecer informações relevantes para regulamentação, indústrias farmacêuticas e consumidores.	Valdir F. Veiga Junior	Amazonas	2008	Não	Ciências da Saúde	Universidade Federal do Amazonas,
143	Contribuições da geografia às políticas públicas: território usado Como Condicionante dos programas de fitoterapia do Sistema Único de Saúde (SUS)	O artigo propõe contribuições da geografia às políticas públicas, considerando o espaço geográfico como um híbrido de materialidades e ações. Destaca que, além das ações governamentais, os arranjos no território também influenciam as políticas. A análise aborda a política de adoção da fitoterapia no Sistema Único de Saúde (SUS), considerando o papel do território e a atuação tanto do Estado quanto de atores não estatais em municípios de diferentes regiões do Brasil.	Luis Henrique Leandro Ribeiro	São Paulo	2014	sim	Ciências da Saúde	Universidade Estadual de Campinas - Campinas - São Paulo
144	Plantas medicinais, saúde bucal e SUS: uma difícil integração das políticas públicas no interior da Bahia?	Este estudo qualitativo analisou os conhecimentos e práticas de equipes de Saúde Bucal e agentes comunitários de saúde sobre as políticas públicas de plantas medicinais no SUS, em Itabuna, Bahia. A pesquisa mostrou que as percepções estavam influenciadas pela cultura hegemônica, formação fragmentada em saúde, falta de interesse administrativo e subjetividades individuais nos serviços de saúde bucal da Atenção Primária à Saúde (APS).	Gabriel Bastos Teixeira	Bahia	2023	sim	Ciências da Saúde	Faculdade Anhanguera. Itabuna-BA,

145	Fitoterapia popular: passado e presente	No Brasil, as plantas medicinais são amplamente utilizadas devido ao baixo custo e eficácia no tratamento de doenças. A crescente demanda por fitoterápicos levou à criação de políticas públicas, como a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. No entanto, para integrar a fitoterapia na atenção básica, é necessário mais investimento em pesquisa científica e capacitação dos profissionais de saúde.	Ana Maria Alves SANTOS	Rio de Janeiro	2013	sim	Ciências da Saúde	Centro Universitário Augusto Motta, RJ
146	Construindo o Programa de Plantas Medicinais e Fitoterápicos do Município de Pindamonhangaba-SP	O Programa de Plantas Medicinais e Fitoterapia na rede pública de saúde de Pindamonhangaba foi iniciado em 1990, e desde então, diversas ações têm sido implementadas, garantindo a continuidade e manutenção desse serviço no SUS.	Sandra Maria Pereira da Silva	São Paulo	2023	sim	Ciências da Saúde	Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, Pindamonhangaba, (SP)
147	A experiência do Município de Toledo-PR na implantação do Programa de Plantas Medicinais e Fitoterápicos na atenção primária da Rede Pública de Saúde	A pesquisa analisou a criação e implementação do Programa de Plantas Medicinais e Fitoterápicos de Toledo-PR, iniciado em 2012. Investigou as motivações dos gestores, as dificuldades enfrentadas e as estratégias adotadas para sua implementação na rede de saúde municipal, utilizando análise documental, entrevistas e observação de campo.	CARDOSO, Abednego Viana	Paraná	2019	sim	Ciências da Saúde	UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, PR
148	Conhecimento do tema plantas medicinais e fitoterápicos como instrumento tecnológico na formação dos acadêmicos de enfermagem	A pesquisa com 156 acadêmicos de enfermagem revelou que a maioria conhece Práticas Integrativas e Complementares (PICs), como fitoterapia, mas 98,1% desconhece a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Embora poucos discutam o tema com docentes, os alunos são favoráveis à inclusão de uma disciplina sobre o tema no currículo. Conclui-se que há um ambiente favorável para inserir a abordagem no curso.	Natalia Correa	Rio Grande do Sul	2018	sim	Ciências da Saúde	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

149	Implantação e avaliação de horta de plantas medicinais: em uma unidade de saúde do município de Blumenau - SC	O estudo avaliou a implantação da horta de plantas medicinais "Farmácia Viva" em Blumenau, SC, como ação de promoção à saúde. A iniciativa envolveu a participação de usuários, profissionais e universitários, e foi avaliada após um ano. Os participantes relataram experiências positivas e destacaram a eficiência das plantas. Desafios incluíram dúvidas sobre o uso das plantas e a necessidade de maior participação da comunidade. O projeto fortaleceu a tradição medicinal de plantas, promoveu a interação social e alinhou-se às políticas de práticas integrativas e humanização do SUS.	Alessandro Guedes	Santa Catarina	2020	sim	Ciências da Saúde	Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, SC
150	Avaliação do uso de Plantas Medicinais para o tratamento de Hipertensão Arterial Sistêmica entre os usuários de uma Unidade Básica de Saúde	A pesquisa avaliou o uso de plantas medicinais no tratamento da Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) entre usuários da Unidade Básica de Saúde de Paramirim/BA. Com abordagem quantitativa, foram entrevistados 45 participantes que mencionaram o uso de plantas como erva-cidreira, chuchu e erva-doce, destacando a forma de preparo e partes utilizadas. Os resultados indicam a necessidade de capacitação dos profissionais de saúde para orientar adequadamente a população, visando uma utilização mais racional das plantas medicinais no tratamento da hipertensão.	Edlucio Souza Ramos	Bahia	2019	sim	Ciências da Saúde	Faculdade Independente do Nordeste – FAINOR

Apêndice 2. legislações encontradas (Leis, RDC, Portarias, Resolução Colegiada, etc) na área de plantas medicinais e fitoterápicos nas cinco regiões do Brasil.

	Lei	Portaria	RDC	IN	RE	DECRETO
Federal	Lei nº 13.123, de 20 de Maio de 2015 - Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto no 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória no 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências. Lei nº 13.236, de 29 de Dezembro de 2015 - Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que “dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências”, para estabelecer medidas que inibam erros de dispensação e de administração e uso equivocado de medicamentos, drogas e produtos correlatos.	Portaria MAPA nº 52, de 15 de Março de 2021 - Estabelece o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção e as listas de substâncias e práticas para o uso nos Sistemas Orgânicos de Produção. Portaria nº 886, de 20 de Abril de 2010 - Institui a Farmácia Viva no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de Setembro de 2017 - O Ministro de Estado da Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, resolve: art. 1º as ações e serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS) obedecerão ao disposto nesta Portaria. Portaria nº 704, de 8 de Março de 2017 - Define a lista de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS), nos termos dos anexos a esta Portaria. Portaria nº 443, de 17 de Dezembro de 2014 - Reconhecer como espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção" - Lista, conforme Anexo à presente Portaria, que inclui o grau de risco de	RDC Nº 670, de 30 de Março de 2022 - Dispõe sobre os requisitos mínimos para garantir a qualidade dos medicamentos importados. RDC nº 708, de 1 de Julho de 2022 - Dispõe sobre as mudanças pós-registro de medicamentos fitoterápicos e de produtos tradicionais fitoterápicos. RDC nº 654, de 24 de Março de 2022 - Dispõe sobre as Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos. RDC nº 658, de 30 de Março de 2022 - Dispõe sobre as diretrizes gerais de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos. RDC nº 509, de 27 de Maio de 2021 - Dispõe sobre o Gerenciamento de Tecnologias em Saúde em Estabelecimentos de Saúde. RDC nº 469, de 23 de Fevereiro de 2021 - Aprova a Lista das Denominações Comuns Brasileiras - DCB da Farmacopeia Brasileira. RDC nº 576, de 11 de Novembro de 2021 -	IN nº 159, de 1º de Julho de 2022 - Estabelece as listas das partes de espécies vegetais autorizadas para o preparo de chás e para o uso como especiarias. IN nº 130, de 30 de Março de 2022 - Dispõe sobre as Boas Práticas de Fabricação complementares a Fitoterápicos. IN nº 120, de 9 de Março de 2022 - Define a Lista de Medicamentos Isentos de Prescrição. IN nº 64, de 2 de Dezembro de 2020 - Lista de referência de espécies vegetais domesticadas ou cultivadas ornamentais que foram introduzidas no território nacional, na forma do Anexo desta Instrução Normativa e conforme divulgado no sítio eletrônico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, disponível no portal: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/recursos. IN nº 26, de 25 de Julho de 2018 - Dispõe sobre os limites de potência para registro e notificação de medicamentos dinamizados. IN nº 17, de 26 de Abril de 2017 - Regulamenta a produção, a comercialização e a utilização de sementes e mudas de espécies florestais ou de interesse ambiental ou medicinal, nativas e exóticas, visando garantir sua procedência, identidade e qualidade. IN nº 04, de 18 de Junho de 2014 - Determina a publicação do Guia de orientação para registro de Medicamento Fitoterápico e registro e notificação de Produto Tradicional	Resolução nº 614, de 10 de Dezembro de 2021 - Dispõe sobre a habilitação e atuação do Biólogo em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) e dá outras providências. RE nº 680, de 19 de Janeiro de 2021 - Regulamenta a prática da fitoterapia pelo nutricionista e dá outras providências. RE nº 586, de 29 de Agosto de 2013 - Regula a prescrição farmacêutica e dá outras providências. Resolução nº 546 de 21 de Julho de 2011 - Dispõe sobre a indicação farmacêutica de plantas medicinais e fitoterápicos isentos de prescrição e o seu registro. RE nº 477, de 28 de Maio de 2008 - Dispõe sobre as atribuições do farmacêutico no âmbito das plantas medicinais e fitoterápicos e dá outras providências. RE nº 82, de 25 de Setembro de 2008 - Reconhece e regulamenta o uso pelo cirurgião-dentista de práticas integrativas e complementares à saúde bucal.	

		extinção de cada espécie, em observância aos arts. 6º e 7º, da Portaria no 43, de 31 de janeiro de 2014. Portaria Interministerial nº 2.960, de 9 de Dezembro de 2008 - Aprova o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e cria o Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Portaria nº 2.311, de 29 de Setembro de 2006 - Institui o Grupo de Trabalho relacionado à Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.	Dispõe sobre a notificação de medicamentos de baixo risco. RDC nº 511, de 27 de Maio de 2021 - Dispõe sobre oficialização de lotes de Substâncias Químicas de Referência da Farmacopeia Brasileira. RDC nº 512, de 27 de Maio de 2021 - Dispõe sobre as Boas Práticas para Laboratórios de Controle de Qualidade. RDC nº 390, de 26 de Maio de 2020 - Estabelece Critérios, Requisitos e Procedimentos para o Funcionamento, a habilitação na Reblas e o Credenciamento de Laboratórios Analíticos que realizam Análises em Produtos sujeitos ao regime de Vigilância Sanitária e dá outras providências. RDC nº 406, de 22 de Julho de 2020 - Dispõe sobre as Boas Práticas de Farmacovigilância para detentores de registro de medicamento de uso humano, e dá outras providências. Portaria nº 81, de 5 de Março de 2020 - Estabelece a forma de repartição de benefícios na modalidade não monetária nos casos de acesso ao patrimônio genético, conforme prevê o § 2º do	Fitoterápico. IN nº 03, de 1 de Setembro de 2014 - Fixa normas para a utilização do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBio, na forma das diretrizes e condições previstas nesta Instrução Normativa, e regulamenta a disponibilização, o acesso e o uso de dados e informações recebidos pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade por meio do SISBio. (Processo nº 02070.001067/2013-96). IN nº 02, de 13 de Maio de 2014 - Publica a “Lista de medicamentos fitoterápicos de registro simplificado” e a “Lista de produtos tradicionais fitoterápicos de registro simplificado”.		
--	--	--	--	---	--	--

			art. 19 da Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015. RDC nº 359, de 27 de Março de 2020 - Institui o Dossiê de Insumo Farmacêutico Ativo (DIFA) e a Carta de Adequação de Dossiê de Insumo Farmacêutico Ativo (CADIFA). RDC nº 318, de 6 de Novembro de 2019 - Estabelece os critérios para a realização de Estudos de Estabilidade de insumos farmacêuticos ativos e medicamentos, exceto biológicos, e dá outras providências. RDC nº 268, de 25 de Fevereiro de 2019 - Dispõe sobre alteração da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 234, de 21 de junho de 2018. RDC nº 234, de 20 de Junho de 2018 - Dispõe sobre a terceirização de etapas de produção, de análises de controle de qualidade, de transporte e de armazenamento de medicamentos e produtos biológicos, e dá outras providências. RDC nº 235, de 20 de Junho de 2018- - Dispõe sobre alterações e inclusões de controle de qualidade no registro e pós-registro de medicamentos dinamizados, fitoterápicos, específicos e produtos biológicos. RDC nº 106, de			
--	--	--	--	--	--	--

			1º de Setembro de 2016 - Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 26, de 13 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 26, de 30 de março de 2007. RDC nº 105, de 31 de Agosto de 2016 - Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 26, de 13 de maio de 2014, que dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos e o registro e a notificação de produtos tradicionais fitoterápicos. RDC nº 98, de 1º de Agosto de 2016 - Dispõe sobre os critérios e procedimentos para o enquadramento de medicamentos como isentos de prescrição e o reenquadramento como medicamentos sob prescrição, e dá outras providências. RDC nº 9, de 20 de Fevereiro de 2015 - Dispõe sobre o Regulamento para a realização de ensaios clínicos com medicamentos no Brasil. RDC nº 66, de 26 de Novembro de 2014 - Altera o Anexo IV da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 26, de 13 de maio de 2014, que dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos e o registro e			
--	--	--	---	--	--	--

			a notificação de produtos tradicionais fitoterápicos. RDC nº 26, de 13 de Maio de 2014 - Dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos e o registro e a notificação de produtos tradicionais fitoterápicos. RDC nº 31, 29 de Maio de 2014 - Dispõe sobre o procedimento simplificado de solicitações de registro, pós-registro e renovação de registro de medicamentos genéricos, similares, específicos, dinamizados, fitoterápicos e biológicos e dá outras providências. RDC nº 18, de 04 de Abril de 2014 - Dispõe sobre a comunicação à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA dos casos de descontinuação temporária e definitiva de fabricação ou importação de medicamentos, reativação de fabricação ou importação de medicamentos, e dá outras providências. RDC nº 59, 10 de Outubro de 2014 - Dispõe sobre os nomes dos medicamentos, seus complementos e a formação de famílias de medicamentos. RDC nº 18, de 03 de Abril de 2013 - Dispõe sobre as boas práticas de processamento e armazenamento de			
--	--	--	---	--	--	--

			plantas medicinais, preparação e dispensação de produtos magistrais e oficinais de plantas medicinais e fitoterápicos em farmácias vivas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).			
Norte	Lei nº 7.689, de 27 de Novembro de 2006 - Institui a Política Intersectorial de Plantas Medicinais e de Medicamentos Fitoterápicos no município de Lajeado-TO.					Decreto nº 2.618, de 25 de Novembro de 2010 - Aprova a Política Estadual de Plantas Medicinais e Fitoterápicos do Pará.
Nordeste	Lei nº 1605, de 19 de Junho de 2023 - Dispõe sobre a criação do Centro de Assistência à Saúde Integrativa e Plantas Medicinais - Casiplam/MA e o Programa Municipal de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências. Lei nº 12.951, de 07 de Outubro de 1999 - Dispõe sobre a política de implantação da fitoterapia em saúde pública no Estado do Ceará.	Portaria nº 122, de 6 de Julho de 2012 - Criação da Política Municipal de Práticas Integrativas e Complementares no município de Recife-PE. Portaria SESA nº 275, de 20 de Março de 2012 - Promulga a Relação Estadual de Plantas Medicinais (REPLAME) do Ceará e dá outras providências.				Decreto nº 30.016, de 30 de Dezembro de 2009 - Regulamenta a Lei nº 12.951, de 7 de outubro de 1999, que dispõe sobre a Política de Implantação da Fitoterapia em Saúde Pública no Estado do Ceará e dá outras providências.
Sudeste	Lei nº 1055 de 13 de Abril de 2023 - Cria no âmbito do Município de Itaperuna-RJ a “Farmácia Viva” e dá outras providências. Lei nº 9.345, de 24 de Junho de 2021 - Cria o Programa Estadual de Medicina Tradicional e				RE nº 1.885, de 27 de Maio de 2009 - Aprova a Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares no Estado de Minas Gerais. RE nº 2.139, de 17 de Dezembro	Decreto nº 7.656, de 15 de Janeiro de 2014 - Nomeia membros da Comissão Técnica de Práticas Integrativas e Complementares no município de

	Complementar/Alternativa (MT/MCA)no Rio de Janeiro. Lei nº 4775, de 16 de Setembro de 2021 - Criar o Programa da “Farmácia Viva” e celebrar o termo de convênio com entidades, órgãos/instituições públicas ou privadas, Macaé/RJ. Lei nº 2467, de 03 de Novembro de 2020 - Dispõe sobre a Política de Implantação da Fitoterapia em saúde pública no Município de São Gotardo, MG dá outras providências. Lei nº 4.692, de 08 de Dezembro de 2020 - Dispõe sobre a implantação do Programa Municipal de Fitoterapia na rede pública de saúde no município de Jardinópolis/SP e dá outras providências. Lei nº 8.669, de 19 de Dezembro de 2019 - Altera a Lei nº 4.893, de 01 de Novembro de 2006, para dispor sobre a criação das “farmácias vivas” pelo poder executivo, na forma que menciona. Lei nº 3.782, de 23 de Fevereiro de 2015 - Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Práticas Integrativas e Complementares de Saúde - PMPICS e da Política Intersetorial de Plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares e de Medicamentos Fitoterápicos - PIPMACMF, no município de Itapeva-SP. Lei nº 11.309, de 18 de Fevereiro de 2013 - Autoriza a criação do Programa Municipal de				de 2009 - Altera o Anexo Único da Resolução SES nº 2.123, de 02 de dezembro de 2009 que especifica o quantum a ser destinado a cada município contemplado pela Resolução SES nº 2.080 de 21 de outubro de 2009, no Estado de Minas Gerais. RE nº 1.590, de 12 de Fevereiro de 2001 - Aprova Regulamento Técnico para a Prática da Fitoterapia e Funcionamento dos Serviços de Fitoterapia no Âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.	Ipatinga-MG – CPTIC. Decreto nº 14.597, de 27 de Janeiro de 2013 - Dispõe sobre o Programa de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde no município de Uberlândia-MG – PMPICS, e dá outras providências. Decreto nº 51.435, de 26 de Abril de 2010 - Regulamenta a Lei nº 14.903, de 6 de Fevereiro de 2009, que institui o Programa de Produção de Fitoterápicos e Plantas Medicinais no Município de São Paulo. Decreto nº 49.596, de 11 de Junho de 2008 - Regulamenta a Lei nº 14.682, de 30 de Janeiro de 2008, que institui, no âmbito do município de São Paulo-SP, o Programa Qualidade de Vida com Medicinas Tradicionais e Práticas Integrativas em Saúde. Decreto nº 23.052, de 16 de Abril de 1997 - Regulamenta a Lei nº 2.537 de 16 de Abril de
--	---	--	--	--	--	---

	Práticas Integrativas e Complementares de Saúde no município de Uberlândia-MG – PMPICS, e dá outras providências. Lei nº 4.832, de 13 de Dezembro de 2011 - Institui a Política Municipal de Práticas Integrativas e Complementares no município de Volta Redonda-RJ. Lei nº 2.582, de 10 de Setembro de 2009 - Dispõe sobre a criação, no âmbito do Município de Ipatinga-MG, do Programa de Terapia Natural e dá outras providências. Lei nº 2.573, de 4 de Agosto de 2009 - Dispõe sobre a implantação, no Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito do município de Ipatinga-MG, tratamento alternativo de Acupuntura, Homeopatia, Fitoterapia e Termalismo. Lei nº 7.684, de 03 de Junho de 2009 - Dispõe sobre a instituição da Política Municipal de Plantas Medicinais e Medicamentos Fitoterápicos e dá outras providências, no município de Vitória-ES. Lei nº 14.903, de 6 de Fevereiro de 2009 - Dispõe sobre a criação do Programa de Produção de Fitoterápicos e Plantas Medicinais no município de São Paulo-SP e dá outras providências. Lei nº 14.682, de 30 de Janeiro de 2008 - Institui no âmbito do Município de São Paulo-SP, o Programa Qualidade de Vida com Medicinas Tradicionais e					1996, que cria o Programa Estadual de Plantas Medicinais no rio de janeiro.
--	--	--	--	--	--	--

	Práticas Integrativas em Saúde e dá outras providências. Lei nº 12.739, de 1 de Novembro de 2007 - Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Estadual de Fitoterápicos, Plantas Medicinais e Aromáticas, no Estado de São Paulo. Lei nº 4.893, de 1 de Novembro de 2006 - Institui o Programa Estadual de Fitoterapia, produção de fitoterápicos e plantas medicinais no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e adota outras providências. Lei nº 2537, de 16 de Abril de 1996 - Cria o Programa Estadual de Plantas Medicinais. no rio de janeiro.					
Sul	Lei nº 13.204, de 25 de Julho de 2022 - Institui o Programa Farmácia Viva no Município de Porto Alegre. Lei nº 3.597, de 23 de Março de 2012 - Dispõe sobre a implantação das Terapias Naturais na Secretaria Municipal de Santo Ângelo Saúde/RS e dá outras providências. Lei nº 2.636, de 10 de Janeiro de 2007 - Institui a Política Intersetorial de Plantas Medicinais e de Medicamentos Fitoterápicos no município de Gravataí-RS. Lei nº 12.560, de 12 de Julho de 2006 - Institui a política Intersetorial de Plantas Medicinais e de Medicamentos Fitoterápicos no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.	Portaria nº 1.218, de 12 de Dezembro de 2022 - Institui a segunda edição da Relação Estadual de Plantas Medicinais de interesse do Sistema Único de Saúde no Rio Grande do Sul (REPLAME/RS) e revoga a Portaria SES nº 588/2017. Portaria SES nº 588, de 02 de Dezembro de 2017 - Institui a Relação Estadual de Plantas Medicinais de interesse do Sistema Único de Saúde no Rio Grande do Sul e listas complementares. Portaria nº 047, de 12 de Novembro de 2010 - Implantar normas gerais				Decreto nº 123, de 13 de Outubro de 2015 - Determina a implantação e execução de projeto para apoio à assistência farmacêutica em plantas medicinais e fitoterápicos, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS no município de São Pedro do Iguaçu-PR. Decreto nº 5.813, de 22 de Junho de 2006 - Aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências. Decreto nº

		para o desenvolvimento das Práticas Integrativas e Complementares na Rede Municipal de Saúde de Florianópolis-SC, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, conforme a Instrução Normativa que constitui o Anexo I desta portaria. Portaria nº 971, de 3 de Maio de 2006 - Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde.				4.154, de 28 de Dezembro de 2004 - Aprova o Regulamento Técnico para Produção e Comercialização de Matérias-Primas Vegetais íntegras, rasuradas, trituradas ou pulverizadas apresentadas de forma isolada, não associada com outras matérias-primas vegetais, no Estado do Paraná.
Centro oeste	Lei nº 10.924, de 23 de Julho de 2019 - Acrescenta os arts. 4º-A e 4º-B à Lei nº 10.483, de 28 de dezembro de 2016, para criar o Conselho Estadual de Plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares e de Medicamentos Fitoterápicos - CEPLAMAC. Lei nº 11.019, de 28 de Novembro de 2019 - Altera dispositivos da Lei nº 10.483, de 28 de dezembro de 2016, alterada pela Lei nº 10.924, de 23 de julho de 2019, que institui a Política Estadual de Plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares e de Medicamentos Fitoterápicos no Estado de Mato Grosso. Lei nº 10.483, de 28 de					

	Dezembro de 2016 - Institui a Política Estadual de Plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares e de Medicamentos Fitoterápicos no Estado de Mato Grosso. Lei nº 1.312, de 26 de Março de 2014 - Autoriza a criação do Programa Municipal de Práticas Integrativas e Complementares de Saúde no município de Nobres-MT – PMPICS, e dá outras providências. Lei nº 5.053, de 28 de Dezembro de 2007 - Cria o Programa Municipal de Fitoterapia e Plantas Medicinais “Fitoviva” do município de Cuiabá-MT.					
--	---	--	--	--	--	--

Apêndice 3. Quadro teórico conceitual para avaliação das políticas públicas voltadas para fitoterapia e plantas medicinais.

		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro oeste	Federal
	(Descrever os estados e características da região)	A Região Norte do Brasil, composta por sete estados, Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, possui características como elevada desigualdade socioeconômica e isolamento geográfico em relação às regiões mais desenvolvidas do país. Possui em torno de 18 milhões de habitantes, correspondendo 8% do total de habitantes do país. A maioria das cidades são isoladas geograficamente, nas quais se observam altos índices de pobreza	Possui nove estados (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia). A abrangência territorial dessa região corresponde a cerca de 18% do território brasileiro. A população representa cerca de 28% do total de habitantes do Brasil totalizando, segundo o IBGE, em torno de 57 milhões de pessoas, distribuídas em 1.794 municípios.	Formada pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, tem 84,8 milhões de habitantes, o que representa 41,8% da população do país. Os três estados brasileiros mais populosos São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, concentrando 39,9% da população brasileira	A região Sul é composta pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, apesar de ser a menor das cinco regiões do Brasil, é a segunda maior em densidade demográfica e a segunda maior economia do país, perdendo apenas para região sudeste (IBGE, 2024). O clima dessa região é bem distinto comparando-se às outras regiões do Brasil, com variações bruscas da temperatura e estações do ano bem definidas.	Composta pelos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal, a Região Centro-Oeste do Brasil, possui uma densidade demográfica relativamente baixa (em torno de 20%) em relação aos restante das outras regiões do país (IBGE). É a segunda região do Brasil em extensão territorial e a última em número de habitantes, em torno de 14 milhões de habitantes, cerca de 7.5% da população total do país (VOGT, 2011).	A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 1º, estabelece que: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federa (...)”.
Instituições							

			O estado do Ceará possui a Lei nº 12.951, de 07 de Outubro de 1999, que dispõe sobre a política de implantação da fitoterapia em saúde pública no Estado do Ceará, além da Portaria SESA nº 275, de 20 de Março de 2012 que Promulga a Relação Estadual de Plantas Medicinais (REPLAME). O estado do Maranhão possui a Lei nº 1605, de 19 de Junho de 2023 que dispõe sobre a criação do Centro de Assistência à Saúde Integrativa e Plantas Medicinais - CASIPLAM/MA e o Programa Municipal de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências. O estado da Bahia possui a Portaria nº 1.686 de 16 de Outubro de 2009 que instituiu o Núcleo Estadual de Plantas Medicinais e Fitoterápicos nesse estado.	Caracterizada por ser a região mais desenvolvida e industrializada do país, a Região Sudeste tem um impacto significativo na política nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, observando-se políticas estaduais e municipais em todos os estados dessa região.	O estado do Rio grande do Sul destaca-se a Portaria nº 1.218, de 12 de Dezembro de 2022 que institui a Relação Estadual de Plantas Medicinais de interesse do Sistema Único de Saúde no Rio Grande do Sul (REPLAME/RS); No Estado do Paraná, o Decreto nº 123, de 13 de Outubro de 2015, determina a implantação e execução de projeto para apoio à assistência farmacêutica em plantas medicinais e fitoterápicos, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS no município de São Pedro do Iguaçu-PR; No Estado de Santa Catarina, destaca-se a Portaria nº 047, de 12 de Novembro de 2010 que implanta normas gerais para o desenvolvimento das Práticas Integrativas e Complementares na Rede Municipal de Saúde de Florianópolis-SC;	No estado do Mato Grosso destaca-se a Lei nº 10.483, de 28 de Dezembro de 2016 - Institui a Política Estadual de Plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares e de Medicamentos Fitoterápicos no Estado de Mato Grosso, como também a capital Cuiabá com a Lei nº 5.053, de 28 de Dezembro de 2007 - Cria o Programa Municipal de Fitoterapia e Plantas Medicinais "Fitoviva".	Política e Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos . RDC 18/2013 (ANVISA) é um marco regulatório de extrema importância para as Farmácias Vivas no Brasil, pois, estabelece padrões que garantem a qualidade, segurança e eficácia dos fitoterápicos, incentivando a pesquisa e o desenvolvimento e assegurando a integração desses produtos no SUS.
--	--	--	---	---	--	---	---

Interesses	Grupos de interesse (profissional, pacientes) (publicações, matérias, reportagens sobre fitoterápicos e plantas medicinais).	Segundo a OMS, estima-se que, apenas na região amazônica, exista aproximadamente 25.000 espécies de plantas que são empregadas na cura de diversos males. Essa região desempenha papel fundamental no contexto econômico, social e cultural das populações tradicionais, tem dado grande contribuição ao longo de diversas décadas, por meio do resgate do conhecimento popular (LEITE, 2009)	Farmácias Vivas foram criadas há quase três décadas como um projeto da Universidade Federal do Ceará (UFC), a partir dos ideais do professor Dr. Francisco José de Abreu Matos, baseado nas recomendações OMS.	O cenário referente às plantas medicinais e fitoterápicos na Região Sudeste representa uma oportunidade, além de ser uma referência no desenvolvimento para o setor farmacêutico no Brasil, não só pela riqueza de nossa biodiversidade, mas pelo conhecimento tradicional e científico acumulado sobre a atividade biológica dessas plantas pela sociedade civil e pelas instituições de ciência e tecnologia (HASENCLEVER, 2017). A Região Sudeste possui diversas instituições de pesquisa em fitoterapia e plantas medicinais, contribuindo para a validação científica de várias espécies vegetais e seus usos terapêuticos, como a Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).	A região Sul destaca-se pelas políticas de Plantas Medicinais e Fitoterápicos com a introdução das plantas medicinais nos programas de saúde e de assistência farmacêutica, incentivando e reforçando as políticas ambientais, voltadas para a agricultura familiar, a agroecologia, a preservação de saberes tradicionais e a geração de emprego e renda.	Existem poucos estudos voltados para a identificação de plantas úteis do Cerrado, principalmente quando comparada à diversidade e à área ocupada. O desconhecimento de sua riqueza e possibilidades se agrava quando é estimado que cerca de 40% do bioma já tenha sido devastado e que o Cerrado possui somente 1,5% de sua extensão protegida por lei, sendo atualmente a vegetação em maior risco no país. É preciso considerar que os recursos naturais oferecidos por ele, uma vez extintos, estarão indisponíveis às futuras gerações. Entre estes, pode-se considerar o recurso terapêutico oferecido pelas plantas medicinais (GUARIM, 2003).	Alguns programas e experiências municipais a partir da década de 80 na fitoterapia, homeopatia, acupuntura, entre outros, foram os principais indutores para formulação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS, sendo amplamente discutida e aprovada pelas principais instâncias de aprovação de políticas de saúde, como a Comissão Intergestores Tripartite e o Conselho Nacional de Saúde, aprovados pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria GM nº 971, de 3 de maio de 2006.
------------	--	--	---	--	---	--	---

Ideias (valores e crenças) – publicações sobre a utilização de plantas medicinais e fitoterápicos, crenças, religiões, cultura de utilização.		Na Região Norte, a Amazônia abriga expressivo conjunto de povos indígenas e populações tradicionais (índios, caboclos, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, pescadores, pequenos produtores rurais e extrativistas) que são detentores de um vasto conhecimento sobre as plantas e seu ambiente, passados de geração em geração por via oral. Diante disso, saber respeitá-las, conhecê-las e estudá-las é fundamental para que no futuro, as florestas não sejam ameaçadas, a diversidade vegetal possa ser conservada e as comunidades respeitadas no seu modo de vida (VÁSQUEZ, 2014).	Santana et al 2023, em seu estudo apresenta dados que reforçam que a população do Nordeste brasileiro possui um grande conhecimento sobre espécies de plantas com potencial terapêutico, superior ao número de espécies descritas na RENISUS. Ainda nesse estudo, identificou-se 57 espécies nativas do Brasil	O Estado de São Paulo tem um importante histórico de iniciativas e projetos na área de plantas medicinais, fitoterapia e farmácias viva. Destaca-se a a Farmácia Viva de Jardinópolis (Farmácia da Natureza) que foi selecionada, em 2022, pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) para integrar o Laboratório de Inovação em Saúde – Práticas Integrativas e Complementares (LIS-PICS) como uma iniciativa bem-sucedida na área de fitoterapia no Brasil, que possui uma experiência de mais de duas décadas e realiza todas as etapas de produção de plantas medicinais, drogas vegetais e fitoterápicos até sua prescrição e dispensação (CARMONA, 2023).	No Estado do Rio Grande do Sul, a Política Intersetorial de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, instituída pela Lei Estadual 12.560/2006, acompanhou a agenda nacional da formulação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, foi originada pela população usuária, por profissionais defensores da Fitoterapia, por agricultores fornecedores de plantas medicinais, pela indústria farmacêutica de capital nacional.	As plantas medicinais do cerrado na Região Centro-Oeste são exploradas por vários setores da sociedade, como comunidades tradicionais, curandeiros, centros espirituais, empresas fabricantes de essências e aromas, laboratórios farmacêuticos, homeopáticos, fabricantes de extratos e tinturas para fins farmacêuticos, indústrias alimentícias, ervanários e feiras, atacadistas e outros intermediários (SILVA, 2001).	Foi observado que nas discussões sobre plantas medicinais e fitoterápicos inseridas na PNPIC, a necessidade de uma política nacional que contemplasse o desenvolvimento de toda a cadeia produtiva de plantas medicinais e fitoterápicos, perpassando por outros setores como meio ambiente, agricultura, ciência e tecnologia, entre outros. Diante disso, foi aprovado a PNPMF em 17 de fevereiro de 2005 e o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos em 9 de dezembro de 2008, por meio da Portaria Interministerial nº 2.960.
Fatores externos	mudança política significativa na área de fitoterápicos	A iniciativa Plantas para o Futuro da Região Norte teve como objetivo principal identificar espécies nativas de	Em um estudo realizado por Bonfim et al 2018, para diagnosticar as Farmácias Vivas do estado do Ceará, foi	A região sudeste, apesar de possuir diversas legislações estaduais e municipais na área da fitoterapia e plantas	As políticas públicas de Plantas Medicinais e Fitoterápicos na Região Sul do Brasil se associou à luta por um modelo de	O Cerrado vem sofrendo contínua devastação nas últimas décadas, devido às atividades de agricultura e pecuária	O Ministério da Saúde publica desde 2012 editais de estruturação de farmácias vivas para estados e municípios. A

		ocorrência na Região Norte com diferentes usos e com perspectiva de fomentar sua utilização pelo pequeno agricultor e por comunidades rurais (BRASIL, 2022), algumas dessas já bastante conhecidas e utilizadas que constam na relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse ao Sistema Único de Saúde – RENISUS (BRASIL, 2009), a exemplo da andiroba (<i>Carapa guianensis</i>), copaíba (<i>Copaifera spp.</i>), verônica (<i>Dalbergia subcymosa</i>), barbatimão (<i>Stryphnodendron adstringens</i>) e unha-de-gato (<i>Uncaria tomentosa</i>).	observado que em torno de 79% estavam desativadas por falta de condições técnicas de manutenção por descontinuidade política.	medicinais, discute lacunas e desafios enfrentados por diversos municípios. Além disso, essa região apresenta uma diversidade de uso das plantas medicinais no SUS com uma riqueza social produzida com as diferentes experiências locais (CARMONA, 2023).	atenção humanizada e com maior integração à natureza, e pela preservação de espécies e dos biomas, para que a Fitoterapia na Atenção Básica no SUS passasse a ser estratégica.	extensivas, com consequências gravíssimas para a manutenção do bioma. Somente 4,1% deste bioma encontra-se em Unidades de Conservação, sendo 2,2% de proteção integral. Também as queimadas utilizadas para estimular a rebrota das pastagens e para abrir novas áreas agrícolas é um problema grave que atinge grandes áreas. Ademais, a atividade extrativista exercida pela população local e por indústrias farmacêuticas tem contribuído para o declínio da vegetação natural desse bioma. Esse declínio tem sido observado, mesmo em unidades de conservação, o que pode contribuir para o extermínio das espécies (KLINK, 2005; FELFILI, 2004).	seleção dos projetos se dá por meio de editais de chamamento público onde os selecionados são contemplados, por meio de repasse na modalidade Fundo a Fundo, com recursos financeiros de custeio e investimento, de acordo com Portarias de Habilitação publicadas ao final do processo seletivo.
--	--	--	--	---	---	---	--